

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**MARIANA PAIM RODRIGUES**

**ENTRE O TERRITÓRIO, O PATRIMÔNIO E A ÁGUA**  
**A relação de dominação e apropriação na sede do Município de**  
**Santa Maria de Jetibá (ES)**

VITÓRIA  
2020

**MARIANA PAIM RODRIGUES**

**ENTRE O TERRITÓRIO, O PATRIMÔNIO E A ÁGUA**  
**A relação de dominação e apropriação na sede do Município de**  
**Santa Maria de Jetibá (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território, na linha de pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Renata Hermanny de Almeida.

VITÓRIA  
2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

R696e RODRIGUES, Mariana Paim, 1992-  
ENTRE O TERRITÓRIO, O PATRIMÔNIO E A ÁGUA : A  
relação de dominação e apropriação na sede do Município de Santa  
Maria de Jetibá (ES) / Mariana Paim RODRIGUES. - 2020.  
122 f. : il.

Orientadora: Renata Hermann de Almeida.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Território. 2. Patrimônio. 3. Água. 4. Representação. I.  
Almeida, Renata Hermann de. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

---

MARIANA PAIM RODRIGUES

“ENTRE O TERRITÓRIO, O PATRIMÔNIO E A ÁGUA. A RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ (ES)”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 03 de abril de 2020.

Comissão Examinadora

---

Profa. Dra. Renata Hermanny de Almeida  
(orientadora – PPGAU/UFES)

---

Dra. Latussa Bianca Laranja Monteiro  
(membro externo – IJSN)

---

Prof. Dr. Edmilson Costa Teixeira  
(membro externo – UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR  
Em 13/05/2020 às 14:20

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/22747?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
EDMILSON COSTA TEIXEIRA - SIAPE 1172728  
Departamento de Engenharia Ambiental - DEA/CT  
Em 19/06/2020 às 14:31

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/31986?tipoArquivo=O>

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meus pais, Míriam e Júlio, por todo apoio e incentivo, mesmo de longe, o carinho, a paciência e o amor me deram forças para acreditar e seguir com a pesquisa acadêmica.

Ao Luiz Carlos, meu companheiro, e à Marta Jerusa, minha sogra, por todo amor e carinho e por me acompanharem e me apoiarem durante todo o processo da dissertação.

À professora Renata, por aceitar me orientar nessa pesquisa, e, sobretudo pela paciência e a confiança na construção do trabalho durante os dois anos de percurso.

Aos amigos do Patri\_Lab, em especial, a Damiany, Kamila, Luciano, Miguel, Maisa e Beatriz, pelas trocas, conversas e auxílio em diversos momentos durante os dois anos de mestrado, fazendo da experiência acadêmica um momento de crescimento intelectual e de cultivo de amizades.

À Telma, minha prima e irmã do coração, que proporcionou visitas às montanhas de Santa Maria de Jetibá e discussões sobre o local, as quais foram valiosas experiências para o desenvolvimento e amadurecimento da pesquisa.

À Janaína, pelas importantes conversas que foram imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho e por me incentivar a acreditar em mim mesma.

Aos meus irmãos e amigos, Gustavo, Thiara, Rafael e Bruno, pelo carinho, amizade e torcida.

Ao Edmilson Teixeira e Latussa Laranja, membros da Banca Examinadora, pela disponibilidade de avaliação da minha dissertação e contribuições para a minha formação acadêmica e profissional.

À Universidade Federal do Espírito Santo e à CAPES pela bolsa de estudo, uma ajuda imprescindível para a realização desse trabalho.

*“Água que nasce na fonte serena do mundo  
E que abre um profundo grotão  
Água que faz inocente riacho e deságua na corrente do ribeirão  
Águas escuras dos rios que levam a fertilidade ao sertão  
Águas que banham aldeias e matam a sede da população  
Águas que caem das pedras no véu das cascatas, ronco de trovão  
E depois dormem tranquilas no leito dos lagos, no leito dos lagos...”*

*Planeta Água(Guilherme Arantes, 1981)*

## RESUMO

O presente trabalho se desenvolve na tríade temática Território – Patrimônio – Água, cuja reflexão está inserida na problemática da desestruturação territorial no âmbito contemporâneo, principalmente, explicitada no alargamento das relações de caráter explorativo da sociedade para com os elementos naturais. A pesquisa está referenciada teoricamente nos estudos de Alberto Magnaghi, o qual discute o território numa perspectiva patrimonial e estratégica para o desenvolvimento local. Como referencial de suporte, são adotados os geógrafos brasileiros Rogério Haesbaert e Milton Santos, para os estudos das dinâmicas e processos territoriais. Nesse sentido, o estudo se volta para o entendimento da água como elemento estruturante do território e estratégico para a valorização do patrimônio territorial. O objeto de estudo empírico da pesquisa é a sede municipal de Santa Maria de Jetibá. O recorte territorial compreende os limites da bacia do Rio São Luiz, afluente do Rio Santa Maria da Vitória, situado na região serrana setentrional do estado do Espírito Santo. Nesta região do Estado se destaca a influência dos imigrantes pomeranos ali instalados, no final do século XIX. Historicamente, a região se desenvolve, principalmente, com a produção agrícola de base familiar em pequenas propriedades. Atualmente, Santa Maria de Jetibá é o maior município produtor de ovos no Brasil, sendo a área urbana da sede municipal onde se concentra a maioria das granjas. Desse modo, acredita-se ser um território que passa ou passará por significativas transformações territoriais, principalmente devido ao crescimento e à modernização da agricultura. Portanto pretende-se investigar as relações entre sociedade e natureza nos processos de territorialização na sede do município. A metodologia utilizada nesta pesquisa abrange a revisão bibliográfica acerca da Escola Territorialista Italiana referente à representação territorial, com a produção de mapeamentos sob os quais se busca conjecturar complexos ativos territoriais com o conhecimento e reconhecimento dos elementos que constituem o território. Conclui-se, a partir da representação territorial, que o recorte se caracteriza principalmente por sua relação campo-cidade-indústria; apresentando um importante alicerce cognitivo do território, os imigrantes pomeranos, e alicerce material do território, os cursos d'água. Por fim, conjectura-se que a área de estudo perpassa por um processo de desterritorialização alargada, ou desenraizamento, ou, ainda, reprodução de multiterritorialidades, devido, principalmente, ao avanço descuidado da agroindústria e do agronegócio manifestos, também, pela dominação da água.

**Palavras-Chave:** Território, Patrimônio Territorial, Água, Representação Territorial

## ABSTRACT

The present study is part of the thematic triad Territory - Heritage - Water, whose reflection is inserted in the problem of territorial disruption in the contemporary scope, mainly made explicit in the enlargement of the society's explorative relations with natural elements. The research is theoretically referenced in the studies of Alberto Magnaghi, who discusses the territory from heritage and strategic perspective for local development. Brazilian geographers Rogério Haesbaert and Milton Santos are the other authors that give support to this study. In this sense, this study focuses on the understanding of water as a structuring element of territory and strategic for the valorization of territorial heritage. The object of empirical study in this research is the municipal headquarters of Santa Maria de Jetibá. The territorial cutout comprises the limits of the São Luiz River, an affluent of the Santa Maria da Vitória River, located in the northern mountainous region of the state of Espírito Santo. In this region of the State the influence of the Pomeranian immigrants installed there at the end of the XIX century. Historically, the region has developed, mainly, with the agricultural production of family base in small properties. Nowadays, Santa Maria de Jetibá is the largest egg producing municipality in Brazil, being the urban area of the municipal headquarters where most of the farms are concentrated. Thus, it is believed that it is a territory that is going through or will go through significant territorial transformations, mainly due to the growth and modernization of agriculture. Therefore, the relations between society and nature in the processes of territorializing in the headquarters of the municipality were investigated. The methodology used in this research includes the bibliographical review of the Italian territorialist school regarding territorial representation, with the production of mappings in which the aim is to conjecture territorial active complexes with the knowledge and recognition of the elements that constitute the territory. It is concluded from the territorial representation that this cutout is characterized mainly by its field-city-industry relationship, presenting an important cognitive foundation of the territory, the Pomeranian immigrants and material foundation of the territory the waterways. Finally, it is conjectured that the area of study goes through a process of extended deterritorialization, or uprooting, or even the reproduction of multi-territorialities, due mainly to the careless advance of agroindustry and agribusiness, also manifest in water domination.

**Keywords:** Territory, Territorial Heritage, Water, Territorial Representation

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 01 - Localização do município de Santa Maria de Jetibá.....  | 17 |
| Figura 02 - Diagrama de tipologias de modelos propostas por Echenique.....  | 19 |
| Figura 03 - Esquema analítico do processo T-D-R proposto por Magnaghi.....  | 27 |
| Figura 04 - Quadro dos tipos extremos do território.....  | 30 |
| Figura 05 - Esquema representacional da articulação de um processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável.....             | 35 |
| Figura 06 - Esquema metodológico proposto por Carta da função ativa da representação no projeto do território.....                                | 43 |
| Figura 07 - Esquema para a construção do Atlas Patrimonial.....   | 44 |
| Figura 08 - Esquema com processo metodológico da representação territorial adotado na pesquisa.....   | 46 |
| Figura 09 - Modelo de hierarquia fluvial, Strahler (1952).....  | 55 |
| Figura 10 - Áreas de proteção permanente de margem de rios, ribeirões e riachos.....  | 64 |
| Figura 11 - Vista aérea de Santa Maria de Jetibá, 1994.....   | 77 |
| Figura 12 - Pedra do Garrafão, s/d.....   | 78 |
| Figura 13 - Padrões de drenagem dendrítica.....   | 79 |
| Figura 14 - Vista aérea da ocupação urbana do município de Santa Maria de Jetibá, 2017.....   | 81 |
| Figura 15 - Museu da Imigração Pomerana, 2020.....  | 83 |
| Figura 16 - Sinos da igreja de Santa Maria, s/d. Igreja Evangélica Luterana de Jequitibá e prédio da escola e residência paroquial déc. 1970..... | 84 |
| Figura 17 - Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá.....   | 84 |
| Figura 18 - Ocupação de moradias às margens do rio São Luiz.....  | 86 |
| Figura 19 - Vista aérea da Ocupação das Granjas, 2017.....  | 86 |
| Figura 20 - Evolução da população no território de Santa Maria de Jetibá (1940/1980).....   | 89 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 21 - Ranking da produção de ovos do município de Santa Maria de Jetibá.....         | 90  |
| Figura 22 - Igreja Luterana, já com a torre e com os dois sinos.....                       | 94  |
| Figura 23 - Família Pomerana em Santa Maria de Jetibá.....                                 | 95  |
| Figura 24 - Porto de Cachoeiro.....  | 96  |
| Figura 25 - Estação Fruticultura de Santa Maria de Jetibá.....                             | 98  |
| Figura 26 - Diagrama da Estrutura Comercial de Santa Maria de Jetibá na década 1980....    | 100 |
| Figura 27 - Esquema gráfico conceitual do território da sede de Santa Maria de Jetibá..... | 104 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 01– Metadados Utilizados para a Representação Territorial.....                   | 47 |
| Tabela 02 -Classificação das Unidades Geomorfológicas do Estado do Espírito Santo.....  | 49 |
| Tabela 03 -Zonas Naturais do Estado do Espírito Santo.....                              | 52 |
| Tabela 04 -Hierarquia Fluvial - Strahler (1952).....                                    | 55 |
| Tabela 05 -Parâmetro de Classificação EMBRAPA (1979).....                               | 58 |
| Tabela 06 -Níveis de Classificação do uso e cobertura da terra IBGE.....                | 61 |
| Tabela 07 -Comunidades Urbanas e Rurais do município de Santa Maria de Jetibá (IJSN)... | 69 |
| Tabela 08 -Classificação dos módulos fiscais.....                                       | 71 |

## LISTA DE MAPAS

|  |     |
|--|-----|
| Mapa 01 – Unidade Geomorfológica.....  | 51  |
| Mapa 02 – Zonas Naturais.....  | 53  |
| Mapa 03 – Hidrografia.....   | 56  |
| Mapa 04 – Hidrografia com hierarquia fluvial.....  | 57  |
| Mapa 05 – Declividade.....   | 59  |
| Mapa 06 – Hipsometria.....   | 60  |
| Mapa 07 – Cobertura Vegetal - Comparativo déc. 1970/2015.....  | 63  |
| Mapa 08 – APP em margens de cursos d'água.....   | 65  |
| Mapa 09 – Declividade com evolução urbana.....   | 67  |
| Mapa 10 – Morfologia Urbana e Perceptiva.....  | 68  |
| Mapa 11- Comunidades Urbanas e Rurais.....   | 70  |
| Mapa 12 – Estruturas Fundiárias.....   | 72  |
| Mapa 13 – Infraestruturas Socioeconômicas.....   | 73  |
| Mapa 14 – Uso e Cobertura da Terra.....  | 75  |
| Mapa 15 – Patrimônio Ambiental.....  | 80  |
| Mapa 16 – Patrimônio Territorial-Paisagístico.....   | 88  |
| Mapa 17 – Patrimônio Socioeconômico.....   | 91  |
| Mapa 18 – Evolução Urbana - Ciclo T-D-R.....   | 106 |
| Mapa 19 – Evolução Urbana - Ciclo T-D-R – Detalhe Aproximado.....  | 107 |
| Mapa 20 – Morfotipos - Ciclo T-D-R.....  | 108 |
| Mapa 21 – Repercussões territoriais - Processos de Dominação - potenciais conflitos pelo uso d'água..... | 111 |
| Mapa 22 – Repercussões Territoriais - Processos de Dominação .....                                       | 113 |

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>16</b>  |
| <b>2. TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO E ÁGUA: NOÇÕES CONCEITUAIS.....</b>   | <b>23</b>  |
| 2.1 O TERRITÓRIO: SEUS PROCESSOS E SUAS RELAÇÕES.....  | 24         |
| 2.2 O TERRITÓRIO COMO PATRIMÔNIO.....  | 31         |
| 2.3 A ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA: A ÁGUA COMO ELEMENTO<br>ESTRUTURANTE.....  | 37         |
| <b>3. REPRESENTAÇÃO COMO ALICERCE ANALÍTICO DO TERRITÓRIO.....</b>   | <b>42</b>  |
| 3.1 REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL PELA PERSPECTIVA DA ESCOLA<br>TERRITORIALISTA ITALIANA.....  | 42         |
| 3.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: REPRESENTANDO COM MAPAS.....  | 46         |
| <b>3.2.1 Descrições analíticas.....</b>  | <b>49</b>  |
| <b>3.2.2 Descrições de síntese.....</b>  | <b>76</b>  |
| <b>4. APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO NA SEDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE<br/>JETIBÁ.....</b>  | <b>92</b>  |
| 4.1 O NÚCLEO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ.....   | 92         |
| <b>4.1.1 A formação do núcleo: os pomeranos, trabalho e religião.....</b>  | <b>92</b>  |
| <b>4.1.2 A des(re)territorialização de Santa Leopoldina: o declínio da sede e ascensão do<br/>núcleo de Santa Maria de Jetibá.....</b> | <b>95</b>  |
| <b>4.1.3 A ascensão econômica de Santa Maria de Jetibá: das olerícolas às granjas.....</b>   | <b>99</b>  |
| 4.2 REFLEXÃO DOS PROCESSOS E RELAÇÕES TERRITORIAIS NA SEDE DE SANTA<br>MARIA DE JETIBÁ.....  | 101        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>115</b> |
| <b>6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>  | <b>119</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se desenvolve na tríade temática Patrimônio/Território/Água, cuja reflexão está inserida na problemática da desestruturação territorial agravada no âmbito contemporâneo explicitada, principalmente, nos desastres socioambientais que estão acontecendo de maneira evidente em várias localidades do território brasileiro. Acredita-se que essa crise socioambiental é consequência das formas de produção insustentáveis, características da sociedade moderna. Portanto, é relevante para a pesquisa a compreensão da expressão da água no âmbito territorial, de forma a entender as dinâmicas e implicações em função das relações determinadas entre sociedade e natureza. A partir disso, o trabalho se subdivide em dois aspectos, sendo um conceitual e outro investigativo.

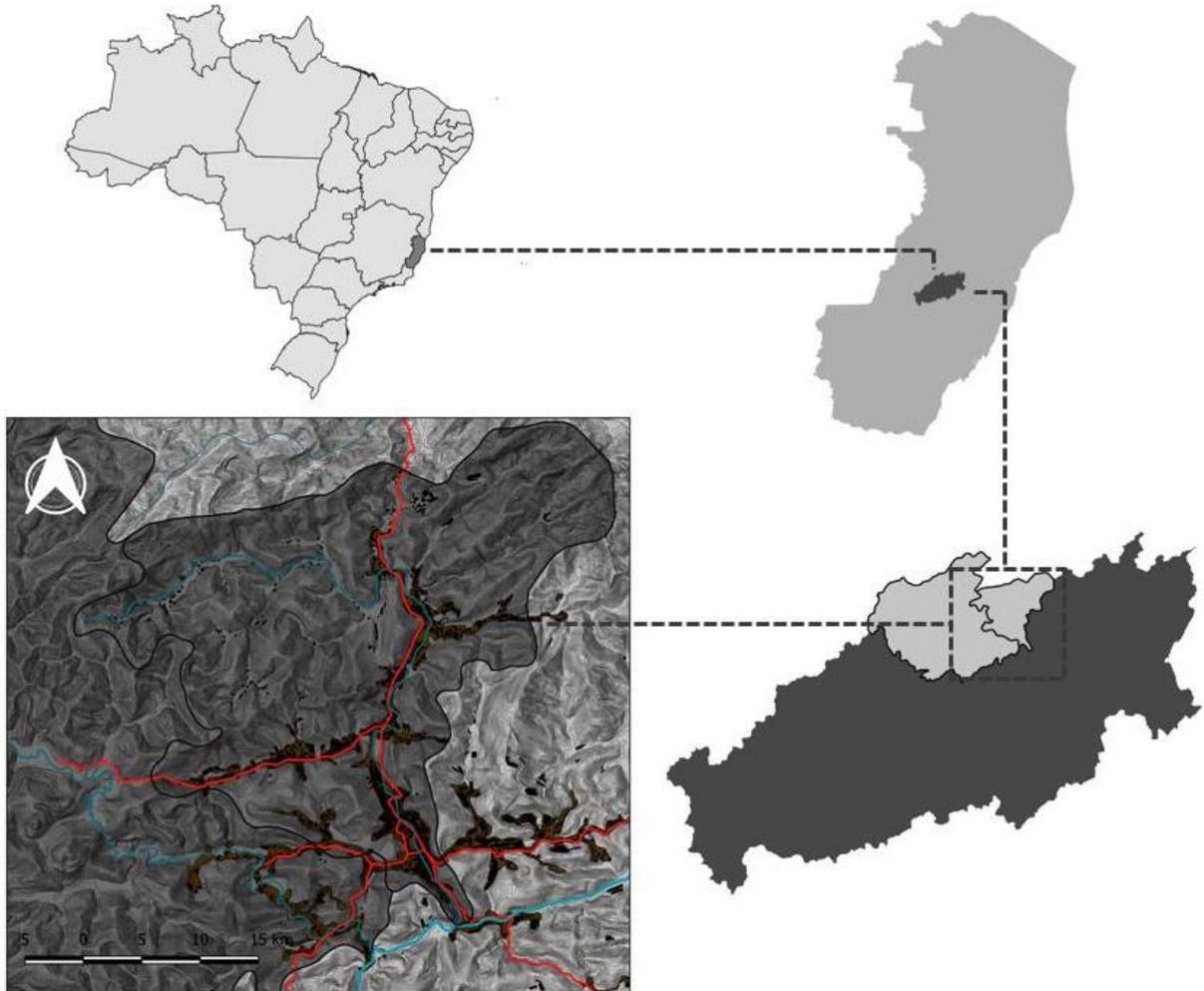
No âmbito conceitual, realiza-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de articular noções conceituais que envolvem o território, o patrimônio e a água. A revisão bibliográfica é pautada em teóricos que abordam o conceito de território e os processos envolvidos tendo como princípio o desenvolvimento local. Para tanto, a pesquisa parte dos estudos desenvolvidos pela escola territorialista italiana, cujo autor central é Alberto Magnaghi, e, adota-se os geógrafos brasileiros Rogério Haesbaert e Milton Santos como suporte ao estudo das dinâmicas e processos territoriais. Dentre os três, destaca-se a visão de Santos (1988), de que o território é o novo ecossistema que vem sendo construído pelas civilizações humanas durante anos – uma natureza antropizada. Portanto, traz a aproximação de que a forma como o homem produz seu meio se revela insustentável para si próprio e o ambiente em que habita. Essa insustentabilidade pode estar vinculada à desconsideração do conceito de patrimônio no âmbito do planejamento do território, e, como potência aos estudos integrados, destaca-se a representação como ferramenta de reconhecimento e documentação do território a partir de uma perspectiva patrimonial.

O alargamento do conceito de patrimônio à escala territorial se dá no reconhecimento e interpretação das dinâmicas territoriais em uma perspectiva diacrônica, explicitadas no estudo dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do território. Entende-se que esses processos, ocorridos no âmbito territorial, permitem uma discussão ampliada da temática da água como elemento que orienta a ocupação e o vínculo com território, interpretado na pesquisa, como um elemento com potencial para integralizar as camadas do patrimônio territorial, sendo elas: o patrimônio ambiental, o patrimônio territorial-paisagístico e o patrimônio socioeconômico. Deste modo, aborda-se o entendimento das relações entre sociedade e natureza, essa adotada como fator essencial de compreensão da dinâmica de continuidade e descontinuidade do território.

Em uma perspectiva investigativa, volta-se para o estudo da sede urbana do município de Santa Maria de Jetibá, situada na área de drenagem da bacia do rio São Luiz, estendendo-se

também ao trecho do exutório do rio São Sebastião de Cima, ambos afluentes da margem esquerda do rio Santa Maria da Vitória.

Figura 1: Mapa de localização do município de Santa Maria de Jetibá



Fonte: Elaborado pela autora

É válido ressaltar que, segundo dados do IBGE (2018), o rio Santa Maria da Vitória possui uma extensão de 122 km, desde sua nascente, localizada na região do Garrafão, em Santa Maria de Jetibá, até desaguar na baía de Vitória; perpassa, também, pelos municípios de Santa Leopoldina, Cariacica e Serra. O rio, junto com o rio Jucu, possui importância no abastecimento da parte continental de Vitória, capital, e do município de Serra. Além disso, nota-se que o rio principal e seus afluentes exercem importância para a estruturação de núcleos urbanos e rurais, constituindo-se como um importante alicerce para a configuração do território.

O município de Santa Maria de Jetibá está situado na região serrana do Espírito Santo, com uma distância de aproximadamente 87,8 km da capital, Vitória. O município caracteriza-se por uma ocupação predominantemente rural, com atividades voltadas para a agricultura e a pecuária. É importante destacar a influência dos imigrantes pomeranos instalados na região

de Jequitibá no final do século XIX, por volta de 1870. Historicamente, a região se desenvolve, principalmente, com a produção agrícola de base familiar. Atualmente, o município de Santa Maria de Jetibá é o maior produtor de ovos do Brasil, e o primeiro produtor de ovos, gengibre e morango do Estado do Espírito Santo. Desse modo, o território perpassa por significativas transformações que são explicitadas nas paisagens, principalmente devido ao crescimento e modernização da agricultura.

A pesquisa é desenvolvida no Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento (Patri\_Lab/Centro de Artes/UFES), que tem como objeto de investigação municípios do interior do Estado do Espírito Santo. Desse modo, os trabalhos desenvolvidos no laboratório abarcam discussões no âmbito urbano e rural. As pesquisas, vinculadas ao laboratório, destinam-se à uma investigação com abordagem da conservação patrimonial e do desenvolvimento territorial, com articulação técnico-científica e sociocultural. É importante destacar, também, que o laboratório se articula no âmbito teórico e metodológico com a Escola Territorialista Italiana, à qual o presente trabalho também se vincula.

O estudo se justifica no entendimento de que o assentamento humano, historicamente situado próximo a cursos d'água, tem constituído territórios e paisagens urbanas e rurais de valores patrimoniais. No Brasil, contudo, tais paisagens são marcadas, em sua maioria, por um estado de negligência em relação aos recursos territoriais. A importância de incorporar a água como um elemento variável é relevante no estudo do território, uma vez que as relações que envolvem tal elemento produzem intrinsecamente locais dotados de valor e identidade patrimonial, sendo relevante ao patrimônio territorial e conseqüentemente a um desenvolvimento local. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo geral a investigação das relações entre sociedade e natureza na sede do município de Santa Maria de Jetibá, incorporando a água como elemento integrador do território e dos processos sociais. E, como objetivos específicos:

- I. Representar as camadas do território (física, construída e antrópica) da sede do município de Santa Maria de Jetibá;
- II. Identificar processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no recorte de análise;
- III. Realizar leitura e interpretação da relação entre elementos ambientais e antrópicos, em uma perspectiva do território simbólico e do território funcional, os quais compreendem os processos de apropriação e dominação, respectivamente

A pesquisa utiliza a metodologia proposta por Geraldo Gomes Serra (2006), no livro *Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*, em que o autor aponta a importância da utilização de um modelo para a dissertação. Segundo

o autor, modelo é definido como: “uma representação da realidade, a qual é feita através da expressão de certas características relevantes da realidade observada e onde a realidade consiste de objetos ou sistemas que existem, existiram ou possam existir” (SERRA,2006, p. 91). O autor adota a tipologia de modelos proposta por Echenique (1975), o qual se baseia em três questões: “para quê?”, “do que é feito?” e “inclui o tempo?”. Essas tipologias são divididas em níveis, sintetizadas conforme a Figura 2:

Figura 2: Diagrama de tipologias de modelos propostas por Echenique



Fonte: Serra, 2006. Adaptado pela autora

A pesquisa apresenta caráter metodológico qualitativo, seguindo dois eixos: 1) revisão bibliográfica com articulação entre os conceitos de território, patrimônio territorial e processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização com a temática da água e 2) estudo aprofundado do recorte territorial delimitado pela sede urbana do município de Santa Maria de Jetibá inserida do limite da bacia hidrográfica do rio São Luiz com extensões à região do exutório do rio São Sebastião de Cima e de córregos tributários do rio Santa Maria da Vitória. O estudo é realizado a partir da representação territorial com mapas, iconografias, diagramas, gráficos, análises e sínteses. Desse modo, em relação ao primeiro nível de classificação dos modelos, a pesquisa se enquadra no modelo descritivo, em que pretende “apresentar o objeto reduzido às características relevantes do ponto de vista dos objetivos da pesquisa” (SERRA, 2006, p. 91).

No segundo nível de classificação, a pesquisa se enquadra no modelo conceitual verbal no sentido de expressar ideias. Serra indica que relatórios, teses e dissertações são modelos

conceituais verbais. Além disso, a pesquisa também se enquadra no modelo físico, que ainda é caracterizado em: icônico (fotografias); e/ou analógico (mapas), em que a “interpretação depende de um conjunto de regras”.

No contexto atual, em que a exploração do território acontece de maneira intensificada, entende-se a necessidade de realizar estudos sob uma ótica que considera o valor patrimonial do território; nessa pesquisa, explicita-se por meio da análise e representação do território. Nesse sentido, compreende-se a importância da representação gráfica do território como caráter documental e analítico/cognitivo importante para o planejamento/projeto do território. Para tanto, a pesquisa perpassa por algumas etapas do processo metodológico proposto pela Escola Territorialista Italiana, referenciados nos trabalhos de Alberto Magnaghi, Fabio Lucchesi e Massimo Carta, que sugere a interpretação do território tendo como base a sua representação, permitindo formular análises e sínteses. Com essa finalidade, a utilização de tecnologias da geoinformação como ferramenta é relevante, uma vez que essas permitem a interpretação da realidade, apresentando potencialidades em relação à análise do território a partir da integração de dados. Nesse trabalho, utiliza-se como ferramenta de geoprocessamento o *software Qgis*, um sistema de informação geográfica (SIG) de código aberto.

Em síntese, para atingir os objetivos - gerais e específicos - a pesquisa utiliza metodologia qualitativa, visando percorrer os procedimentos abaixo listados.

Etapa 1 - Revisão bibliográfica fontes secundárias, relacionada à tríade temática Patrimônio-Território-Água, para isso, tem-se como principais referenciais teóricos os estudos realizados por Alberto Magnaghi, Milton Santos, e Rogério Haesbasrt.

Etapa 2- Revisão bibliográfica referente à metodologia, com aspectos relacionados ao estudo da representação territorial proposta pela abordagem territorialista italiana e o estudo da interpretação do uso e ocupação do solo, utilizando como ferramenta o *software QGIS*.

Etapa 3 - Coleta e seleção de dados secundários para elaboração dos mapeamentos.

Etapa 4 - Aproximação ao território à luz da metodologia adotada, com vista ao reconhecimento e mapeamentos de análise e síntese que representem os componentes físicos-naturais, construídos e antrópicos.

Etapa 5 - Análise de resultados obtidos.

A dissertação é então desenvolvida em três capítulos, sendo o capítulo dois voltado para a abordagem conceitual, o capítulo três para a abordagem metodológica de representação territorial e o capítulo quatro para a apresentação do objeto de estudo e, por fim, as considerações finais.

O segundo capítulo - *Território, Patrimônio e Água: noções conceituais* - se constitui pelo referencial teórico da dissertação e tem como objetivo discutir, a partir de noções conceituais, a água como elemento estruturante do território, portanto indispensável à natureza e ao desenvolvimento das sociedades. No primeiro momento, busca-se a compreensão do conceito de território, amparo-conceitual da pesquisa. Desse modo, entende-se esse elemento como recurso estruturante à valorização do patrimônio territorial, conceito desenvolvido pela Escola Territorialista Italiana<sup>1</sup>. Dessa forma, para esse capítulo conceitual, pretende-se articular uma rede conceitual, sustentada, principalmente, nos seguintes autores: Alberto Magnaghi (2001, 2010), Milton Santos (1988) e Rogério Haesbaert (2005, 2012). A análise e síntese dos conceitos são de fundamental relevância, pois constitui o alicerce conceitual dos capítulos seguintes.

O terceiro capítulo - *Representação com alicerce analítico do território* – tem como objetivo a apreensão metodológica para a obtenção do produto final. Nesse sentido, a pesquisa tem como base principal o trabalho desenvolvido por Fabio Lucchesi (2010) e Massimo Carta (2001), pesquisadores articulados à Escola Territorialista Italiana, os quais desenvolvem aspectos metodológicos e conceituais sobre a temática da representação contribuindo por trazer um estudo à produção cartográfica georreferenciada que também está preocupada em retratar aspectos do território sob uma perceptiva identitária com a finalidade de reconhecimento do patrimônio territorial. Portanto, ao articular sistematicamente dados concernentes ao conhecimento do território e do patrimônio, segundo essa metodologia, a representação auxilia na compreensão das tendências territoriais, importante aspecto a ser considerado na discussão da temática da água, visto que estudiosos demonstram a relevância do alargamento do conceito de bacia hidrográfica como território, estratégico para o planejamento. No final do capítulo, apresenta-se os procedimentos metodológicos realizados no objeto de estudo com a utilização do software QGIS.

O quarto capítulo - *Representação Territorial na sede municipal de Santa Maria de Jetibá* – apresenta-se a perspectiva analítica do objeto de estudo da pesquisa de acordo com os processos de dominação e apropriação, conceituados por Haesbaert (2005). Inicialmente, apresenta-se uma contextualização histórica a qual permite a compreensão dos processos territorializantes do território de estudo. Em sequência, apresentam-se descrições sintéticas e descrições analíticas das representações territoriais como resultado da aplicação metodológica disposta no terceiro capítulo. As sínteses analíticas resultam na representação, em mapa, do Patrimônio Ambiental, Patrimônio Territorial-Paisagístico e do Patrimônio

---

<sup>1</sup> A Escola Territorialista Italiana é criada por Alberto Magnaghi, e coordenada com participação de diversos laboratórios de universidades italianas, de diferentes campos disciplinares, direcionados para investigação da problemática de insustentabilidade no território, a fim de elaborar projetos direcionados ao desenvolvimento local autossustentável.

Socioeconômico os quais permitem compreender as relações entre sociedade e natureza. Por fim, a interpretação das relações em uma perspectiva de recurso e capital, preponderantes na área territorial de análise, sobreposta à historiografia, possibilita a representação conceitual das tendências territoriais com o diagrama dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e o Mapa das Repercussões Territoriais orientadas por processos de dominação.

## 2. TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO E ÁGUA: NOÇÕES CONCEITUAIS

O Patrimônio Territorial, de acordo com Magnaghi (2000), é resultado da coevolução entre o ambiente físico/natural e o ambiente construído pelo homem - ou, como dizem os ambientalistas, ambiente antrópico - reconhecido a partir da atribuição de valor de modo integrado pela sociedade e importante a ser considerado nas práticas de gestão e planejamento em uma perspectiva de transformação e/ou conservação do território. Nesse sentido, entende-se a água como um elemento com potencial para integralizar essas três camadas do patrimônio territorial, uma vez que é atribuído um valor não econômico aos elementos naturais ao longo do processo histórico, logo a Natureza, “ela pode ser natural na sua existência isolada, mas, no processo histórico, ela é social”(SANTOS, 1992, p. 18).

Com isso, faz-se necessária a apreensão do estudo do território, suas relações e seus processos de Territorialização – Desterritorialização e Reterritorialização. Conforme Magnaghi (2001), a territorialização está associada aos atos de dominação do ambiente, que são estruturados da relação entre o assentamento humano e o ambiente, ou como o mesmo denomina de *atos territorializantes*.

Já o processo de desterritorialização, para Magnaghi (2001), está relacionado com as interrupções ocorridas no processo histórico da construção dos lugares. Que ocorre quando um dos ciclos de territorialização, como no acontece atualmente é autônomo de todos os anteriores, no interior de um crescente divórcio entre a natureza e cultura, induzido pelas regras de modernização e pela construção de uma segunda natureza artificial. Desse modo, entendem-se as mudanças ou transformações radicais nas formas de assentamento e seus elementos constituintes como decorrentes de processos de desterritorialização, ou desconstrução territorial dos elementos constitutivos do ciclo de civilização anterior.

A reterritorialização se constitui como uma reconstrução e ligação ativa entre história e futuro, de acordo com Magnaghi (2001). O autor ressalta que o processo de desterritorialização precede ao processo de reterritorialização, num constante movimento, concomitante e complementar. Porém o autor complementa que a reterritorialização deve acontecer baseada no reconhecimento do patrimônio territorial.

Portanto, os subitens a seguir tem como objetivo ampliar a discussão sob os aspectos da água como elemento catalisador que orienta a ocupação e o vínculo com o território, basilar para o desenvolvimento das sociedades. Por consequência, as relações entre sociedade e natureza são importantes âmbitos a serem considerados na esfera do planejamento e gestão territorial.

## 2.1 O TERRITÓRIO: SEUS PROCESSOS E SUAS RELAÇÕES

As concepções e abordagens do território passam a ser revisadas e utilizadas com intensidade com influência do materialismo histórico e dialético, segundo Saquet (2007), a partir da década de 1960-70. Como citado anteriormente, para Magnaghi (2001), o território é o produto histórico dos atos culturais do homem em relação dialética e coevolutiva com o meio ambiente. Entende-se, então, que o território é o resultado dinâmico, estratificado e complexo de sucessivos ciclos de civilização; é um sistema complexo de relações entre comunidades estabelecidas (e suas culturas) e o meio ambiente. Portanto, é a ação da sociedade estabelecida, em sua produção e estruturação, em construir boas ou cativas relações com o meio ambiente e, conseqüentemente, bons ou maus equilíbrios ecossistêmicos. Logo, o território pode ser identificado como o ambiente do ser humano em coevolução com o ambiente natural.

A coevolução, como explicitada anteriormente, “interpreta as regras do meio ambiente através da mediação cultural própria a cada civilização, através do qual o “lugar” não é nem natureza nem cultura, mas antes o fruto de uma relação dinâmica entre as suas componentes” (MAGNAGHI, 2017, p. 91-92). Logo, o ambiente físico/natural se refere ao entendimento processo de interrelacionado da ecologia, que envolve a aspectos geomorfológicos, hidrológicos, climatológicos, a flora, e a fauna. Já o ambiente construído, ou antropizado, faz referência às estruturas físicas de longa duração, como as tipologias urbanas e rurais, ligadas aos meios de produção características da paisagem, dentre outros. E o ambiente antrópico, refere-se ao conhecimento ambiental e aos modelos socioculturais, em outras palavras, às características do *milieu*<sup>2</sup>.

Desse modo, o território é compreendido por Magnaghi (2010) numa perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais e da sociedade com a própria natureza. A perspectiva integradora envolve a leitura do território “como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural” (HAESBAERT, 2012, p. 74). Saquet corrobora com a visão de Magnaghi quando escreve que o processo de produção do território é

[...] constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N). (SAQUET, 2007, p. 56)

Saquet (2013) define o território de maneira a correlacionar o pensamento dos autores supracitados. Portanto, o território dentre seu significados, tem as seguintes conotações:

---

<sup>2</sup> Palavra de origem francesa que significa meio.

[...] natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou e distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona os fenômenos e processos territoriais. (SAQUET, 2013, p. 24)

Dessa maneira, o território é compreendido como o resultado do processo de apropriação e dominação social, inserido num campo de poder, e de “relações socioespaciais, nas quais a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras” (SAQUET, 2007, p. 58). E, vinte anos antes, Santos (1988) aponta que o território é o *novo ecossistema* que vem sendo construído pelas *civilizações humanas* durante anos, uma natureza antropizada. Portanto, a configuração territorial pode ser compreendida como resultado do “conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área”. E, para Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, uma vez que a sociedade ao se apropriar do espaço a domina, ou seja a territorialização, revelando relações de poder exercidas por pessoas ou grupo de pessoas.

Neste ponto, torna-se evidente, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização ocorrem sobre uma base com a interferência das transformações sociais. O estudo visando um quadro interpretativo do território enquanto produto realizado em atos territorializantes, sendo esse produto fruto de transformações e permanências ao longo do tempo, permite entender as características identitárias do local.

Nesse sentido, os atos territorializantes são estruturados na relação entre o assentamento humano e o ambiente natural e/ou antropizado. E cada ciclo sucessivo de civilização é nutrido de maneira original pelos atos territorializadores do ciclo anterior, reinterpretando-os e estruturando-os de forma diferente. Portanto, como defende Magnaghi (2001, p. 7), o estudo do processo de territorialização é essencial para a compreensão da identidade do lugar e sua dinâmica reprodutiva.

Deve-se ressaltar, também, que a interação entre os atos territorializantes subsequentes, ou seja, os ciclos de territorialização, constituem sedimentos territoriais pelo acúmulo histórico de cunho material e cognitivo que associados determinam seu valor. Os sedimentos territoriais de ordem material se expressam pelas estruturas físicas naturais de longa duração (relevo formados pelas rochas e o próprio solo, a água, a vegetação, dentre outros), e pelas estruturas físicas do novo ecossistema conceituado por Milton Santos (1988) (estruturas viárias, tipologias urbanas, dentre outros), que são as criadas pelas civilizações humanas durante anos. Os sedimentos territoriais de ordem cognitiva se expressam pelo conhecimento ambiental, o modelo sociocultural e a forma de produção de conhecimento, os quais constituem o "milieu".

Em contrapartida, Magnaghi (2001) afirma que o processo de desterritorialização está relacionado com as interrupções, que ocorrem no processo histórico de construção dos lugares. Isto ocorre quando um dos ciclos de territorialização se torna autônomo de todos os anteriores, dentro de um crescente divórcio entre a natureza e cultura induzido pelas regras de modernização e a construção de uma segunda natureza artificial.

Sintetiza-se que no processo de desterritorialização o território é tratado como mero apoio de um sistema de atividades econômicas estabelecidas de acordo com regras abstratas por natureza, qualidade e identidade dos lugares. Logo, as atividades encontram as razões para seu aprimoramento na relação entre homem e maquinário marginalizando a relação entre o homem e a natureza. Ainda neste processo desterritorialização, para Magnaghi (2001), as mudanças ou transformações radicais nas formas dos assentamentos e seus elementos constituintes são decorrentes da desconstrução dos elementos constitutivos do ciclo de civilização anterior. Principalmente em função de ciclos e decisões econômicas, como por exemplo: com o abandono de edifícios; formas de comunicação; modificação da centralidade; decadência de algumas cidades e regiões; dentre outros;

Já Claude Raffestin (1984 apud MAGNAGHI, 2001, p. 12) entende que a territorialização se constitui como o resultado duradouro dos diferentes ciclos de civilização, a desterritorialização contemporânea que indica os processos de organização territorial relacionados à redução do território ao espaço econômico e a reterritorialização futura, se constitui como uma reconstrução e uma ligação ativa entre história e futuro.

É válido ressaltar, ainda, que o processo de desterritorialização precede ao processo de reterritorialização, num constante movimento, concomitante e complementar. Como afirma Saquet:

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórios, mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC<sup>3</sup>, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A desterritorialização num lugar significa a re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território. (SAQUET, 2013, p. 218)

Desse modo, compreende-se que os fenômenos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização não acontecem de forma isolada, principalmente, considerando o mundo globalizado e cada vez mais interligado em rede. Face às dinâmicas do capital, um espaço territorializado pode perder sua função e ser desterritorializado por outro grupo e reterritorializado por outro grupo.

Portanto, entende-se a desterritorialização contemporânea desconectada de uma posterior reterritorialização, seja na dimensão econômica, política, cultural ou da natureza externa ao

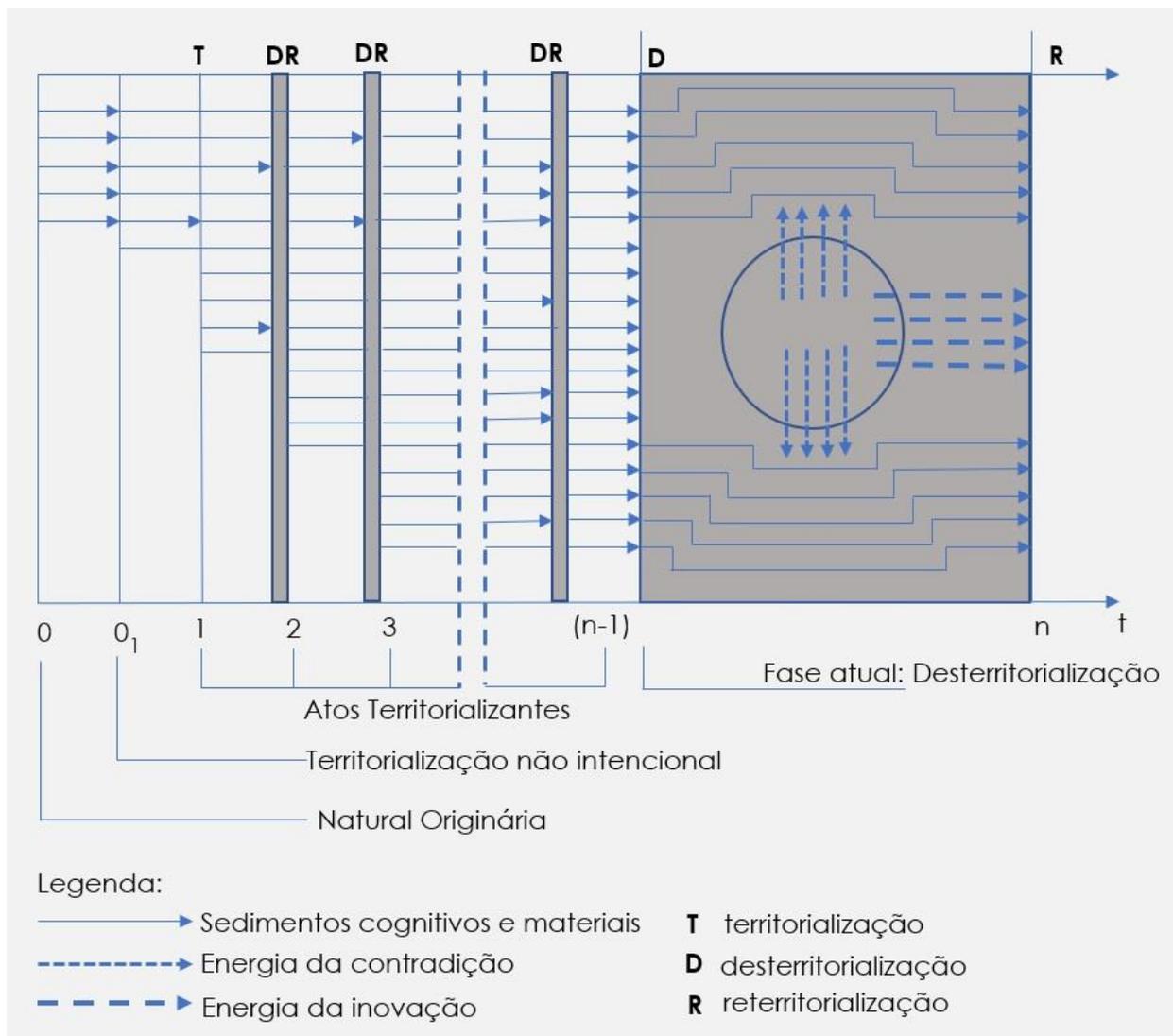
---

<sup>3</sup> Economia, Política e Cultura

homem (E-P-C-N). A proposta de Magnaghi, articulada com Claude Raffestin, é que a reterritorialização se baseie no reconhecimento do patrimônio territorial.

Como Método de Análise do processo de territorialização – desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), Magnaghi (2001) propõe um esquema conforme demonstrado na Figura 3, que pode ter sua aplicação fundamentada por diferentes parâmetros, tanto analíticos, feitos a partir das seções históricas, como sintéticos, dados a partir das representações territoriais.

Figura 3: Esquema analítico do processo T-D-R proposto por Magnaghi



Fonte: Magnaghi, 2001. Adaptado pela autora

O início do esquema representa o processo histórico de territorialização, conforme Magnaghi (2001), dividido em seções que são significativas para a análise. A seção “0” representa a territorialização do sistema ambiental original, associado à sua evolução geomorfológica. A seção “0.1” representa os atos territorializantes da primeira colonização nômade. A seção “1” representa os atos territorializantes mais estruturados, sedimentados nos modos de saber da colonização anterior, dá-se o mesmo princípio para as seções “2” e “3”.

Magnaghi (2001) complementa que a seção “n-1” representa a civilização anterior à contemporânea, que ainda possui em seus atos territorializantes características de conservação e desenvolvimento dos tipos territoriais, com articulação entre assentamento humano e meio ambiente, ou seja, está relacionada com a representação da longa duração proveniente do acúmulo dos ciclos anteriores. E o mesmo autor ainda diz que a seção “n” se caracteriza pela civilização da segunda metade do século, em que existe uma desterritorialização alargada, pois está associada aos grandes sistemas de produção em massa e mercado mundial, ou seja, a força maior está desassociada com o território local.

As escolhas das seções são convencionais, sendo estas comparadas com as peculiaridades históricas e ambientais de cada contexto geográfico. E, como estratégia de representação dos ciclos se utiliza a análise do processo histórico de colonização como, por exemplo, os neolíticos, os etruscos, romanos, idade média, renascimento, etc., com o objetivo de destacar as peculiaridades tipológicas do assentamento em seus processos de transformação.

A crítica de Magnaghi (2001), no que se refere à produção do território, está relacionada ao fato da sociedade contemporânea passar por um processo alargado de desterritorialização, como representado no esquema, o qual está associado com o processo de desenraizamento impulsionado, principalmente, pelas ações da globalização.

Entende-se que o estudo dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é um importante campo de estudo para o reconhecimento e entendimento do patrimônio territorial, visto que o mesmo subsidia o projeto para desenvolvimento local. Ressalta-se, ainda que, o patrimônio territorial se constitui da síntese das análises históricas do processo de territorialização, que assumem formas de sedimentos cognitivos (conhecimentos ambientais, modelos socioculturais e de identidade, conhecimento produtivo, constituintes do “milieu”), e de sedimentos materiais (que denotam o tipo territorial e a paisagem, como os *neo-ecossistemas* ambientais de Milton Santos descritos em suas estruturas e funções).

Magnaghi (2001) afirma que a persistência e a permanência de artefatos, de infraestruturas territoriais, de tipologias urbanas e prediais, de tecidos agrícolas, de regras morfológicas, através dos ciclos T-D-R, compõem a descrição do tipo territorial duradouro e as características da paisagem, que denotam a individualidade do lugar. Desse modo, a análise dos ciclos T-D-R de uma determinada área permite a compreensão dos elementos territoriais de longa duração. O reconhecimento e compreensão das estruturas de longa duração respaldam a valorização ativa do território e a abordagem integrada e não-hierárquica de seus componentes: a identidade territorial.

Acredita-se que com a contemporaneidade os territórios passam por uma explosão e deste modo com uma produção de uma multiterritorialidades. Podemos entender este processo

como a consequência “direta da predominância, especialmente no âmbito do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, de relações sociais construídas através de territórios-rede, sobrepostos e descontínuos, e não mais em territórios-zona.” (HAESBAERT, 2012, p. 337). O mesmo autor aponta a necessidade de fazer as seguintes distinções:

- os **agentes** que promovem a multiterritorialização e as profundas distinções em termos de objetivos, estratégias e escalas, sejam eles indivíduos, grupos, instituições, o Estado ou as empresas.
- o caráter mais **simbólico** ou mais **funcional** da multiterritorialidade – tal como no território, ela aparece ora com uma maior carga simbólica (como no caso das grandes diásporas de imigrantes), ora mais funcional (como no caso das redes do megaterrorismo global); no primeiro caso é importante analisar também as múltiplas identidades territoriais nela envolvidas.
- os níveis de compressão espaço-tempo (e, conseqüentemente, de “tele-ação”) nela incorporados, ou seja, as **múltiplas “geometrias de poder”** da compressão espaço-tempo, bem como o caráter potencial ou efetivo de sua execução.
- o caráter **contínuo** ou **descontínuo** da multiterritorialidade, até que ponto ela ocorre pela superposição, num mesmo espaço, de múltiplos territórios, ou até que ponto ela corresponde à conexão de múltiplos territórios, em rede (distinguindo então, tal como na distinção entre territórios-zona e territórios-rede, uma multiterritorialidade em sentido lato ou “zonal” e uma multiterritorialidade em sentido estrito ou “reticular”).
- a combinação de “tempos espaciais” incorporada à multiterritorialidade – podendo existir assim, de certa forma, uma multiterritorialidade também no sentido das múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo. (HAESBAERT, 2005, p. 6788-6789)

Portanto, frente à tendência contemporânea de abandono do território ou desterritorialização alargada e desenraizamento, e/ou, frente à produção de multi-territorialidades, pode concluir, o estudo desse processo se apresenta pertinente, constituindo importante ferramenta teórica para a compreensão das transformações territoriais. Logo, torna-se importante compreender as dimensões que o território possam ter.

O território, como dito anteriormente, está imerso em “relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço”, perpassando da “dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica” (HAESBAERT, 2012, p. 95-96). A origem do termo território surge de uma dupla conotação, material e simbólica, sendo que etimologicamente, a palavra território vem do latim *territorium* derivada da palavra terra, conforme Haesbaert (2005), e corresponde com relações de poder, não apenas ao tradicional “poder político”, mas o poder no sentido mais concreto de dominação da terra e no sentido mais simbólico de apropriação da terra.

Henri Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2005), acrescenta diferenciando apropriação de dominação. Enquanto apropriação está mais vinculado com o valor de uso, com marcas do *vivido*, constituindo-se um processo mais simbólico, dominação está mais inserido no processo funcional, vinculado ao valor de troca. Onde,

[...]todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, **funcional** e **simbólico**, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para **realizar “funções”** quanto para **produzir “significados”**. O território é funcional a começar

pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo ("lar" para o nosso repouso), seja como fonte de "recursos naturais" – "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2005, p. 6776, grifo nosso)

Nesse sentido, Haesbaert (2005), propõe duas referências extremas para investigação do território, em dois diferentes âmbitos: um mais simbólico e outro mais funcional. Afirma que, no real, não é manifestado no estado puro, ou seja, um território funcional possui uma carga simbólica e um território simbólico possui uma carga funcional. Em síntese, esses "tipos ideais" são ilustrados na Figura 4.

Figura 4: Quadro dos tipos extremos do território

| "Território funcional"   | "Território simbólico"  |
|--|---|
| Processos de Dominação   | Processos de Apropriação  |
| "Territórios da desigualdade"  | "Territórios da diferença"  |
| Território sem territorialidade (empiricamente impossível)                 | Territorialidade sem território (ex.: "Terra Prometida" dos judeus)           |
| Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)             | Princípio da multiplicidade (no seu extremo: múltiplas identidades)           |
| Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro) | Território como símbolo, valor simbólico ("abrigo", "lar", segurança afetiva) |

Fonte: Haesbaert (2005), adaptado pela autora

Haesbaert (2012) classifica o território a partir de três vertentes básicas, sendo elas:

- I. Vertente jurídico-político, em que "o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder";
- II. Vertente simbólica-cultural, "que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto como produto da apropriação feita através do imaginário ou identidade social sobre o espaço";
- III. Vertente econômica, a qual "destaca a desterritorialização como produto espacial do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho".

Henri Lefebvre (1986, apud HAESBAERT, 2005) explica que as relações de dominação e apropriação do território devam acontecer juntas, ou melhor, esta última deve prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista faz com que a primeira se sobreponha quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva "reapropriação" dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

## 2.2 O TERRITÓRIO COMO PATRIMÔNIO

O território é apontado por Magnaghi (2017, p. 23-24) como “um neocossistema vivo de grande complexidade, fruto dos saberes coletivos de numerosas gerações e das civilizações que se sucederam no decurso do processo de territorialização”. A interpretação estrutural da paisagem evidencia, segundo o autor, “o processo histórico de coevolução entre o assentamento e o meio, identificando suas invariantes estruturais, as regras genéticas e as regras de transformação que permitem a reprodução da identidade dos lugares.” Nesse sentido, Magnaghi afirma que o espaço de vida humana, transformado em território pelos atos territorializantes, constituem o “bem comum por excelência da humanidade”, pois constitui o meio essencial para a reprodução material da vida humana e para a realização das relações socioculturais e da vida pública.

A ação humana, em seus processos de assentamento, desde o Neolítico, transforma profundamente os ecossistemas; pode prejudicar muito o meio ambiente; mas, sobretudo, as reflexões que esse dano tem sobre a qualidade do território. Magnaghi (2017, p. 44) compreende que a civilização contemporânea, “norteadas principalmente por paradigmas economicistas, tende a produzir na estrutura territorial efeitos, sobretudo, detratores da paisagem, agressões aos elementos estruturantes da identidade, assim, originando a destruição dos lugares”, interpretado como uma crise socioespacial.

As causas dessa crise, pela perspectiva territorialista italiana, estão condicionadas pela civilização moderna, no momento em que a relação entre cultura e natureza é interrompida em prol de uma cultura de dominação que considera a natureza como não essencial ao processo de coevolução, reduzindo-a a um substrato físico de apoio aos assentamentos humanos. Nesse contexto, a crise socioespacial é caracterizada por dois elementos contextuais, sendo eles: a) a crise exponencial dos equilíbrios ambientais (alterações e mudanças climáticas), alimentada pelo princípio progressista e de desenvolvimento fundadas no crescimento econômico; e b) a crise do sistema, que põe em causa as variáveis estruturais do crescimento econômico mundial (MAGNAGHI, 2017).

O território considerado como bem comum é tratado pela civilização contemporânea em duas vertentes, onde “na primeira, com a privatização e a mercantilização das suas principais componentes; na segunda, pela rejeição do bem comum território para algumas zonas ‘compensatórias’, como proteção do desenvolvimento” (MAGNAGHI, 2017, p. 26), onde aqui podemos as ter áreas protegidas. Assim, se configura em um sistema dual de uso do território. Enquanto, por um lado, grande parcela da sua superfície é tratada, segundo as regras da economia; por outro, tem-se os espaços da natureza e da história protegidos das regras do desenvolvimento.

Atormentados pela nossa má consciência, acabamos por construir formas de “indenização” para compensar e reparar os danos que o desenvolvimento causa à “natureza” (através da criação de parques) e à cultura (através da proteção dos monumentos, das cidades históricas e das paisagens de exceção). Levando a questão ao extremo, podemos dizer que a área protegida é protegida “do desenvolvimento” através de um difícil processo que visa subtrair áreas do território. (MAGNAGHI, 2017, p. 27)

Magnaghi (2017) sugere que a visão dicotômica supracitada seja superada em dois níveis:

- I. Ultrapassar a dicotomia entre patrimônio natural e patrimônio cultural que possuem raízes em princípios da conservação, com a inventariação de bens pontuais e com a definição que reintegra o binômio natureza/cultura no conceito de território, enquanto resultado de um processo de coevolução entre o meio e as civilizações;
- II. Ultrapassar, conseqüentemente, uma visão reducionista geográfica e pontual do patrimônio. Articula-se, portanto, uma concessão de regras integradoras do território em seu todo, considerado como território histórico. Para isso, a dicotomia entre conservação/transformação deve ser superada através do reconhecimento de regras dos assentamentos humanos que permita elevar a qualidade patrimonial do território no seu conjunto com ações complexas de proteção, de reutilização, de transformação e de reconstrução de paisagens degradadas, urbanas e rurais.

Nesse sentido, Magnaghi (2010) argumenta que novos equilíbrios entre os assentamentos humanos e o meio ambiente sejam encontrados através da produção de novos ecossistemas, resultado de novas relações coevolutivas entre o homem e o meio ambiente, e não na busca de equilíbrios naturais abstraídos pela presença de assentamentos humanos e suas culturas.

O alargamento do conceito de patrimônio ao território é uma abordagem que substancia o conceito de patrimônio territorial e adquire visibilidade para as discussões sobre teorias do desenvolvimento local.

Magnaghi (2010) entende que a insustentabilidade no território contemporâneo está associada com a desconexão entre os sistemas de valores ambientais, construídos e antrópicos no planejamento local e regional. Para tanto, é uma abordagem, segundo o autor, que compreende a sustentabilidade como qualidade imanente ao código genético da organização socioterritorial que se autossustenta nos processos de transformação. Portanto, para essa abordagem, o desenvolvimento e a sustentabilidade não são paradigmas dicotômicos.

A alta qualidade territorial, segundo Magnaghi (2010), é produzida na história das civilizações através da construção de relações virtuosas entre uma comunidade e o meio ambiente que a circunda. Sendo que a produção da alta qualidade territorial requer um percurso em que a sociedade local seja capaz de realizar atos em que tenha como princípio o reconhecimento do seu próprio território e sua valorização. Nesse sentido, o autor aponta que o auto-

reconhecimento, o crescimento da identidade local e sua capacidade de repensar são, portanto, matrizes do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, para os teóricos da Escola Territorialista Italiana, o território, em uma situação de desenvolvimento local, adquire as seguintes dimensões que segundo Poli (2015) são: patrimônio territorial, recurso territorial e capital territorial. O conceito de patrimônio está vinculado ao objeto de transmissão intergeracional e diz respeito ao bem comum, portanto, considerado fruto do processo social, e ao mesmo tempo, uma base atual de potencial valorização social.

Raffestin (1981 apud POLI, 2015) compreende que recurso, etimologicamente, deriva da ressurgência latina, “ressurgir” da descoberta, através de um processo de revelação do valor desse material como instrumento de desenvolvimento. Nesse sentido, Poli (2015) afirma que um recurso, seja ele material ou imaterial, acontece quando o (i)material perpassa por um processo de transformação, o qual é levado para uma realidade útil para algum outro propósito. Especificamente, o “recurso territorial” tem esse processo vinculado ao contexto local que o expressa. Um processo de descoberta dos ativos territoriais para valoração de uso do território, resultado associado ao processo de transformação cujo sujeitos e objetos locais são essenciais. Portanto, Poli (2015) conclui, o termo recurso territorial tem uma natureza particular, pois tem uma dimensão patrimonial, que está na base de sua especificidade. Para Magnaghi (2017), patrimônio e recurso se distinguem, conceitualmente, em que o primeiro é entendido como valor de existência e o segundo entendido como forma específica de interpretação pelo seu valor de uso. Poli (2015) compreende que o capital territorial é um conceito que enfatiza as especificidades locais de um território, nos elementos complexos que o compõem, são reconhecidos e postos em prática para alcançar um alto nível de competitividade econômica.

Segundo Franzato (2009), indica que o capital territorial pode ser definido como o complexo de elementos (materiais e imateriais) a disposição do território, aos quais podem constituir pontos de força ou restrições reais, dependendo dos aspectos levados em consideração. Nesse âmbito, o autor sugere que o território deve ser entendido como um sistema fluido e aberto, não como um mero contêiner de desenvolvimento. Além disso, o território tem uma profundidade histórica. Deve-se partir dessas considerações para aproximar o conceito de capital territorial, que é evidentemente muito mais do que o conjunto de recursos hidrogeológicos úteis para o desenvolvimento. Nesse sentido, o capital territorial acontece a partir de processos duradouros, fruto da interação entre o ambiente e a comunidade, ou seja, pelas ações de territorialização realizadas em um dado território. Franzato (2009) sintetiza os seguintes recursos atribuíveis ao componente cultural do capital territorial:

- I. Bens culturais (materiais e imateriais);

- II. *Genius Loci* (mentalidade, modus operandi ou, mais genericamente, o espírito do lugar, como eles são percebidos pela comunidade estabelecida em um território ou do lado de fora);
- III. Capital simbólico e identidade local e
- IV. *Milieu* local (parte da capital territorial que, embora de natureza ambiental, econômica ou social, resulta numa idiossincrasia cultural e identidade do território).

O conceito desenvolvimento local autossustentável se refere ao crescimento da sociedade local e à sua capacidade de autogoverno para a produção de bem-estar individual e coletivo. Em suma, o desenvolvimento está associado à sociedade local, à sua autonomia e à sua diferenciação - vocação de desenvolvimento. Neste ponto tem-se que

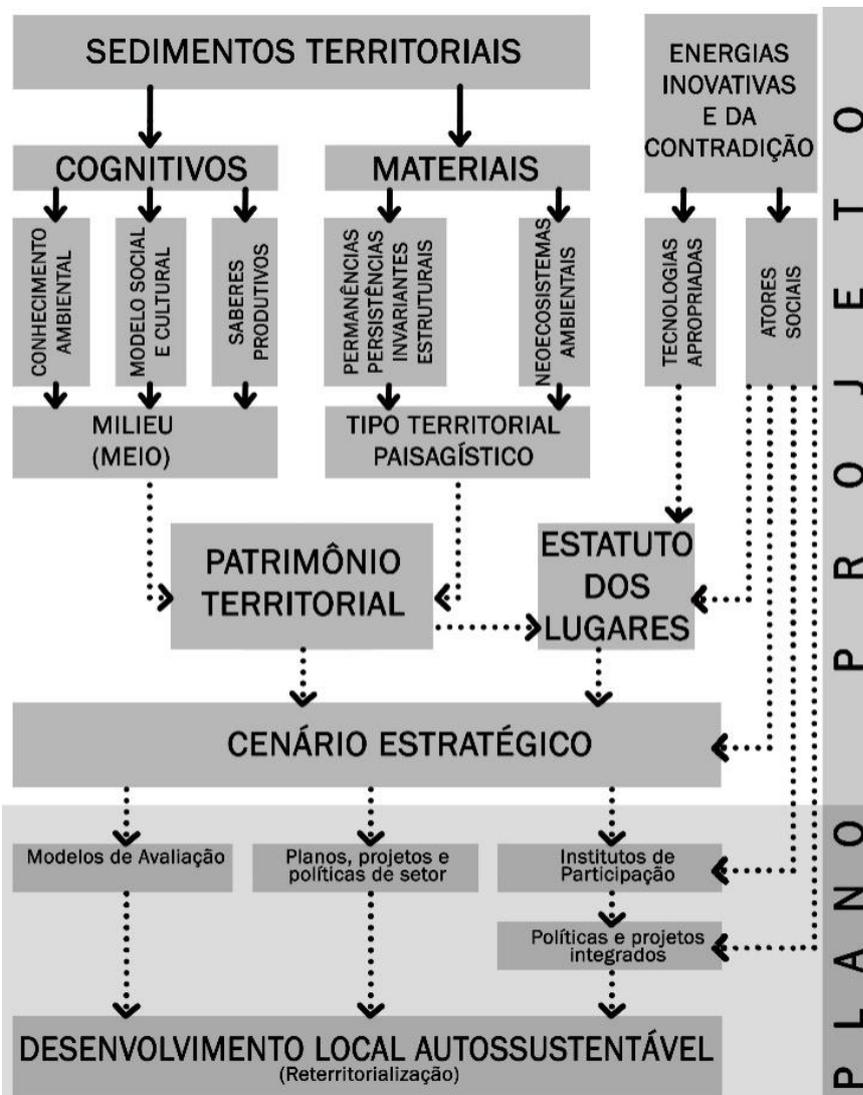
as teorias do desenvolvimento local, alicerçadas na constatação da crise deste modelo, conferem um valor às diversidades, às particularidades identitárias, aos saberes locais. Implicam que cada local seja produtor de bens que não possam ser produzidos em outros locais precisamente porque se encontram ligados ao valor acrescentado do patrimônio territorial na sua unidade. (MAGNAGHI, 2017, p. 30)

Logo, o território, entendido apenas como um bem comum, deixa de ser uma plataforma instrumentalizada para assumir um lugar central na produção de riqueza territorial. Poli (2015) aponta que o reconhecimento deste valor passa a exigir uma certa garantia da existência do patrimônio territorial como recurso para a produção de riqueza para a comunidade. O autor ainda argumenta que o alargamento do conceito de patrimônio ao território e, conseqüentemente, a entrada do conceito de patrimônio territorial na esfera do planejamento, propõe um afastamento com o modelo de desenvolvimento “economicista”. Desse modo, entende-se que o conceito de patrimônio territorial e sua aplicação no planejamento territorial seja um movimento contrário à reprodução ampliada do capital e que contribui ao desenvolvimento local.

A abordagem territorialista italiana fundamenta o estudo do território no princípio do retorno dos lugares no projeto; segundo explica Magnaghi (2005, p. 7-8), essa abordagem do projeto do território se delinea por meio de cinco movimentos: 1) definição, a nível teórico e metodológico, do significado do conceito de desenvolvimento local autossustentável; 2) consolidação da definição da metodologia e da técnica de representação identitária do lugar e dos seus sedimentos patrimoniais, organizado em atlas, códigos, descrições analíticas, figuras territoriais, descrições sinóticas; 3) elaboração do estatuto dos lugares identificando as invariantes estruturais e as regras de transformação do território, em cuja representação identitária é a base; 4) elaboração de visões estratégicas de futuro (cenários), fundamentados na valorização dos sedimentos patrimoniais locais, segundo as regras definidas no estatuto do lugar; e 5) redefinição das ações, dos instrumentos e dos processos no planejamento a partir de inovações presentes nos primeiros quatro movimentos. Em síntese, Magnaghi

propõe esquema do processo analítico projetual para o desenvolvimento local autossustentável (Figura 5):

Figura 5: Esquema representacional da articulação de um processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável



Fonte: MAGNAGHI (2005, p. 08) tradução NOSSA (2020)

O percurso analítico-projetual de um desenvolvimento local autossustentável se divide em dois setores: o projeto e o plano. O projeto compreende o sistema analítico do patrimônio territorial que se constitui nos sedimentos territoriais, compostos por sedimentos cognitivos e sedimentos materiais que caracterizam o tipo territorial e a paisagem. Os sedimentos cognitivos se expressam pelo conhecimento ambiental, o modelo sociocultural e a forma de produção de conhecimento. Os sedimentos materiais se expressam pelas estruturas físicas de longa duração (relevo, água, dentre outros), e pelas estruturas físicas do novo-ecossistema (estruturas viárias, tipologias urbanas, dentre outros) criadas pelas civilizações humanas durante anos. O conjunto dessas duas estruturas compõe o que a abordagem territorialista italiana define como as figuras territoriais.

Sendo assim, concebe-se o patrimônio territorial como o conjunto de sedimentos que interagem no processo de territorialização, sendo eles de ordem material e de ordem cognitiva. Nessa etapa do esquema existe o esforço de reconhecer e representar a identidade do lugar a partir do conjunto de valores do patrimônio territorial sensorial perceptível, ou seja, a partir da representação identitária do território. Ressalta-se que o conceito de valor atribuído ao patrimônio territorial, nesse entendimento, refere-se aos elementos de "longo prazo constituintes do lugar, e independentes das formas do seu uso. Tais valores podem ser vistos como recursos quando a sociedade os ressignifica" (Magnaghi, 2005, p. 59, tradução livre).

A construção do estatuto do lugar perpassa um longo processo participativo e complexo de reconhecimento dos valores patrimoniais do território, e que define as regras de uso e transformação do território no interesse coletivo, antecedendo a elaboração do cenário estratégico. O estatuto dos lugares, nesse esquema de processo de planejamento, difere o setor projetual analítico do setor estratégico operativo (MAGNAGHI, 2010, p. 143).

O estatuto dos lugares, afirma Magnaghi (2005) é um passo subsequente para o reconhecimento, descrição e representação da identidade do lugar. Isso define a estrutura identitária do território, representada pelos invariantes estruturais, resultantes da análise dos processos de territorialização. O autor ressalta que o termo "invariante estrutural" nasce no âmbito das disciplinas biológicas para indicar características do sistema vivo que não variam e garantem a conservação do sistema e sua adaptação às perturbações externas. A expressão indica as características que constituem a identidade do sistema e permitem que seja mantido, adaptando-o aos impactos.

Desse modo, os invariantes identificam as características constitutivas e de desempenho dos bens patrimoniais, que contribuem para definir as identidades ambientais, territoriais e paisagísticas do território, e as regras gerais para o uso dos próprios ativos como recursos potenciais. O estatuto do lugar, portanto constitui um *corpus* de invariantes, regras, restrições e prescrições, como planos para transformar o território. O mesmo autor ainda propõe, também, a construção de um estatuto a partir dos saberes contextuais e de autorreconhecimento dos valores patrimoniais pela comunidade local.

Balizado por hipóteses projetuais, o cenário estratégico compreende indicativos para a transformação, apresentando os valores do local autossustentável. A construção do cenário estratégico se insere na lógica de visões de futuro do local, portanto, não se considera a sua aplicação imediata ao território. Porém, é um quadro de agentes potenciais de mudança e segundo Magnaghi, "a importância da construção de visões de uma cidade ideal, em oposição ao realismo generalizado, está em fazer da necessidade uma virtude, redescobindo o ritmo musical da expansão urbana e da poética da cidade." (2005, p. 116, tradução livre)

### 2.3 A ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA: A ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE

A água é um elemento complexo que se constitui como uma substância química composta por duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio (H<sub>2</sub>O), que em termos físicos apresenta-se em três estados: sólido, líquido e gasoso. Sendo o mesmo indispensável à vida e, desse modo, adquire a função de base material para o processo de desenvolvimento das sociedades humanas, mostrando relevância nos aspectos culturais, sociais e históricos (MARSON, 2008). Portanto, pode-se considerar a água um elemento híbrido que abrange diferentes esferas da ciência (química, física, biológica, antropológica, sociológica, historiográfica, geomorfológica, etc.).

A água se constitui em um híbrido, pois se faz presente em diversos aspectos da realidade humana, uma vez que mesmo como “bem natural” ela se integra à lógica de valor e uso, segundo os padrões sócio-históricos em que está inserida. (PERES, 2017, p. 17)

A distribuição da água acontece de maneira irregular no mundo, segundo a Agência Nacional das Águas (ANA), e é estimado que 97,5% da água existente no mundo são salgadas, não sendo adequadas ao consumo direto e nem à irrigação da plantação. Da porcentagem de água doce (2,5%), 69% possuem um acesso difícil por estarem concentradas nas geleiras, 30% são águas subterrâneas em aquíferos e 1% são as águas encontradas nos rios.

A água adquire centralidade nos estudos da Geografia, pois, como é distribuída de maneira irregular, influencia no clima, na morfologia, nas formas de assentamento e organização social, de forma a contribuir nas características identitárias de cada local. Dessa forma, compreende-se que a água dispõe relações intrínsecas com território envolvendo, portanto, dimensões econômicas, políticas, sociais e físico-naturais.

Aborda-se a temática da água a partir do estudo dos rios em interface com os assentamentos humanos, discutindo a capacidade de tal elemento como estruturante do território e, portanto, estratégico para considerá-lo em suas relações, nas análises e leituras do território, com perspectivas ao desenvolvimento local.

A relação entre a água e a terra é intrínseca, uma vez que vestígios da presença da água são utilizados como indicativos para entender se há ou pode ter havido presenças de vida em outros planetas. A presença da água e sua disponibilidade são consideradas um fator essencial para a localização dos assentamentos. Portanto, a forma mais frequente de se encontrar água doce superficial são os rios, sendo estes considerado elemento extremamente importante para a localização de assentamento humano (MARSON, 2008).

Maria Cecilia Gorski (2008), no seu livro *Rios e Cidades – Ruptura e Reconciliação*, explana que os cursos d’água, rios, córregos e riachos são tidos como marcos ou referências territoriais, pois integram sítios atraentes para assentamentos de curta ou longa permanência.

Assim, a proximidade com a água é a lógica norteadora de inúmeras civilizações antigas para a implantação de seus sítios por motivos funcionais, estratégicos, culturais ou patrimoniais. A autora ainda traz os exemplos de rios antigos e de renomes neste imaginário,

Entre os rios Tigre e Eufrates, como o nome já explicita, construíram-se as cidades da Mesopotâmia, por exemplo, Nínive e Babilônia, e há também as cidades egípcias nas imediações do Nilo, as cidades da civilização greco-romana, junto à bacia do Mediterrâneo e ao rio Tigre, as civilizações orientais nas imediações dos rios do Himalaia, as cidades medievais européias – Londres, ao longo do Tâmis; Paris, ao longo do Sena; Viena, ao longo do Danúbio; Praga, ao longo do Vlatva. (GORSKI, 2008, p. 32-33).

Marson (2008) afirma que tanto a localização dos assentamentos como o desenvolvimento deles estão vinculados à capacidade de encontrar ou “criar” recursos hídricos adicionais. Nesse sentido, a disponibilidade hídrica, tanto em termos de quantidade como em qualidade, torna-se um dos principais fatores limitantes ou indutores ao desenvolvimento.

Ao longo das eras, na acepção de água em movimento, o rio foi esculpindo e alterando a superfície e o subsolo da terra, num processo dinâmico e contínuo, demarcando a morfologia urbana de forma visível (rios, canais, frentes marítimas) ou invisível (drenagem, esgotos, captação). O rio atua, ainda, como coadjuvante de outros elementos para a formação da paisagem natural e cultural, como a topografia, solo, modelagem do relevo, vegetação. (GORSKI, 2008, p. 38)

No Brasil, a situação é similar, uma vez que a água tem uma importante influência na localização dos assentamentos, mais especificamente a dos rios, principalmente no sentido de ser um elo de navegação para transporte de pessoas e produtos. Essa situação acontece, também, por suas condições geológicas e climáticas que, segundo Rebouças (2006), o Brasil é detentor de uma das mais extensas e ricas redes de rios perenes que permite essa função de navegação. Sendo que

É muito antiga a relação de intimidade que se estabelece entre rios e cidades brasileiras. Muitas das cidades coloniais surgiram inicialmente às margens dos rios – mesmo aquelas situadas em baías ou à beira-mar. É, portanto, a partir de rios – grandes, médios, ou ainda pequenos cursos d’água – que muitos núcleos urbanos brasileiros vão surgir. Os rios tinham muito a oferecer, além de água: controle do território, alimentos, possibilidade de circulação de pessoas e bens, energia hidráulica, lazer, entre tantos outros. (COSTA, 2006, p. 10)

Cabe ressaltar que o Brasil, mesmo sendo privilegiado quanto à sua disponibilidade de água, o país apresenta problemas significativos de escassez hídrica. Tais problemas decorrem principalmente do crescimento exagerado das demandas localizadas e sua associação à degradação da qualidade das águas. Os processos desordenados de urbanização, industrialização e expansão agrícola contribuem para esse contexto de escassez hídrica (ALBERTIN, MAUAD, DANIEL, 2006).

A água, como elemento que apresenta características multidimensionais do natural ao geopolítico, expressa capacidade de integrar os âmbitos do território definidos por Magnaghi (2001), físico-natural, construído e antrópico, e, desse modo, apresenta compatibilidade com a perspectiva E-P-C-N.

Na economia, dada a complexidade na qual a civilização contemporânea se encontra, a água está presente em uma gama extensa de atividades, diretamente ou indiretamente, no modo como a sociedade a utiliza. Pode a mesma ser utilizada no abastecimento da sociedade, na irrigação junto a cultura agrícola, no uso industrial, na geração de energia elétrica, na pesca, no transporte fluvial, no entretenimento, etc. Desse modo e nessa dimensão, a água é um elemento material e funcional que propicia a formação de capital. E, cada vez mais temos que os usos dos recursos hídricos têm se intensificado, principalmente devido ao desenvolvimento econômico, “tanto no aumento da quantidade para determinada utilização quanto na variedade dessas utilizações” (LANNA, 2004, in TUCCI, 2004, p. 734).

Uma das atividades econômicas de grande importância no Brasil é a agricultura, e isso, por consequência, exige uma demanda expressiva do uso dos recursos hídricos, a água. Cabe ressaltar que, com a ampliação do modelo de produção capitalista e com a evolução tecnológica, a modernização com equipamentos e mecanização chega à agricultura. Além disso, os incentivos à produção agrícola mecanizada ganham mais espaço em relação à agricultura familiar torna-se mais marginalizada. Como reflexo, o consumo da água aumenta de maneira exponencial e a água passa a se tornar um recurso hídrico fundamental aos processos industriais e agroindustriais (PERES, 2017).

Na dimensão política, pois, segundo Raffestin (1993), o controle e/ou posse da água interessam ao conjunto de uma coletividade, portanto, travam relações conflitantes, que podem ser observadas em grandes ou pequenas escalas. Tais conflitos são provenientes, sobretudo, devido ao desenvolvimento das civilizações e ao surgimento de novos usos e, conseqüentemente, a disputa dos usuários pela água (LANNA, 2004, in TUCCI, 2004).

Como o solo cultivável, **a água** foi e é um trunfo, bem mais ainda que no passado. De fato, no passado as sociedades que elaboravam "políticas da água" estavam localizadas em zonas de fraca precipitação e de temperatura média elevada, como no Egito, na Mesopotâmia, em certas regiões da China etc. Hoje, por causa da utilização e do **consumo aumentados pelo crescimento demográfico e econômico**, todos os países se confrontam com os problemas relacionados à água. A água, como qualquer outro recurso, é motivo para **relações de poder** e de **conflitos**. [...] **A água é então um trunfo tão precioso quanto a vida que ela cria.** (RAFFESTIN, 1993, p. 232, grifo nosso)

Nesse contexto, algumas nações desenvolvem políticas de recursos hídricos com o objetivo de minimizar os conflitos gerados pelo uso da água. No Brasil, é instituída a Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, conhecida como a Lei das Águas. De acordo com a Agência Nacional das Águas (ANA), a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) estabelece os instrumentos para a gestão dos recursos hídricos de domínio federal (aqueles que atravessam mais de um estado ou fazem fronteira) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Sendo que, a políticas das águas no Brasil são o “conjunto consistente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que

concerne à regulamentação ou modificação nos usos, controle e proteção das águas” (LANNA, 2001, p. 1).

A água, além de toda sua característica fundamental natural, também apresenta uma dimensão simbólica essencial para a vida humana. Desse modo, além da reprodução de caráter material, a água reproduz um caráter simbólico. Segundo Oestigaard (2009, p. 11, tradução livre) “a água constitui e cria identidades e valores culturais”. Desse modo, as atividades que envolvem o uso da água pelos seres humanos, conseqüentemente suas tipologias de assentamento, estão associadas com as relações entre sociedade e natureza. Conforme afirma Oestigard (2009), a água possui um forte caráter simbólico, que pode resultar em ações de conservação.

Segundo Diegues (2007, p. 3), a água doce é uma necessidade básica dos seres humanos e a forma como é definida essa necessidade depende da cultura. Nesse sentido, o mesmo autor afirma, portanto, que as representações culturais das águas são variáveis segundo as culturas, religiões, o habitat em que se desenvolvem sua maior ou menor disponibilidade e sazonalidade.

Conforme Bruni (1993), é possível esquematizar em três aspectos os estudos da dimensão simbólica da água: a água como fonte de vida, a água como meio de purificação e a água como centro de regeneração. No primeiro aspecto, é possível notar que variados povos, desde a tradição judaico-cristã, islâmica, asiática, compreendem a água como origem e veículo de toda a vida. O segundo aspecto, diz respeito ao entendimento da água como elemento de purificação ritual. E o terceiro aspecto, a água como elemento de regeneração de renascimento, segundo o autor, pode-se exemplificar com o rito do batismo e até mesmo no contexto ateu da filosofia de Nietzsche. Contudo, nota-se que essa dimensão simbólica da água está quase que suprimida pela complexidade dos tempos modernos. Sendo que,

No imaginário da água, o velho esquema renascentista da semelhança é constitutivo da maior parte de seu vasto simbolismo. A água simboliza pureza, fertilidade e vida especialmente quando, em estado de natureza, encontra-se pura, limpa e transparente. Ora, as condições de existência das grandes cidades modernas - mas não só aí -, tendem a destruir aquelas características naturais da água. Tem sido bastante denunciado o fato de que a poluição de rios, lagos e praias destroem diretamente a vida dos seres que vivem nessas águas, e indiretamente compromete as condições de vida biológica dos homens. A essa lista de efeitos destrutivos da poluição das águas deveria ser acrescentado o enorme malefício que a moderna sociedade industrial introduz na dimensão simbólica, danificando, talvez de maneira irreparável, o rico patrimônio psíquico que o imaginário da água tem produzido ao longo da história da humanidade. (BRUNI 1993, p. 64)

Na natureza externa ao homem, pois, a água, em seu sentido natural isolado, “modela a terra existindo em seus três estados, à superfície, em profundidade, na atmosfera, e principal constituinte dos seres vivos” (DE ARGOLLO FERRÃO; FREITAS, 2015, p. 3-4). Desse modo, a água se caracteriza como elemento catalisador que orienta o assentamento humano e o

vínculo com território, em uma perspectiva integralizada e basilar para o desenvolvimento das sociedades.

A bacia hidrográfica, em seu aspecto físico-natural isolado, é definida como “a área de captação natural que faz convergir os escoamentos para um único ponto de saída, seu exutório” (TUCCI, 2004, p. 40). Sendo que a mesma é composta por um conjunto de superfícies e vertentes, e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar um leito único que como conhecemos popularmente como córregos e/ou rios. Dessa forma, a bacia hidrográfica composta de uma área levemente inclinada (denominada interflúvio), que capta a água da chuva e por capilaridade encaminha a água até a área dotada de declividade que possibilita o escoamento das águas, que direta ou indiretamente se dirigem para um corpo de água central. A bacia fluvial, além de conter vales sulcados (escavados) por um corpo hídrico principal e seus contribuintes, que podem formar outras bacias ou sub-bacias, e estas estão o volume de água nestes está diretamente associada ao ciclo hidrológico.

É importante destacar que a discussão sobre os processos territoriais, em uma perspectiva integralizada e materializada pelas ações da sociedade em coevolução com ambiente, é central na pesquisa sobre a problemática em questão. O conceito de bacia hidrográfica tem sido expandido para além dos processos hidrológicos, uma vez que está inserido em um sistema complexo interligado, dada a característica multidisciplinar que a temática da água sugere. Segundo DE MORAES (2016), o conceito de bacia hidrográfica envolve o conhecimento da sua estrutura biofísica, da evolução do uso do solo e suas implicações ambientais.

No âmbito do estudo hidrológico, a bacia hidrográfica, conjunto de terras drenadas por um corpo d'água principal e seus afluentes, representa a unidade mais apropriada para o estudo qualitativo e quantitativo do recurso água e dos fluxos de sedimentos e nutrientes. Contudo, mesmo que o conceito de bacia hidrográfica seja preciso, existem variações quanto ao foco principal de análise, conforme a percepção de técnicos que o utilizam.

Machado (2009) aponta a importância de entender o espaço compreendido pela bacia hidrográfica como território, contribuindo para o entendimento das relações entre sociedade e natureza, que se revela na configuração territorial. Nessa concepção, a bacia hidrográfica não pode ser somente considerada como área de drenagem física das águas superficiais e/ou subterrâneas, composta por canais de drenagem e delimitada pelos divisores de água.

Magnaghi (2017, p. 124-125) reconhece a bacia hidrográfica como “o meio geográfico primário onde se concretiza o equilíbrio dos recursos essenciais à reprodução da vida.” Desse modo, “o reconhecimento das funções primárias restitui força ao território da bacia como entidade fisiográfica, identitária, de habitação, de produção, de administração, de política.”

### 3. REPRESENTAÇÃO COMO ALICERCE ANALÍTICO DO TERRITÓRIO

O conceito de representação é associada por Lucchesi (2000) com um efeito de presença para a consciência de uma realidade diferente dos sentidos. A função de substituição da realidade referida, a qual está associada à definição geral do termo representação, segundo o autor, tem o propósito de fornecer ao produtor/usuário da representação um instrumento de controle cognitivo e operativo em relação à complexidade substituta, ou seja, um instrumento da relação cognitiva e operativa com o próprio território.

Lucchesi (2000) considera o desenho como um elemento fundamental para o planejamento e projeto do território, questionando então, a função do desenho referente às práticas descritivas e projetuais. Nesta linha investigativa, entende o desenho/representação do território como uma importante ferramenta, por permitir tanto o conhecimento como a ação sobre o mesmo. Neste sentido, a função de desenhar e representar estão relacionadas à construção e à comunicação do conhecimento territorial, ou seja, à documentação deste conhecimento. Logo, entende-se a amplitude dessa percepção, tendo em vista o envolvimento de questões como identificação e avaliação dos recursos territoriais, o aspecto morfológico dos fenômenos integrantes das cidades e paisagens, a compreensão da dinâmica de transformação, a avaliação das formas de organização. A relevância de representar questões como essas está nos indícios de que a imagem do território proporciona a definição de ações a serem tomadas.

#### 3.1 REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL PELA PERSPECTIVA DA ESCOLA TERRITORIALISTA ITALIANA

A metodologia de representação do território utilizada pela Escola Territorialista Italiana decorre na representação do patrimônio territorial que, conforme Magnaghi, em *Il progetto locale. Verso La coscienza di luogo* (2010, p. 148), resulta de relações sinérgicas entre as qualidades do ambiente físico/natural, do ambiente construído, e do ambiente socioeconômico. O atlas do patrimônio territorial é o meio pelo qual se materializa a representação do patrimônio territorial, dotada de caráter de interpretação e seleção no âmbito cognitivo territorial. Diferente do atlas tradicional, por esta abordagem, a representação é uma ferramenta dotada de uma relação cognitiva e operacional. Sendo assim, a imagem não é uma cópia do objeto, mas uma interpretação complexa das informações disponíveis do objeto de estudo (LUCCHESI, 2005, p. 28).

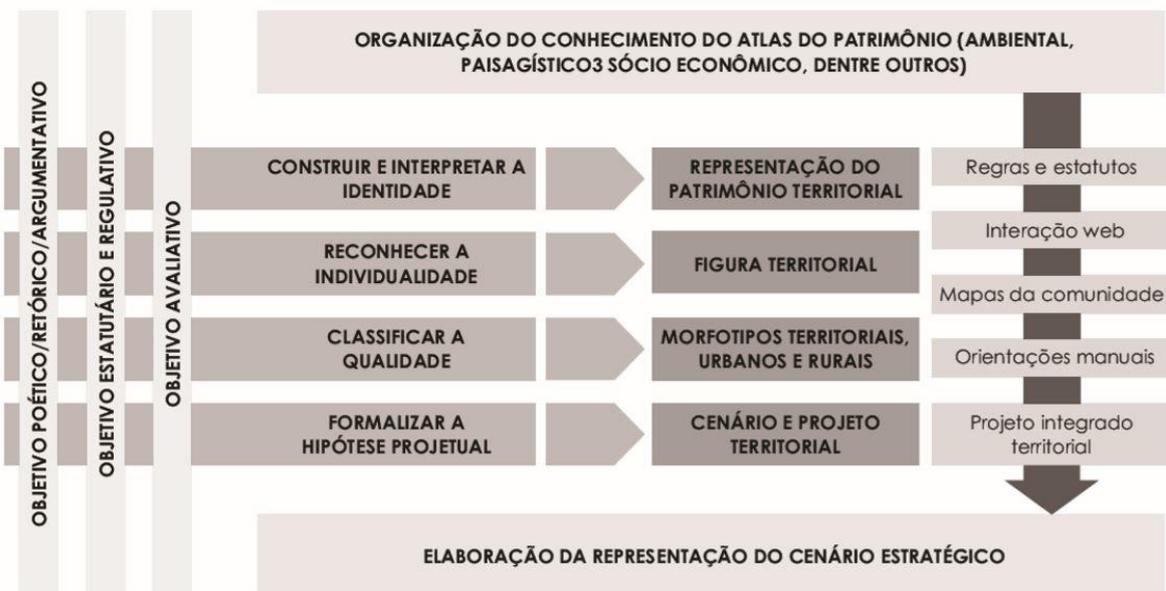
A representação do território pode ser categorizada: no patrimônio ambiental (águas, identidades biorregionais, redes ecológicas, biótopos, vegetação, dentre outros); no patrimônio territorial-paisagístico (morfotipos, figuras territoriais, instalações e infraestruturas urbanas, áreas rurais, dentre outros); e no patrimônio socioeconômico (modelos socioculturais, meio socioeconômico, conhecimentos locais, dentre outros). As três categorias

de representação constituem o atlas a partir de uma variedade de técnicas: cartografia, representações visuais, produtos e texto.

A representação do território na Escola Territorialista Italiana não se limita à descrição a nível topográfico/topológico do território e da relação espacial recíproca dos elementos detectados nele. Segundo Amorim (2018, p. 70), os estudiosos dessa escola sustentam a ideia de que é “necessário um sistema de representação que viabilize o estudo da imagem identitária, paisagística e social do território.”

Dentro desse contexto, Carta (2011) exemplifica, de maneira esquemática (Figura 6), as funções atribuídas à representação iconográfica pela abordagem territorialista italiana. Em síntese, os três principais objetivos para tal abordagem são: 1) poético/retórico/argumentativo; 2) estatutário/regulativo; 3) avaliativo. No esquema é descrita uma série de representações e métodos que contribuem por reforçar a eficácia, cognitiva, reguladora e de projeto aplicado ao território. Destaca-se: a construção e interpretação da identidade, a partir da representação do patrimônio territorial; o reconhecimento das individualidades, a partir da figura territorial; a classificação das qualidades territoriais, a partir da definição de morfotipos territoriais, urbanos e rurais e a formalização de hipóteses projetuais, com a construção de cenários e projetos territoriais.

Figura 6: Esquema metodológico proposto por Carta da função ativa da representação no projeto do território



Fonte: Adaptado de Carta, 2011

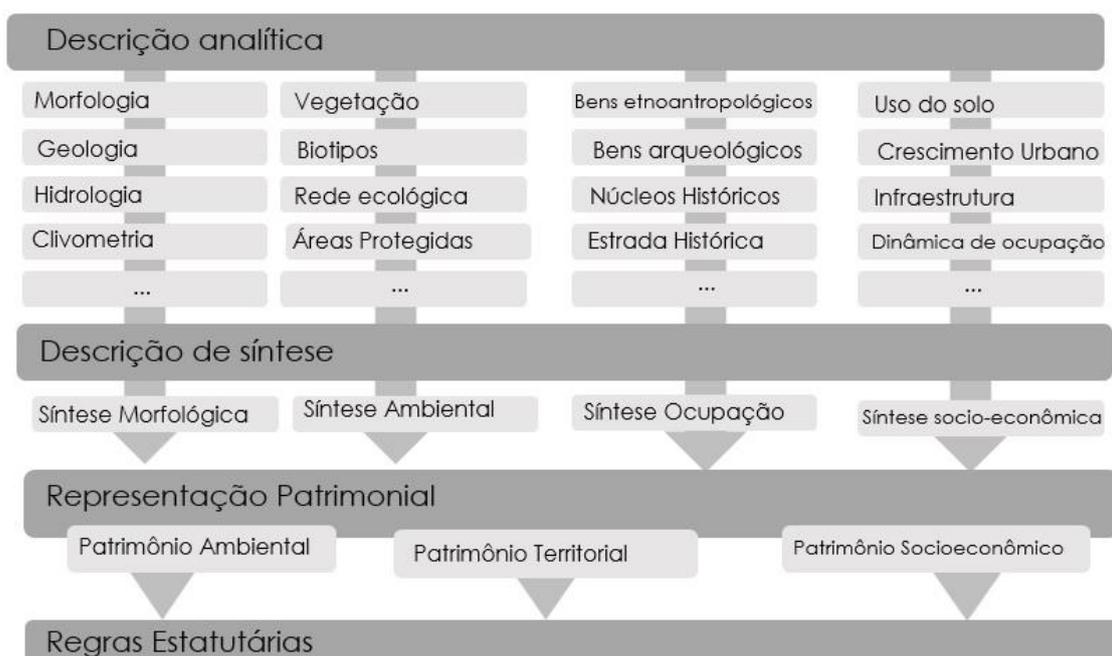
A partir do esquema metodológico da função da representação no projeto do território, proposto por Carta, a pesquisa está situada principalmente na construção e interpretação da identidade a partir da representação do patrimônio territorial e na classificação das qualidades a partir dos morfotipos territoriais urbanos e rurais. De acordo com Carta (2011), existem

algumas questões que os territorialistas italianos consideram centrais acerca da representação:

- O papel de representações específicas dentro de um processo de construção e organização do conhecimento territorial explicitamente orientado e abertamente interpretativo;
- As formas de representação mais adequadas para reconhecer e identificar (mas também para concretizar, tanto no sentido de tornar evidente como no sentido próprio de construção) elementos que são padrão, nos vários graus de coerência;
- A representação como ferramenta para conjecturar complexos ativos territoriais: conhecer e/ou reconhecer elementos nas várias escalas; ajustar o tratamento e a evolução implica na capacidade de vislumbrar o resultado futuro de algumas decisões, tendências, comportamentos e práticas.

Nesse contexto, Carta (2011) sistematiza um quadro (Figura 7) que compreende a articulação para a construção de um Atlas Territorial, nesse caso, utilizado no Distrito Empolese-Valdesa, na Itália. Esse esquema objetiva a compreensão das regras estatutárias locais a partir da representação do patrimônio territorial perpassando pelas dimensões ambiental, territorial e socioeconômica. Desse modo, em um primeiro momento Carta propõe que seja realizado descrições analíticas acerca das dimensões ambientais, territoriais e socioeconômicas, das quais são substanciadas sínteses que permitem a representação do Patrimônio Ambiental, Patrimônio Territorial e do Patrimônio Socioeconômico.

Figura 7: Esquema para a construção do Atlas Patrimonial



A construção do atlas Empolese-Valdesa contribui ao estabelecer referenciais metodológicos e conceituais relativos à produção de cartografia georreferenciada, proposta para retratar aspectos do território, sob uma ótica perceptiva cognitiva (seja do pesquisador ou da comunidade local), evidenciando características identitárias do território. Conforme Marson (2016, p. 15), a representação georreferenciada das características territoriais e, conseqüentemente, dos traços paisagísticos, deve proporcionar, além de uma ferramenta de leitura, com cartografia expressiva, as “principais relações entre elementos que estruturam a paisagem em escala regional, mas também simular os efeitos, sob essa estrutura de relações, a inclusão de quaisquer transformações em discussão”.

Sendo assim, frente à tendência contemporânea de anulação das peculiaridades do território, decorrente dos processos de transformação provenientes, principalmente, de exploração, ao permitir o conhecimento do território de maneira multidisciplinar e ser fundamento para a ação sobre suas riquezas, tal metodologia de representação se apresenta como um importante instrumento analítico do território.

Essa metodologia pode ser apropriada para discutir a água no planejamento, principalmente para estudo das bacias hidrográficas, uma vez que têm sido muito utilizados a representação georreferenciada, operacionalizada em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), principalmente, por permitir a sobreposição de diversas informações do território. O estudo das bacias hidrográficas, principalmente voltado para o gerenciamento ambiental, envolve atividades como a elaboração e manutenção de dados geocodificados, de onde são retiradas diversas informações sobre as características da unidade de estudo como: tipos de solos, usos da terra, hidrologia, vegetação, dentre outros.

O uso de métodos associados aos SIGs oferece ainda a possibilidade de executar modelagem para prever padrões espaciais de processos ecológicos, com **relação a possíveis cenários decorrentes do tipo de ocupação/uso dos recursos naturais**; possibilita também auxiliar os tomadores de decisão na definição de diretrizes a respeito de usos da terra em uma Bacia Hidrográfica. (SCHIAVETTI, CAMARGO, 2002, p. 19, grifo nosso)

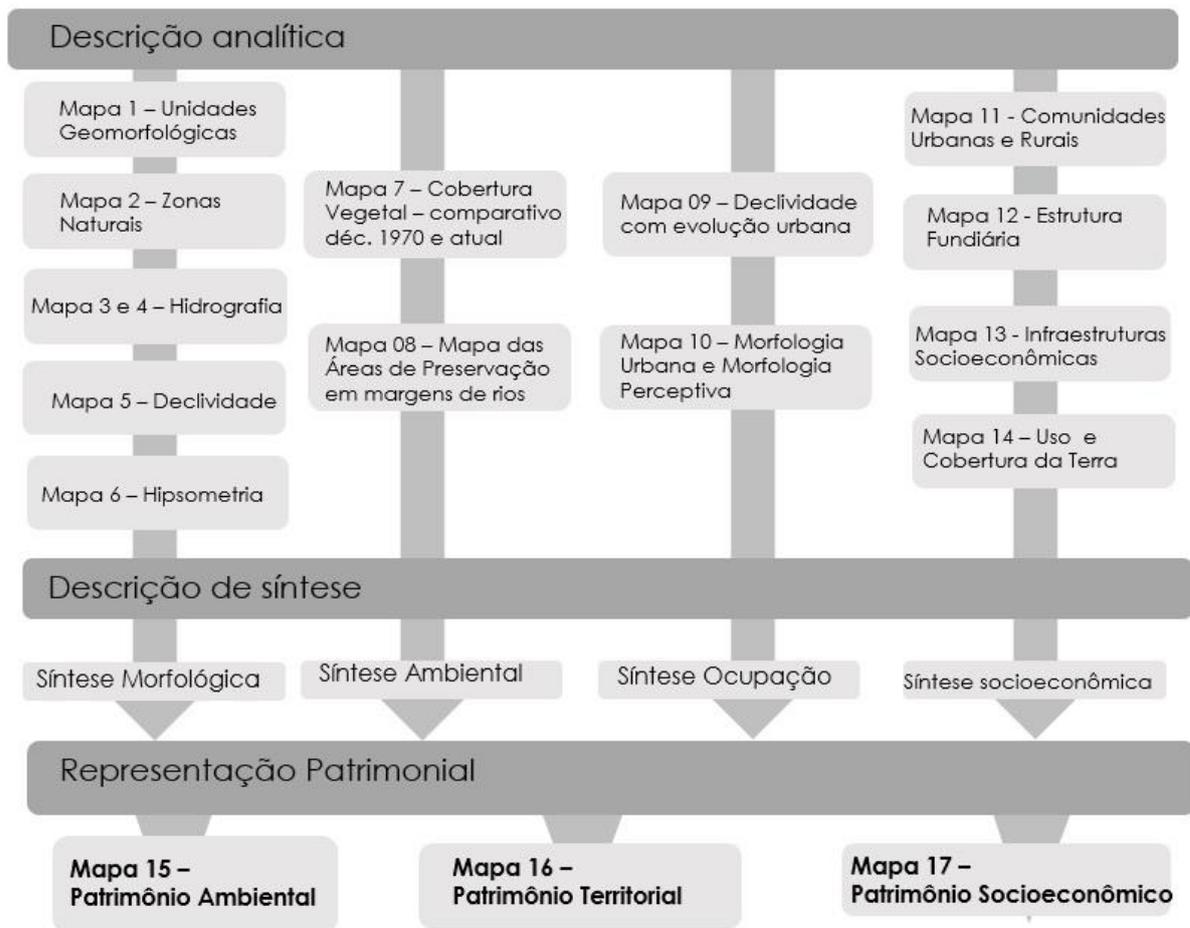
A relevância da aplicação do SIG no estudo das bacias hidrográficas está relacionado com a capacidade que esse sistema possui de armazenar, analisar e visualizar uma extensa quantidade de dados, principalmente, em um contexto espacializado permitindo estabelecer correlações com as dinâmicas hidrológicas. Além disso, outro aspecto positivo é a facilidade do sistema em estabelecer uma comunicação entre profissionais de diversas áreas, comunidade e os poderes públicos.

Nesse sentido, o princípio metodológico de representação da escola territorialista italiana, alicerçada no âmbito multidisciplinar, contribui para a compreensão da expressão da água no âmbito territorial apresentando relevância para o enfrentamento desses desafios, por possibilitar estudo em diferentes escalas espaciais e temporais para o entendimento dos processos territoriais.

### 3.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: REPRESENTANDO COM MAPAS

Com a finalidade de compreender as relações entre sociedade e natureza com enfoque no entendimento da expressão da água no âmbito territorial, realiza-se mapeamentos tomando como base o esquema proposto por Carta (2011), trazido na Figura 7, que contribui para o reconhecimento do patrimônio ambiental, territorial-paisagístico e socioeconômico. Desse modo, a fim de sintetizar, propõe-se o seguinte esquema metodológico (Figura 8).

Figura 8: Esquema com processo metodológico da representação territorial adotado na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

A representação do território, através dos mapas propostos pela metodologia adotada na pesquisa, requer o uso de ferramentas geotecnológicas, a partir de *softwares* que fazem o uso de Sistema de Informações Geográficas (SIG). O *software* SIG é um sistema computacional que permite e facilita a análise, gestão e representação do espaço. O SIG pode funcionar como uma base de dados com informação geográfica (dados alfanuméricos) que se encontra associada por um identificador comum aos objetos gráficos de um mapa digital. Esse software separa a informação em diferentes camadas temáticas e armazena-as independentemente, permitindo trabalhar com elas de modo rápido e simples, possibilitando ao operador ou utilizador a possibilidade de relacionar a informação existente através da posição e topologia dos objetos com o fim de gerar nova informação. Nesse caso, utiliza-se

da ferramenta geotecnológica o programa *QGIS*, *software* SIG livre e que apresenta uma facilidade quanto ao acesso e à instalação.

Tabela 1: Metadados utilizados para a Representação Territorial

| <b>Camada do Território</b>              | <b>Metadados (arquivos em <i>shapefiles</i> e <i>raster</i>)</b> | <b>Fonte</b>  |
|--|--|---|
| Física/natural                           | <i>Shapefile</i> -Geomorfologia                                  | IJSN  |
| Física/natural                           | <i>Shapefile</i> - Ottobacias nível 4                            | ANA   |
| Física/natural                           | <i>Shapefile</i> -Sub-Bacias                                     | IJSN  |
| Física/natural                           | <i>Shapefile</i> -Cursos d'água                                  | IJSN  |
| Física/natural                           | <i>Raster</i> - Modelo Digital de Elevação (MDE)                 | GEOBASES  |
| Física/natural                           | <i>Raster</i> - Modelo Digital de Terreno (MDT)                  | GEOBASES  |
| Física/natural                           | <i>Shapefile</i> - Zonas Naturais                                | IEMA  |
| Física/natural<br>Construída e Antrópica | <i>Shapefile</i> - Uso da Terra e Cobertura Vegetal (2012/2015)  | GEOBASES  |
| Física/natural<br>Construída e Antrópica | <i>Shapefile</i> - Uso do solo déc. 1970                         | Maria Victoria Soares, aluna pesquisadora de Iniciação Científica (PIIC 2019-2020) vinculada ao laboratório Patrilib. |
| Construída                               | <i>Shapefile</i> - Trecho Rodoviário                             | IJSN  |
| Construída                               | <i>Shapefile</i> - Edificações                                   | Elaborado pela autora   |
| Antrópica                                | <i>Shapefile</i> - Comunidades rurais e urbanas                  | IJSN  |
| Antrópica                                | <i>Shapefile</i> - Área de Imóveis                               | SICAR   |
| Antrópica                                | <i>Shapefile</i> - Pontos de monitoramento da qualidade da água  | Plano da Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória   |
| Antrópica                                | <i>Shapefile</i> - Pontos de captação da água e Etes             | Plano da Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória   |

|           |   |                       |
|-----------|---|-----------------------|
| Antrópica | <i>Shapefile</i> - Pontos das granjas e fábricas de ração | Elaborado pela autora |
| -         | <i>Raster</i> - Ortofoto de 1970                          | GEOBASES              |
| -         | <i>Raster</i> - Ortofoto 2012/2015                        | GEOBASES              |

Fonte: Elaborado pela autora

Como estratégia, para a compreensão das relações entre sociedade e natureza, a análise é realizada em uma escala territorial (1:30000) com algumas aproximações na escala local (1:10000), compreendendo as áreas de ocupações nas proximidades do rio São Sebastião de Cima e rio São Luiz e córregos tributários, situados à margem esquerda do rio Santa Maria da Vitória, na sede municipal de Santa Maria de Jetibá. Adota-se esse recorte analítico por abranger uma área com a ocupação mais consolidada, condição conferidora de valor amostra do território.

### 3.2.1 Descrição Analítica

Em uma perspectiva descritiva, o território é representado em sua dimensão física-natural com o *Mapa 01 – Unidades Geomorfológica*, *Mapa 02 – Zonas Naturais*, *Mapa 03 e 04 – Hidrografia*, *Mapa 05 – Declividade*, *Mapa 06 – Hipsometria*, *Mapa 07 – Cobertura Vegetal* e *Mapa 08 – Áreas de Preservação em margens de cursos d’água*. Em sua dimensão construída o território é representado com os *Mapa 09 – Declividade com evolução urbana* e *Mapa 10 – Morfologia Urbana e Morfologia Perceptiva*. E, por fim, em sua dimensão antrópica o território é representado com os *Mapa 11 – Comunidades Rurais e Urbanas*, *Mapa 12 – Estrutura Fundiária*, *Mapa 13 – Infraestrutura Socioeconômica* e *Mapa 14 – Uso e Cobertura da Terra*

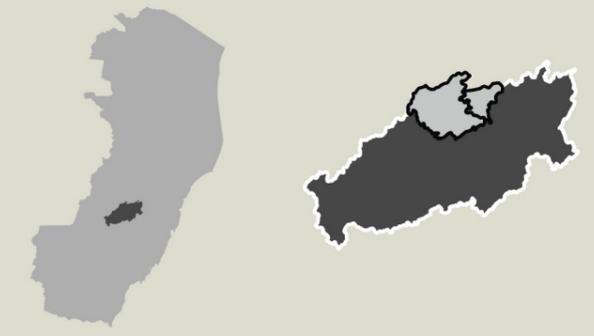
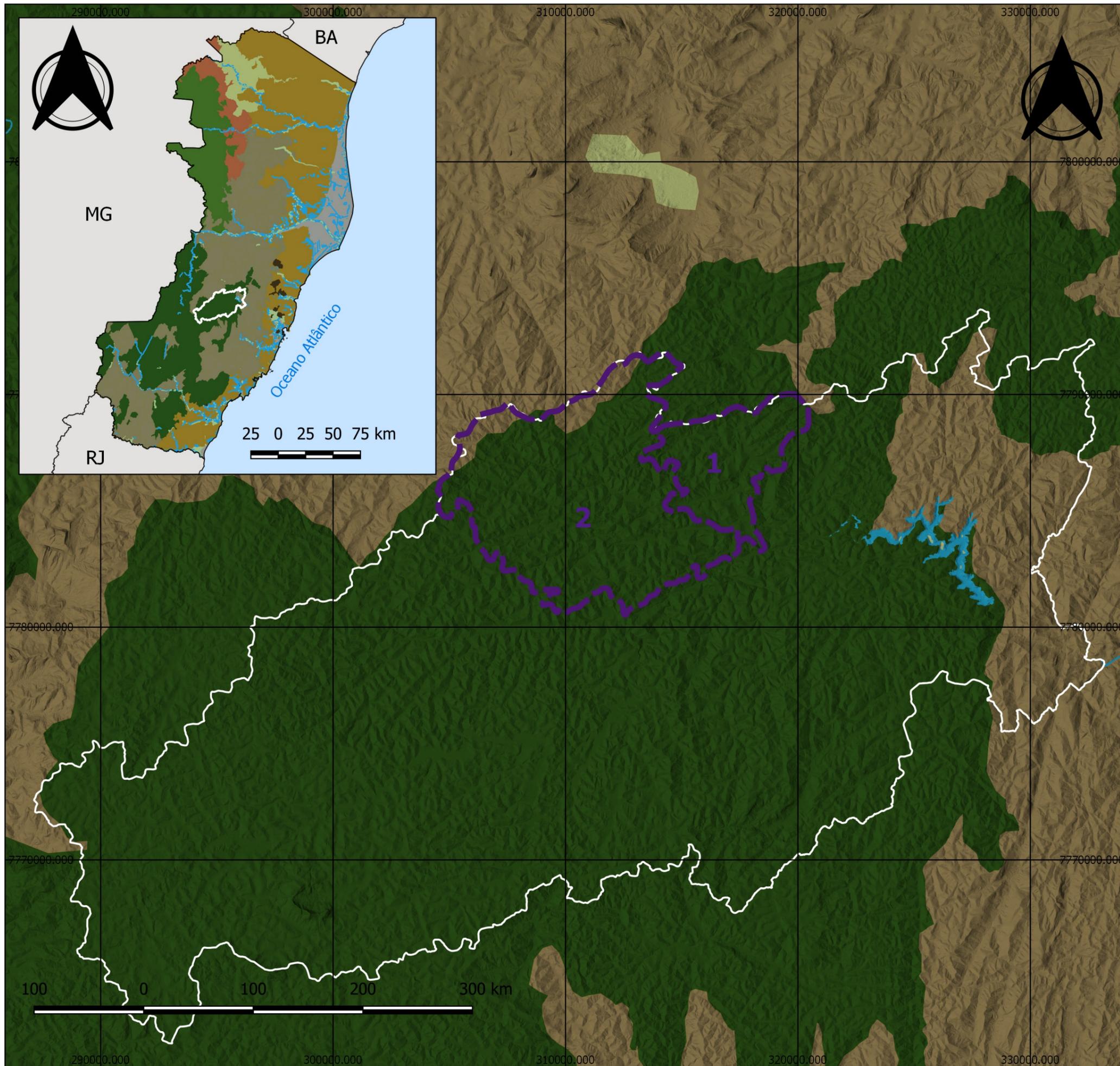
*Mapa 01- Geomorfologia:*

A representação da geomorfologia tem como objetivo identificar as características morfológicas do relevo do território analisado. Utiliza-se o vetor de geomorfologia elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2012), categorizado na classificação de Unidades Geomorfológicas. O mapa elaborado compreende a geomorfologia do Estado do Espírito Santo, com destaque para o município de Santa Maria de Jetibá. Na classificação das unidades geomorfológicas, o Espírito Santo é caracterizado por: Planícies Costeiras Estuários e Praias; Tabuleiros Costeiros; Colinas e Maciços Costeiros; Chãs Pré-Litorâneas; Maciços do Caparaó I e II e Patamares Escalonados do Sul Capixaba; Depressão Marginal e Bloco Montanhoso Central. Santa Maria de Jetibá é caracterizado pelas unidades dos Maciços do Caparaó e Patamares Escalonados do Sul Capixaba. Essas categorias são caracterizadas como:

Tabela 2: Classificação das Unidades Geomorfológicas do Estado do Espírito Santo

|   |  |
|---|--|
| Planícies Costeiras, Estuários e Praias | Essa unidade distribui-se irregularmente entre o Oceano Atlântico e os Tabuleiros Costeiros englobando faixas de praias e as desembocaduras dos rios que se dirigem ao litoral. Sua fisionomia se deve a ação combinada das correntes marinhas paralelas à costa, aos aportes fluviais e às ações eólicas, variáveis de acordo com as modificações climáticas. |
| Tabuleiros Costeiros                    | Distribuem-se basicamente desde o sopé das elevações cristalinas representadas pelas Unidades Chãs Pré-Litorâneas, Depressão Marginal, Patamares Escalonados e Baixadas litorâneas, até as Planícies Quaternárias. Possuem sedimentos cenozóicos do Grupo Barreiras, constituídos de areias e argilas variegadas com eventuais linhas de                       |

|                                       |   |
|---------------------------------------|---|
|                                       | pedra, disposto em camadas com espessura variada.   |
| Colinas e Maciços Costeiros           | Caracteriza-se por ser uma área de topografia deprimida, com reduzidos valores altimétricos em relação a outras unidades, refletindo estrutura fraturada e dobrada.   |
| Chãs Pré-Litorâneas                   | Constitui-se de uma superfície intensamente dissecada e rampeada em direção à costa, desde o sopé das elevações que a circundam.  |
| Maciços do Caparaó I e II             | Caracteriza-se por um modelado intensamente dissecado com altitudes médias em torno de 600m, destacado por grandes elevações maciças, algumas superiores a 2.000 metros de altitude. A conjugação de influencias dos eventos tectônicos sobre essas rochas e de climas predominantemente úmidos é percebida nas formas de dissecação intensamente orientadas por falhas intercruzadas, escarpas adaptadas e falhas e elevações residuais. |
| Patamares Escalonados do Sul Capixaba | Distingui-se das demais áreas da região Sul Capixaba por ressaltar níveis de dissecação escalonados formando patamares, delimitados por frentes escarpadas adaptadas a falhas voltadas para noroeste e com caimento topográfico para sudeste, sugerindo blocos basculados em decorrência de impulsos epirogenéticos relacionados com a atuação dos ciclos geotectônicos.  |
| Depressão Marginal                    | Possuem uma configuração irregular, marcada por reentrâncias, em decorrência de sua própria evolução geomorfológica comandada pela dissecação fluvial remontante, possibilitando a sua penetração entre as encostas íngremes das elevações circundantes.  |
| Bloco Montanhoso Central              | O aspecto montanhoso apresentado pela área deve-se ao realce dos diversos núcleos plutônicos a partir de retomadas erosivas devido ao abaixamento dos níveis de base da drenagem em consequência de oscilações climáticas e movimentações estruturais.  |



**LEGENDA**

- Geomorfologia - Unidades Geomorfológicas
- Acumulação Fluvial
  - Bloco Montanhoso Central
  - Chãs Pré-Litorâneas
  - Colinas e Maciços Costeiros
  - Corpo D'Água
  - Depressão Marginal
  - Maciços do Caparaó
  - Patamares Escalonados do Sul Capixaba
  - Plan. Costeiras, Complex. Delta., Estua. e Praias
  - Tabuleiros Costeiros
  - Limite do Município de Santa Maria de Jetibá
  - 1- Bacia do rio São Luiz e  
2- bacia do rio São Sebastião de Cima

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: IJSN (2012), GEOBASES (2012)

**MAPA 01: UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS - Descrições Analíticas -**

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



*Mapa 02- Zonas Naturais:*

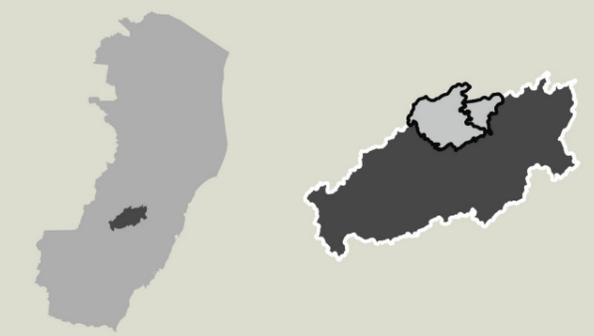
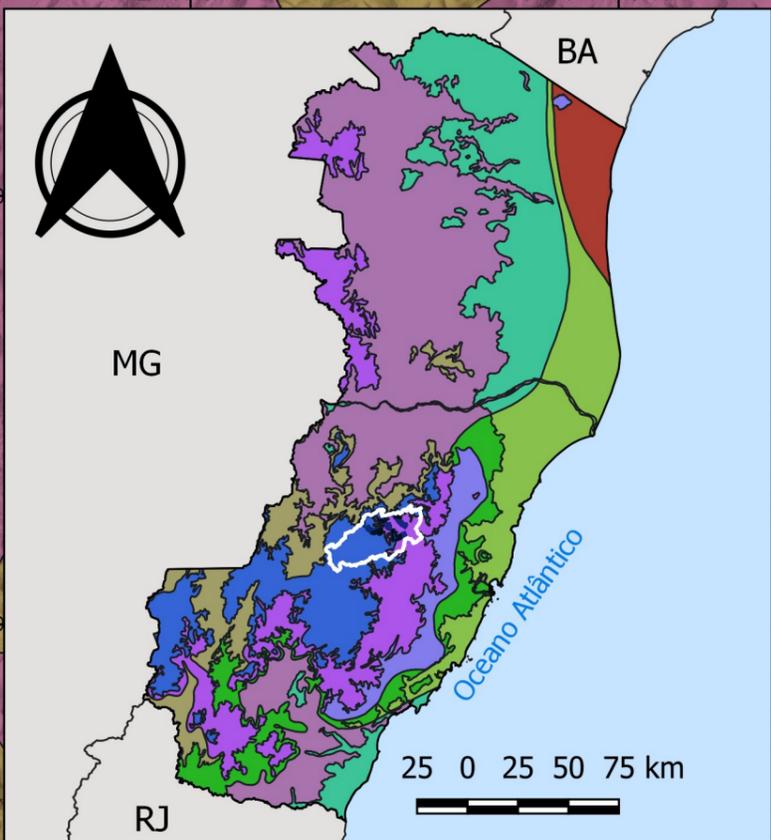
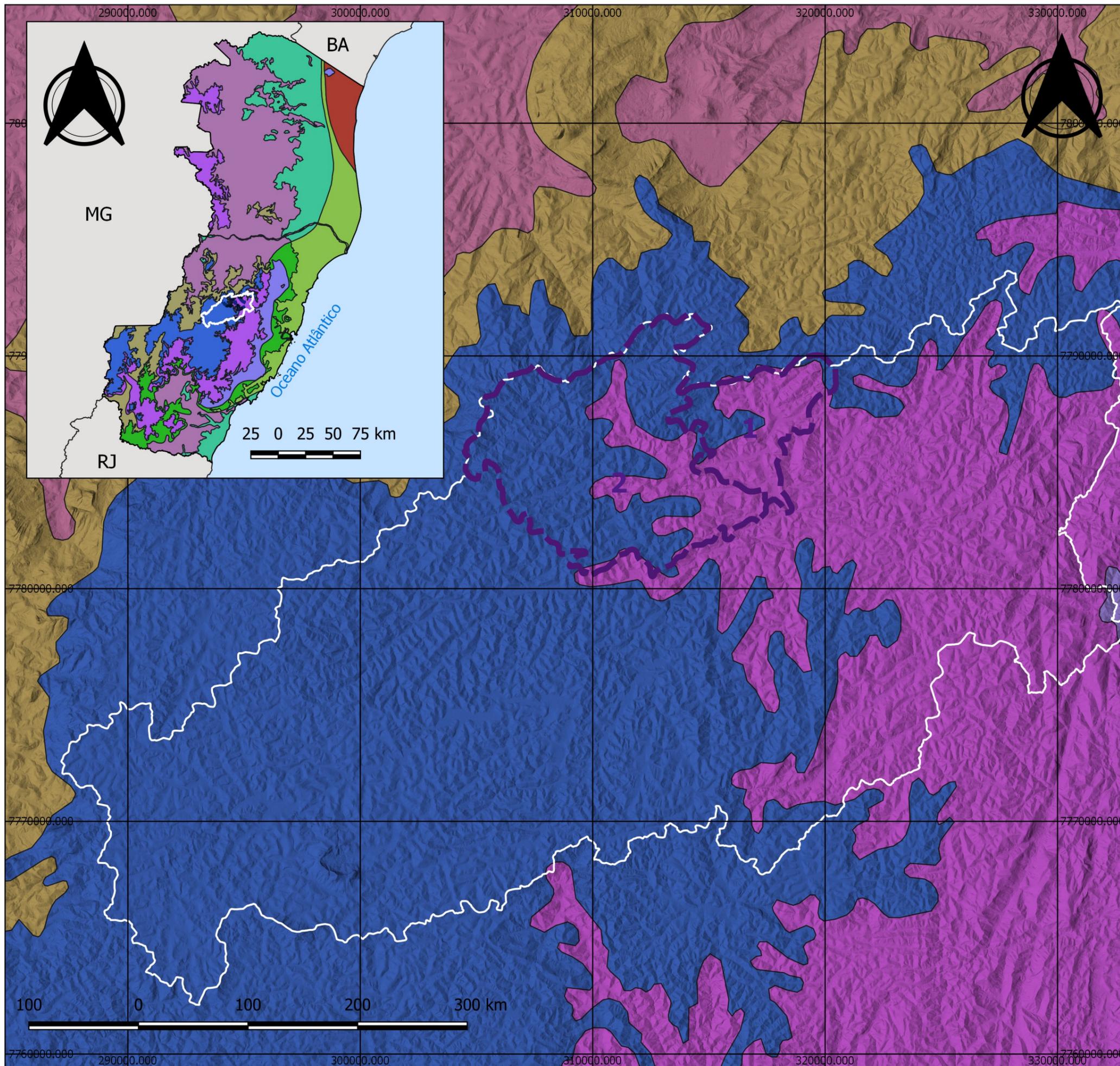
A representação das zonas naturais tem como objetivo identificar as características naturais que contempla aspectos da temperatura, relevo e água as quais são classificadas em zonas. Utiliza-se o vetor das zonas naturais elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2012), categorizado na classificação dos tipos de zonas naturais. O mapa elaborado compreende as zonas naturais do Estado do Espírito Santo, com destaque para o município de Santa Maria de Jetibá. O Espírito Santo é classificado em nove zonas naturais, sendo:

Tabela 3: Zonas Naturais do Espírito Santo

|        |  |
|--------|--|
| Zona 1 | Terras frias, acidentadas e chuvosas.                      |
| Zona 2 | Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas.     |
| Zona 3 | Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca. |
| Zona 4 | Terras quentes, acidentadas e chuvosas.                    |
| Zona 5 | Terras quentes, acidentadas e transição chuvosa/seca.      |
| Zona 6 | Terras quentes, acidentadas e secas.                       |
| Zona 7 | Terras quentes, planas e chuvosas.                         |
| Zona 8 | Terras quentes, planas e transição chuvosa/seca.           |
| Zona 9 | Terras quentes, planas e secas.                            |

Fonte: IJSN, 1999

O município de Santa Maria de Jetibá é caracterizado pelas zonas naturais 1 (terras frias, acidentadas e chuvosas e zonas naturais 2 (terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca).



**LEGENDA**

- Zonas Naturais (FEITOZA, 2001)
- 1 - Terras frias, acidentadas e chuvosas
  - 2 - Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas
  - 3 - Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca
  - 4 - Terras quentes, acidentadas e chuvosas
  - 5 - Terras quentes, acidentadas e transição chuvosa/seca
  - 6 - Terras quentes, acidentadas e secas
  - 7 - Terras quentes, planas e chuvosas
  - 8 - Terras quentes, planas e transição chuvosa/seca
  - 9 - Terras quentes, planas e secas
  - Limite Municipal de Santa Maria de Jetibá
  - 1- Bacia do rio São Luiz e 2 - Bacia do rio São Sebastião de Cima

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: IEMA(2010), GEOBASE (2012)

Janeiro/2020

**MAPA 02: ZONAS NATURAIS**  
 - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



*Mapa 03 da Hidrografia e Mapa 04 da Hidrografia – Bacia do rio São Luiz*

A representação da hidrografia tem como objetivo identificar as regiões hidrográficas do território em estudo. Para os mapeamentos, utiliza-se o vetor das Ottobacias Nível 4 disponibilizado pela Agência Nacional das Águas (2010), os vetores de cursos d'água disponibilizados pelo IJSN (2010) e os vetores dos limites político administrativo também disponibilizados pelo IJSN (2010). Na plataforma do QGIS os dados são categorizados para compreensão da localização do município de Santa Maria de Jetibá diante dos limites hidrográficos.

O estado do Espírito Santo está situado na Região Hidrográfica Atlântico Sudeste e Região Hidrográfica Atlântico Leste. A área do município de Santa Maria de Jetibá é parcela integrante da área de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória, situado na porção do estado cuja região hidrográfica compreende o Atlântico Sudeste. Essa bacia hidrográfica também integra áreas dos municípios de Santa Leopoldina, Cariacica, Serra e Vitória. O rio Santa Maria da Vitória possui uma extensão de aproximadamente 122 quilômetros com sua nascente localizada na serra do Garrafão, em Santa Maria de Jetibá, até desaguar na baía de Vitória, ressalta-se que é um dos mananciais, associado ao rio Jucu, mais importantes para o abastecimento da Região Metropolitana do Espírito Santo.

Nota-se também que o limite político administrativo do município de Santa Maria Jetibá segue o limite da bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória e a sede municipal está situada na área da bacia do rio São Luiz e se alargando também para a região do exutório do rio São Sebastião de Cima e de córregos tributários, afluentes do rio Santa Maria da Vitória.

No *Mapa 06 – Bacia do rio São Luiz* – é representada a hidrografia em uma escala aproximada destacando os limites das bacias do rio São Luiz e do rio São Sebastião de Cima. Para a representação, utiliza-se os vetores de cursos d'água disponibilizados pelo IJSN (2010) e os vetores dos limites de sub-bacias disponibilizados pelo IJSN (2010). Nesse mapeamento é feita a categorização da hierarquia fluvial segundo o modelo proposto por Arthur Strahler (1952), da qual estabelece a seguinte lógica:

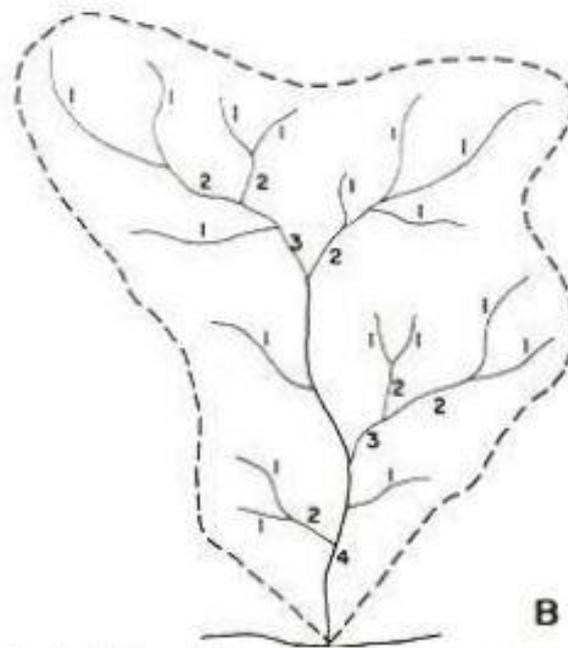
Tabela 4- Hierarquia Fluvial - Strahler (1952)

|   |  |
|---|--|
| <b>Primeira Ordem</b> (da nascente até a confluência) | Canais sem tributários   |
| <b>Segunda Ordem</b>                                  | Confluência de dois canais de primeira ordem só recebem afluentes de primeira ordem              |
| <b>Terceira Ordem</b>                                 | Confluência de dois canais de segunda ordem e recebem afluentes de primeira e segunda ordem.     |
| <b>Quarta Ordem</b>                                   | Confluência de dois canais de terceira ordem, podendo receber tributários das ordens inferiores. |

Fonte: Adaptado de Torres, 2012

Segundo a hierarquia fluvial acima exemplificada, o modelo hierárquico fluvial proposto por Strahler espacializa Nessa lógica exemplifica-se o seguinte modelo de hierarquia fluvial:

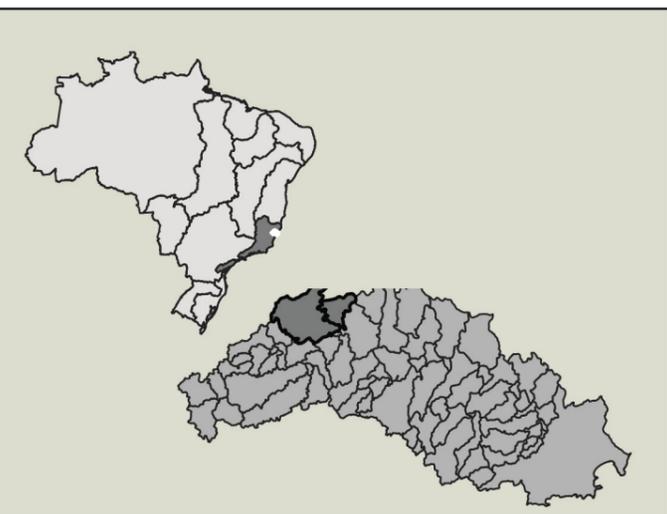
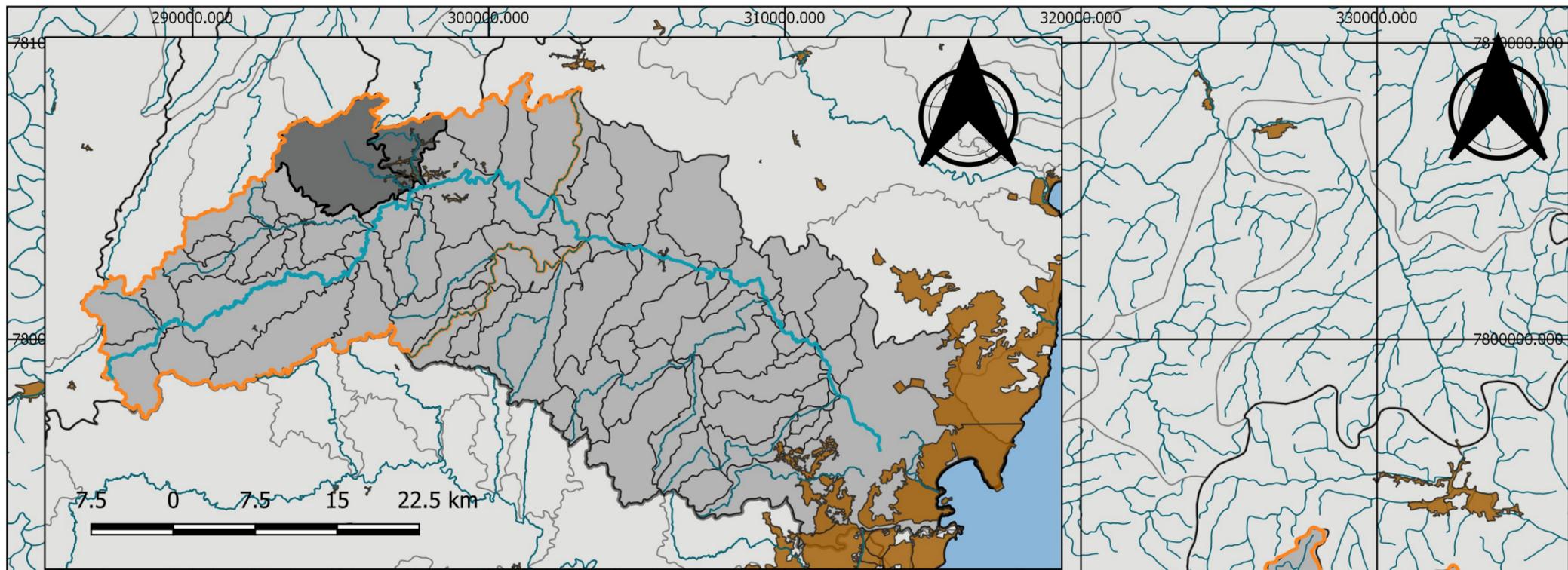
Figura 9: Modelo de hierarquia fluvial, Strahler (1952)



Fonte: Torres, 2012

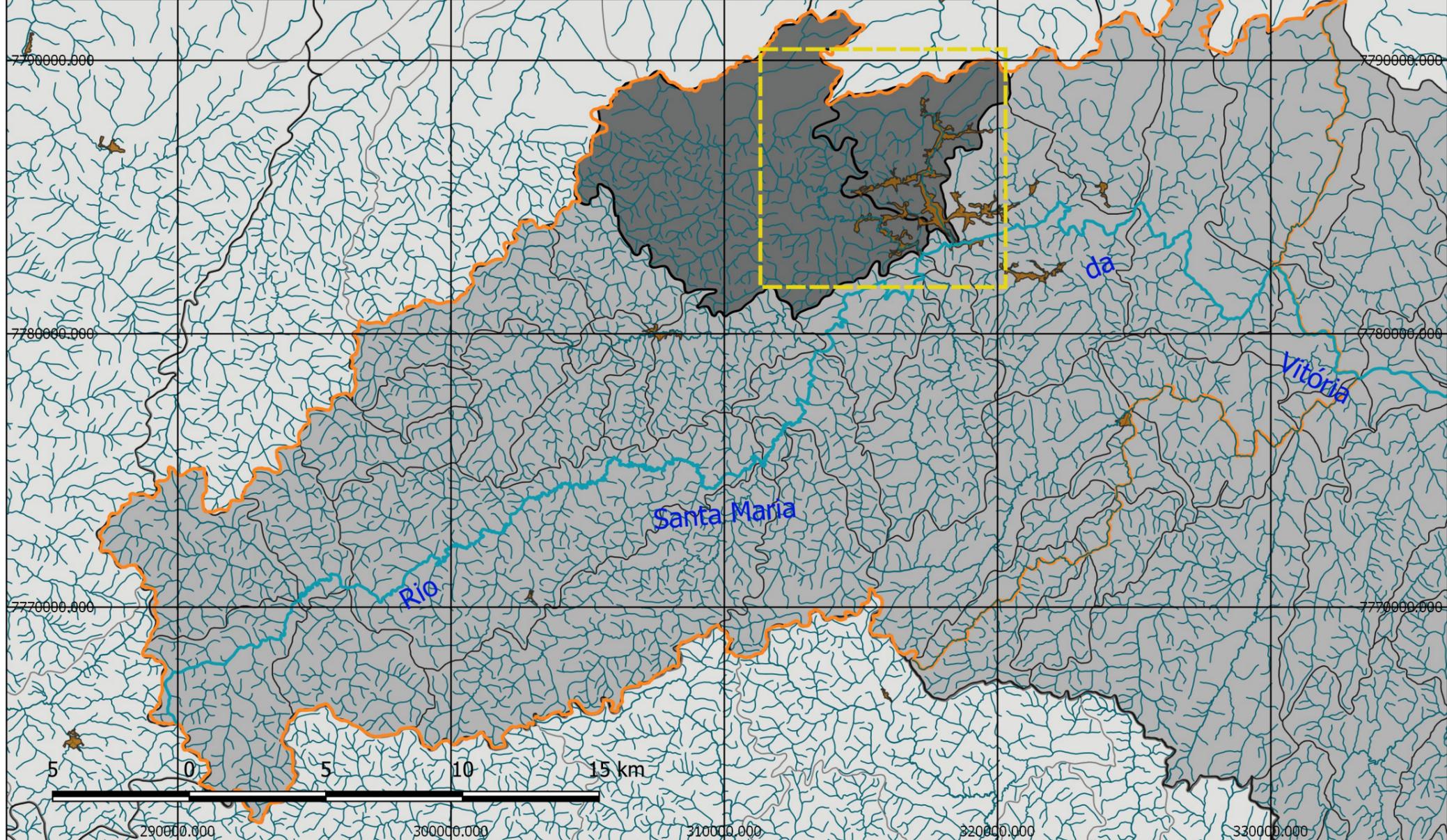
Esse mapeamento é importante para compreender que:

Os rios de primeira ordem correspondem às áreas de nascentes, caracterizadas por serem mais elevadas e de maiores declividades. Nesse caso, tais cursos d'água têm regime mais turbulento e irregular e são caracterizados mais por sua velocidade do que por seu volume. Eles têm respostas mais rápidas às precipitações, com repentino aumento da vazão, assim como são rápidos em retornar à situação natural. Têm grande capacidade erosiva e transportam sedimentos de considerável granulometria. Suas águas tendem a ser mais transparentes e menos poluídas. (TORRES, 2012, p. 54)



**LEGENDA**

-  Curso d'água
-  Rio São Luiz
-  Rio São Sebastião de Cima
-  Rio Santa Maria da Vitória
-  Área Urbanizada
-  1- Bacia Hidrográfica rio São Luiz e 2- Bacia Hidrográfica rio São Sebastião de Cima
-  Otto Bacia Hidroráfica Nível 6
-  Limite do Município de Santa Maria de Jetibá
-  Área do Estudo Aproximado



**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: IJSN (2010), GEOBASES (2012)

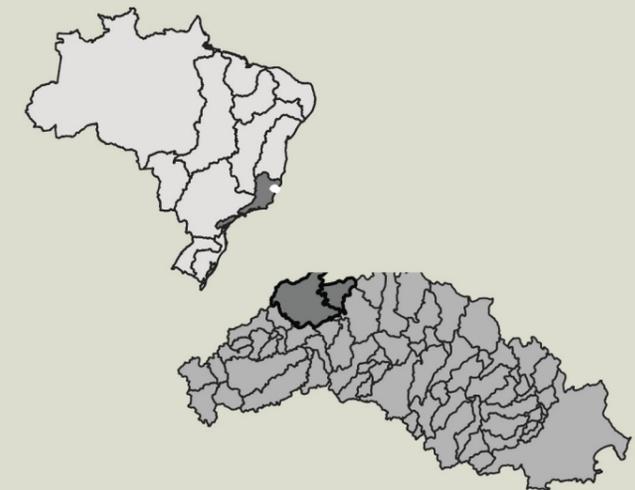
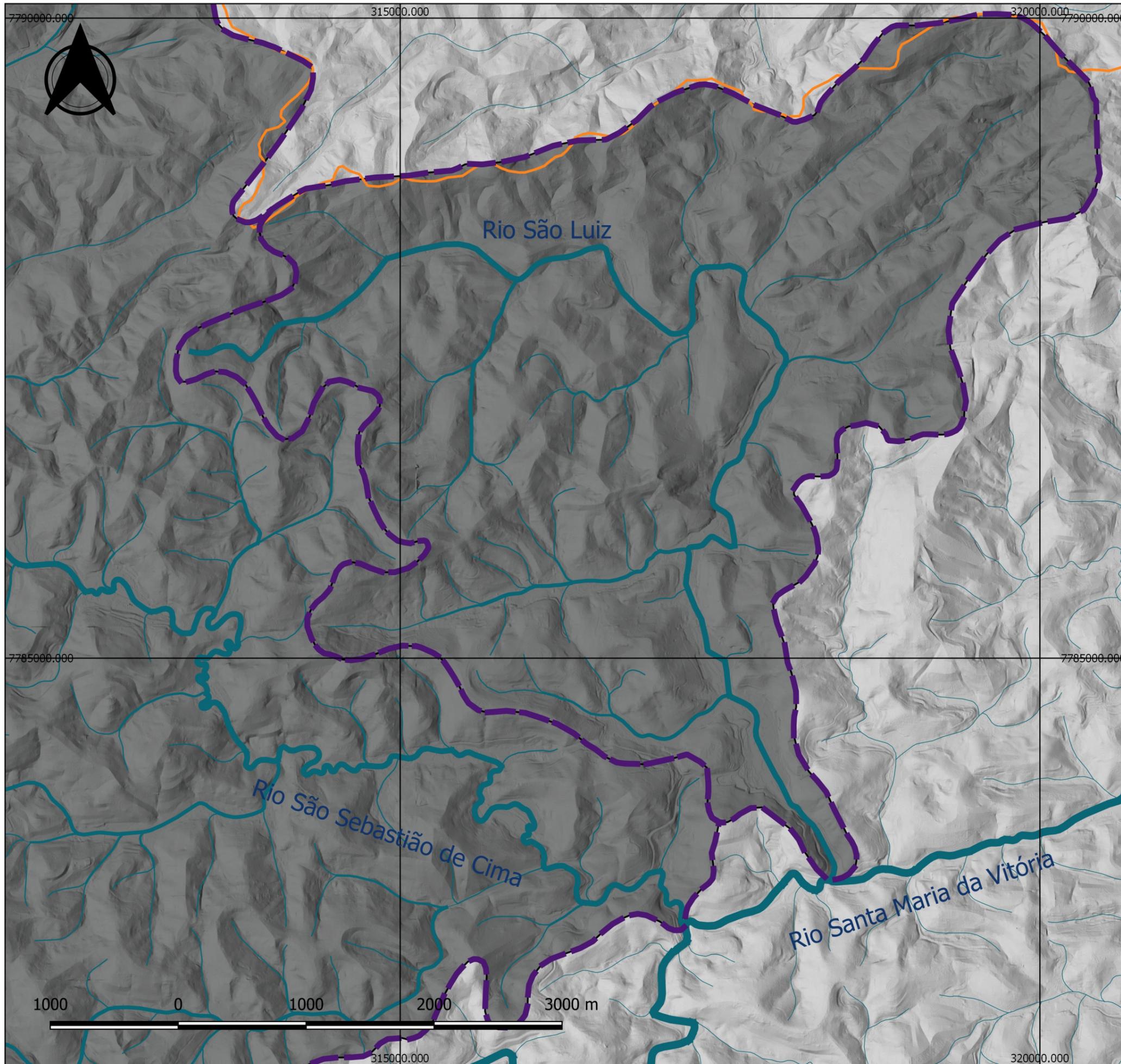
Janeiro/2020

**MAPA 03: HIDROGRAFIA  
 - Descrições Analíticas -**

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues





### LEGENDA

- Curso d'água
- Rio São Luiz
- Rio São Sebastião de Cima
- Rio Santa Maria da Vitória

### Hierarquia Fluvial

- Primeira Ordem
- Segunda Ordem
- Terceira Ordem

### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: IJSN (2010), GEOBASES (2012)

Janeiro/2020

### MAPA 04: HIDROGRAFIA - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

**Patri\_Lab**

Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento

*Mapa 05 da Declividade, Mapa 06 - Hipsometria*

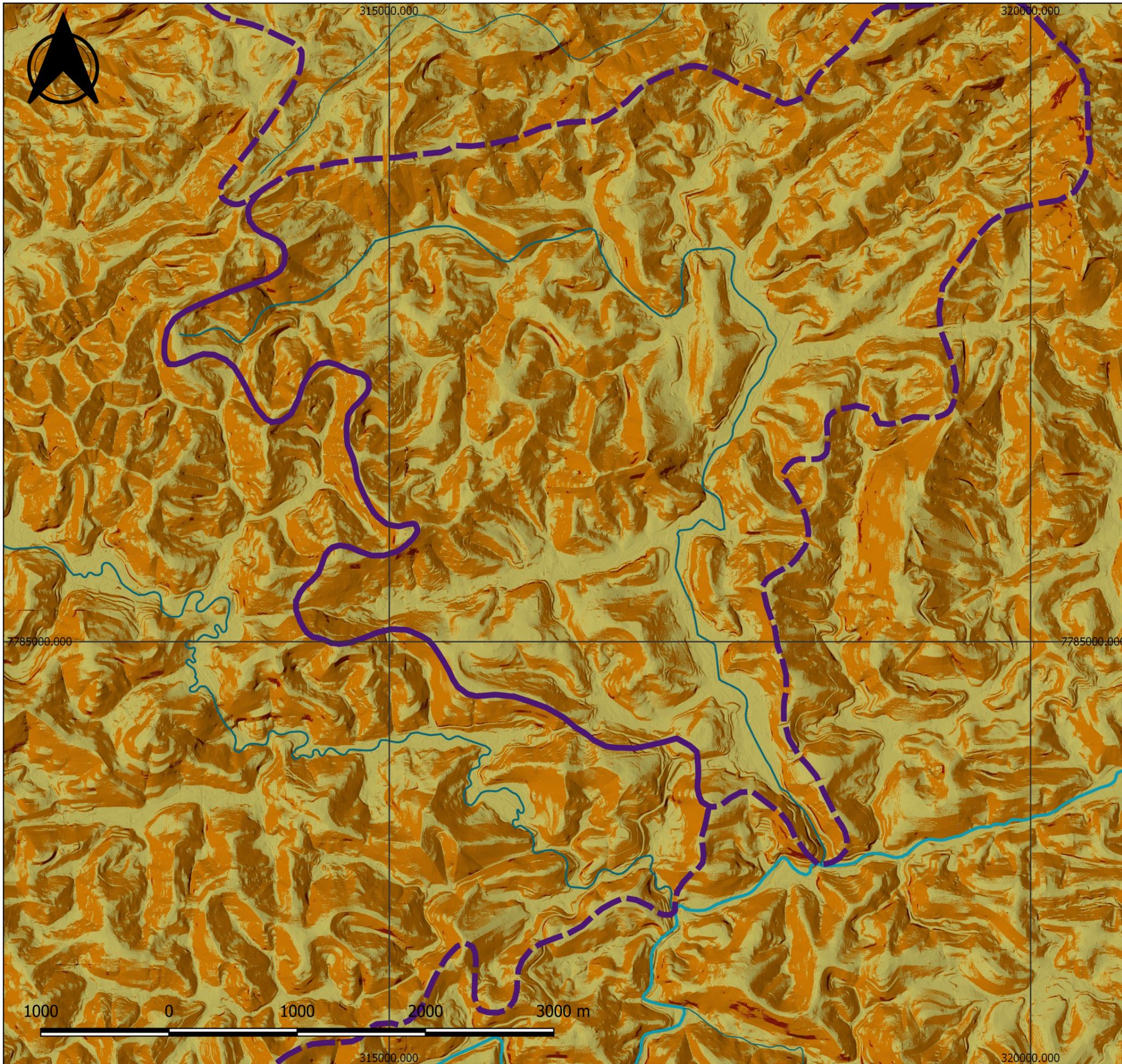
Os mapeamentos da Declividade, Hipsometria e Oro-hidrografia são elaborados utilizando o arquivo do Modelo Digital de Elevação (MDE) em formato *raster*, disponibilizado pelo GEOBASES (2012), e os vetores dos cursos d'água e corpos d'água, em arquivo *shapefile*, disponibilizado pelo IJSN (2010). Os mapeamentos de declividade e hipsometria são elaborados a partir de ferramentas do software QuantumGIS e do GRASS, com o uso de ferramentas para análise de declividade e conversão do arquivo *raster* para dados hipsométricos. O parâmetro utilizado para classificação da declividade é o da EMBRAPA (1979), que determina as seguintes classes de declividade:

Tabela 5: Parâmetro de Classificação EMBRAPA (1979)

| <b>Declividade (%)</b> | <b>Relevo</b>      |
|------------------------|--------------------|
| 0 - 3                  | Plano              |
| 3 - 8                  | Suave - ondulado   |
| 8 - 20                 | Ondulado           |
| 20 - 45                | Forte - Ondulado   |
| 45 - 75                | Montanhoso         |
| >75                    | Forte - Montanhoso |

Fonte: EMBRAPA, 1979

A área do município de Santa Maria de Jetibá é caracterizada, principalmente, por uma área com declividade variando de 8 a 45%, portanto, o relevo possui características de suave-ondulado, ondulado e forte-ondulado. A cota mais baixa da altitude do município de Santa Maria de Jetibá é 628 metros e a cota mais alta é 1.529 metros. Desse modo, utiliza-se o intervalo de 50 metros para a classificação da hipsometria, utilizando a escala de cores do amarelo (ponto mais baixo) ao vermelho (ponto mais alto). O mapa da Oro-Hidrografia é realizado utilizando o arquivo *raster* hipsométrico com o arquivo *shapefile* dos cursos d'água e dos corpos d'água. Nota-se, então que as nascentes estão situadas em uma área com declividades mais altas.



## LEGENDA

-  Rio São Luiz
  -  Rio São Sebastião de Cima
  -  Rio Santa Maria da Vitória
- Declividade (EMBRAPA, 1979)
-  8-20% Ondulado
  -  20 - 45% Forte Ondulado
  -  45 - 75% Montanhoso

## DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
Fuso: 24S

Fonte: GEOBASES (2012)

Janeiro/2020

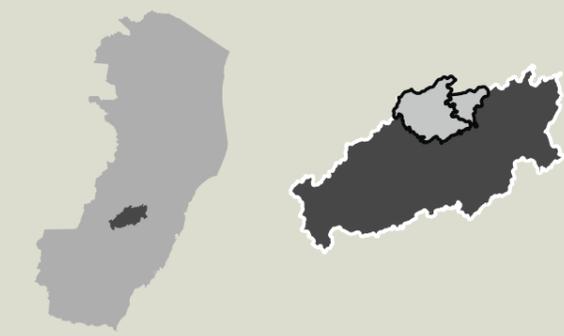
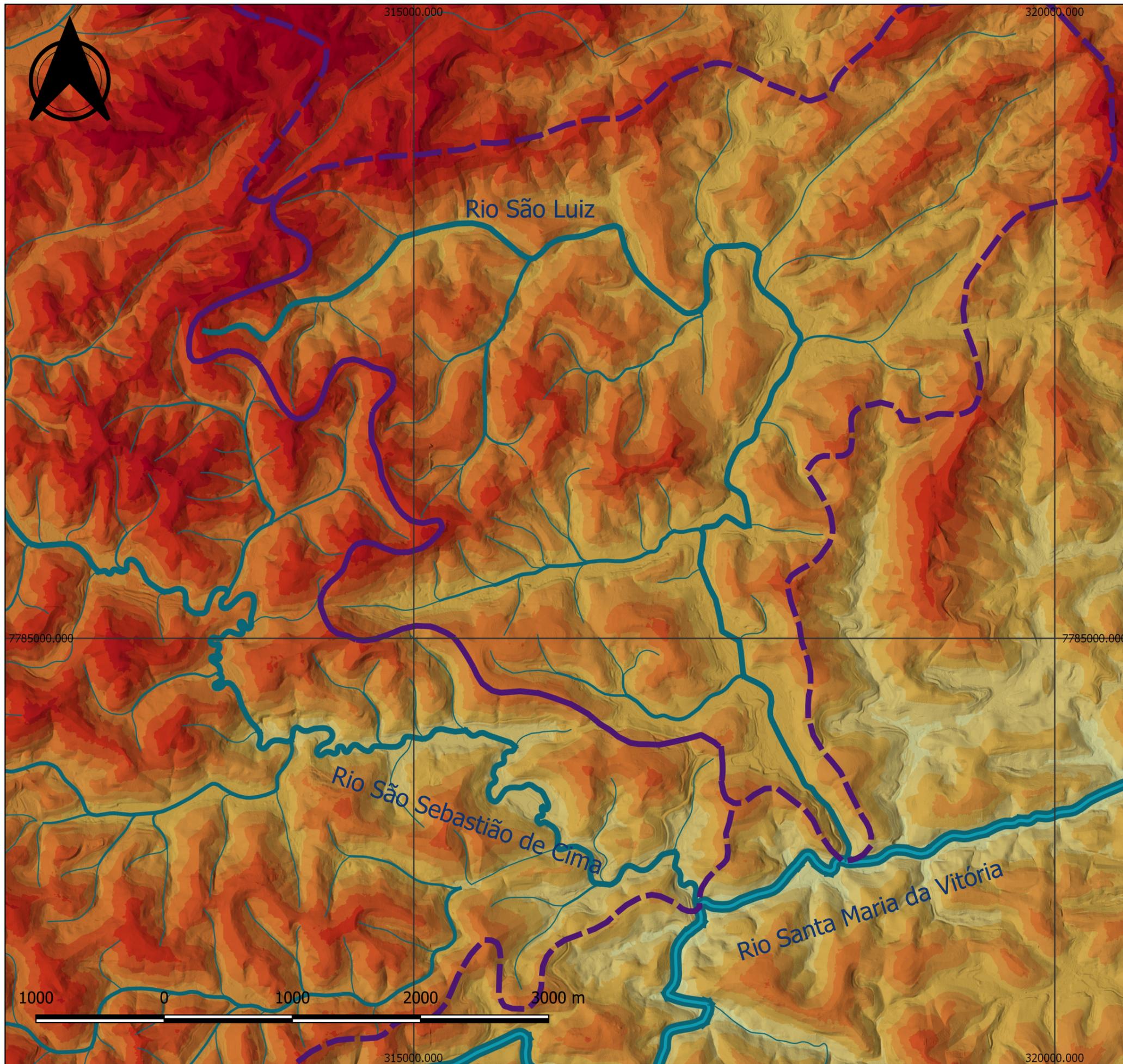
## MAPA 05: Mapa Declividade - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

**Patri\_Lab**

Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento



**LEGENDA**

-  Rio São Luiz
-  Rio São Sebastião de Cima
-  Rio Santa Maria da Vitória

**Hipsometria**

-  600 - 650 m
-  650 - 700 m
-  700 - 750 m
-  750 - 800 m
-  800 - 850 m
-  850 - 900 m
-  900 - 950 m
-  950 - 1000 m
-  > 1000 m

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: GEOBASES (2012)

Janeiro/2020

**MAPA 06: HIPSOMETRIA E ORO-HIDROGRAFIA**  
 - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida

Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

**Patri\_Lab**

Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento

*Mapa 07 da Cobertura Vegetal – Comparativo 1970 – 2012/2015*

O mapa da cobertura vegetal é realizado para conseguir visualizar a comparação entre a área de mata nativa da década de 1970 e a área de mata nativa atual. Para o mapeamento do uso e cobertura vegetal da década de 1970, utiliza-se o arquivo *shapefile* de uso do solo, realizado a partir da interpretação de fotografias aéreas, a qual é categorizado conforme classificação nível II ( natural floresta, antrópico – vegetação arbustiva, antrópico – pastagem, antrópico – área agrícola – antrópico e corpo d’água) do uso e cobertura da terra do IBGE. Esse *shapefile* é realizado pela aluna de iniciação científica Maria Victoria a qual está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado *Documentação e representação do Patrimônio: aproximação teórico-metodológica* sob a orientação da professora Renata Hermann de Almeida. Para o estudo comparativo realiza-se mapeamento do uso e cobertura vegetal utilizando o arquivo *shapefile* disponibilizado pelo GEOBASES (2012). O arquivo é categorizado conforme a classificação utilizada para a década de 1970, da qual estabelece as seguintes correlações:

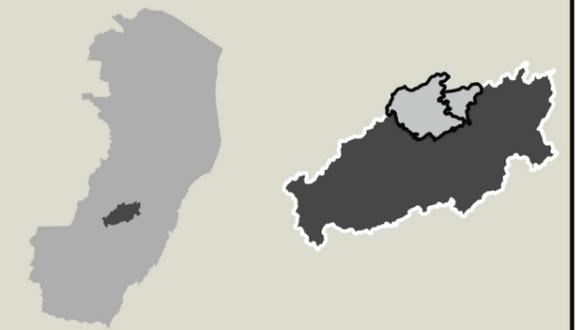
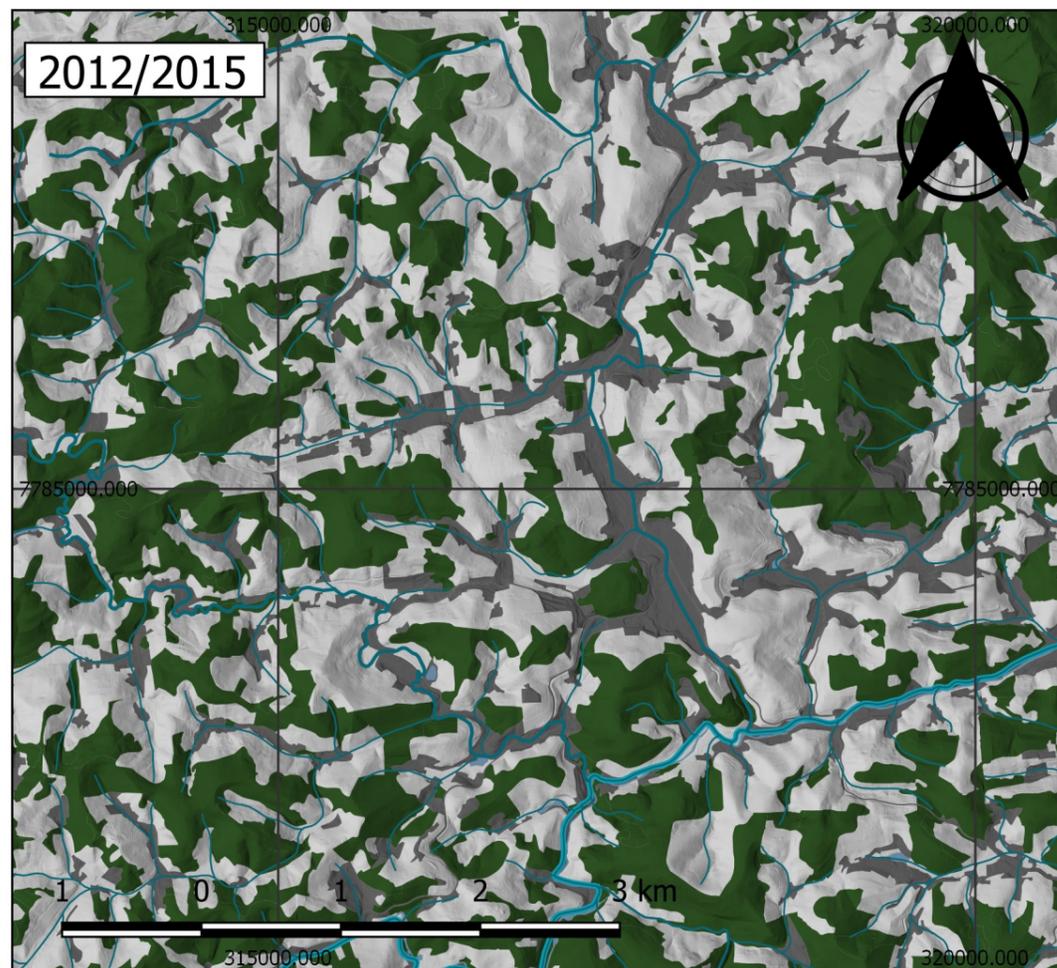
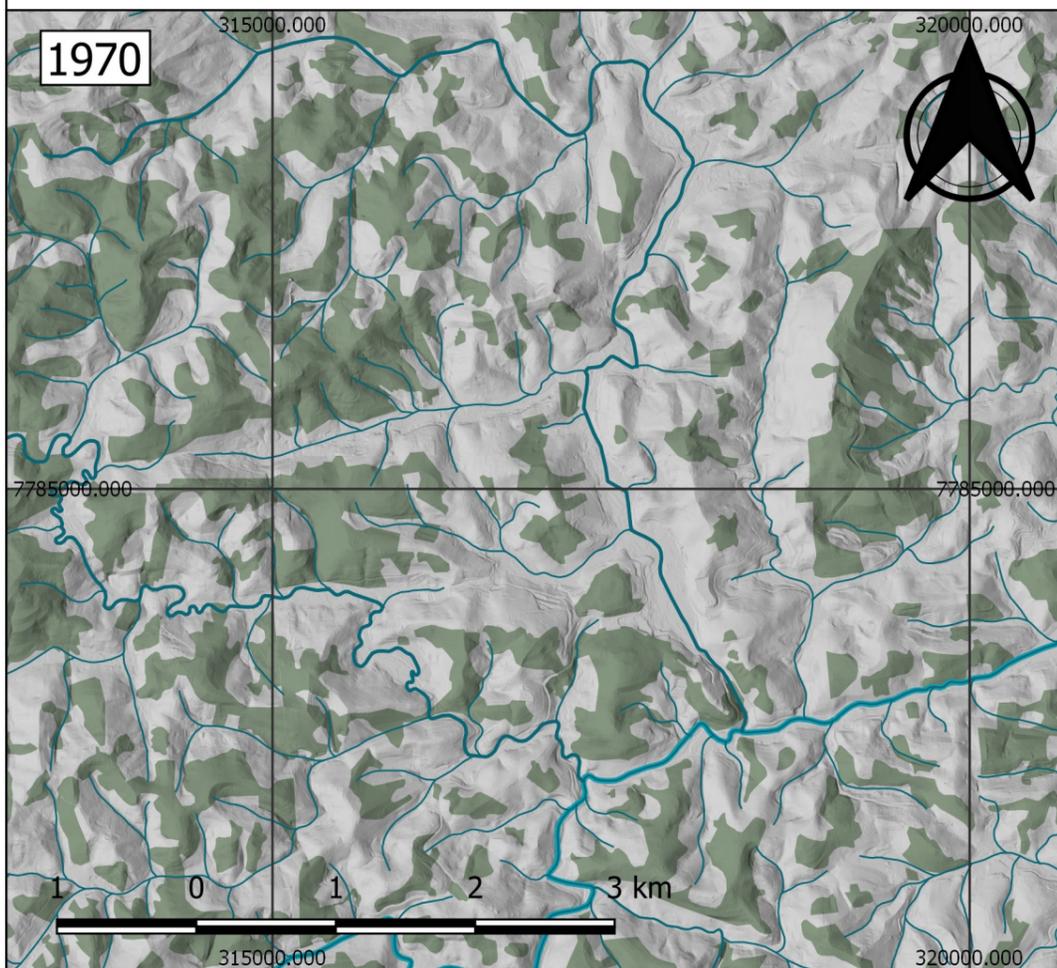
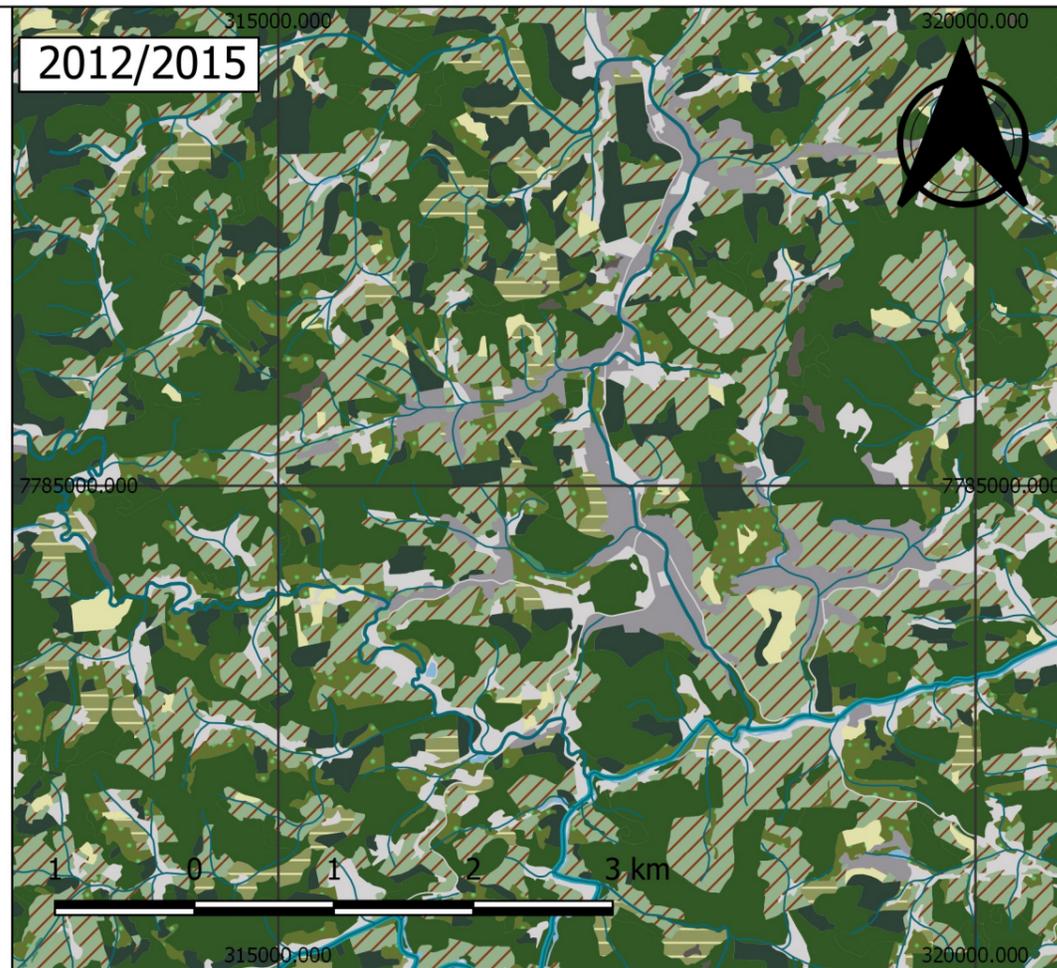
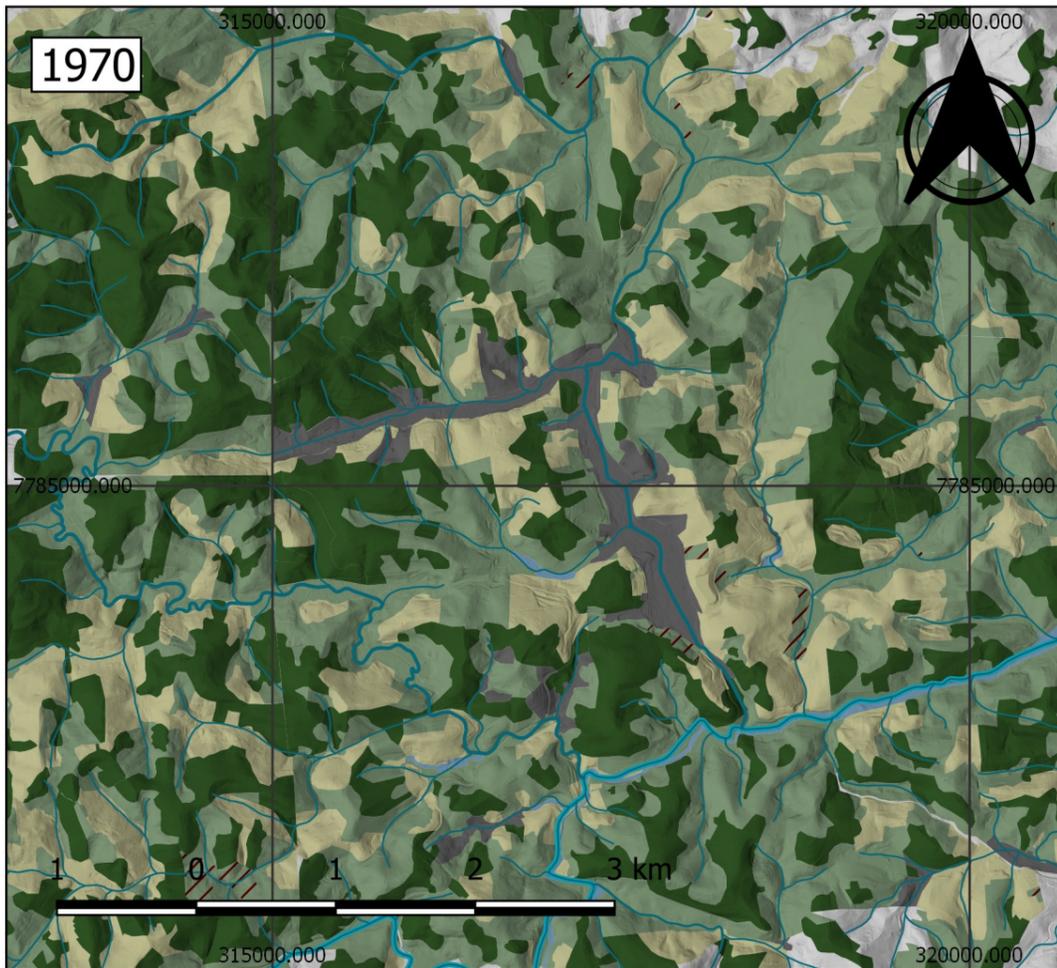
Tabela 6: Níveis de Classificação do uso e cobertura da terra IBGE

| <b>Nível I</b>                 | <b>Nível II</b>                             | <b>Nível III</b>                  |
|--------------------------------|---|-----------------------------------|
| Outras áreas                   | Áreas descobertas                           | <b>Afloramento Rochoso</b>        |
| Áreas antrópicas não agrícolas | Áreas Urbanizadas                           | <b>Área Edificada</b>             |
| Áreas de Vegetação Natural     | Outros                                      | <b>Brejo</b>                      |
| Áreas antrópicas agrícolas     | Culturas temporárias e culturas permanentes | <b>Cultivo Agrícola</b>           |
| Áreas antrópicas não agrícolas | Áreas de Mineração                          | <b>Extração Mineral</b>           |
| Áreas antrópicas não agrícolas | Outros                                      | <b>Macega</b>                     |
| Áreas de Vegetação Natural     |   | <b>Mangue</b>                     |
| Água                           | Água  | <b>Massa d’água</b>               |
| Áreas de Vegetação Natural     | Área Florestal                              | <b>Mata Nativa</b>                |
| Áreas de Vegetação Natural     | Área Florestal                              | <b>Mata Nativa em Regeneração</b> |
| Outras áreas                   | Áreas descobertas                           | <b>Outros</b>                     |
| Áreas antrópicas não agrícolas | Pastagem                                    | <b>Pastagem</b>                   |

|                                |                   |   |
|--------------------------------|-------------------|---|
| Áreas antrópicas não agrícolas | Silvicultura      | <b>Reflorestamento (Eucalipto, Pinus e Seringueira)</b> |
| Áreas de Vegetação Natural     | Área campestre    | <b>Restinga</b>   |
| Outras áreas                   | Áreas descobertas | <b>Solo Exposto</b>                                     |

Fonte: Elaborado pela autora

Por fim, são destacadas as áreas de mata nativa da década de 1970 e atual. Nota-se, portanto, que a área de estudo dentre esse parâmetro temporal houve um aumento da mata nativa, mas que apresenta-se de modo fragmentado no território.



### LEGENDA

- Rio São Luiz
- Rio São Sebastião de Cima
- Rio Santa Maria da Vitória
- Uso e Cobertura da Terra
- Natural - Floresta
- Antrópico - Vegetação Campestre/Arbustiva
- Antrópico - Pastagem
- Antrópico - Área agrícola
- Corpo d'água
- Antrópico

### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/  
Datum: Sirgas2000  
Sistemas de Coordenadas/  
Proteção: UTM  
Fuso: 24S

Fonte: GEOBASES (2012)  
Janeiro/2020

### MAPA 07 - USO e COBERTURA VEGETAL Comparativo déc. 1970 e Atual - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

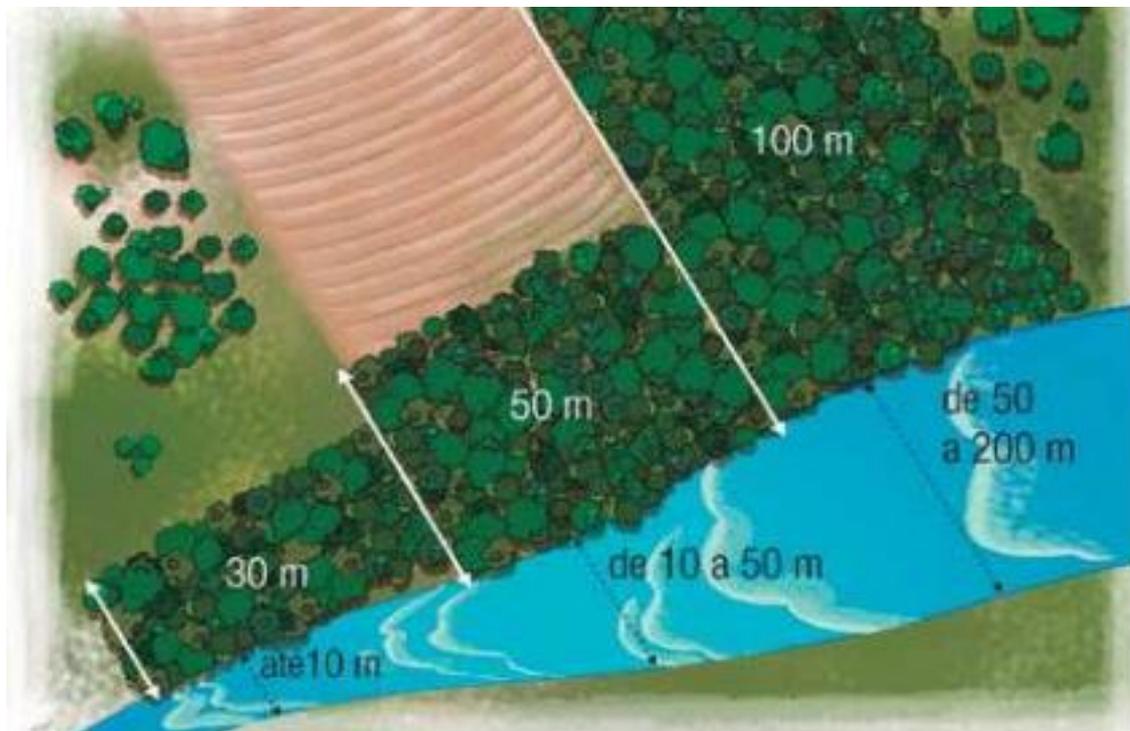
Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



*Mapa 08–Mapa das Áreas de Preservação em margens de rios*

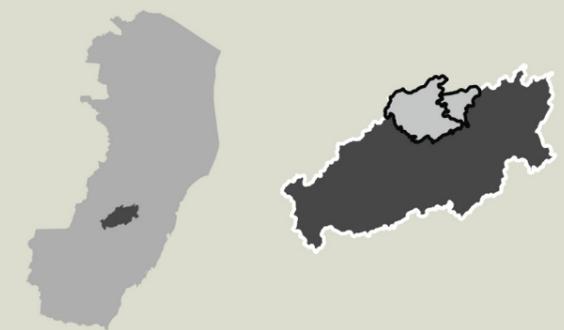
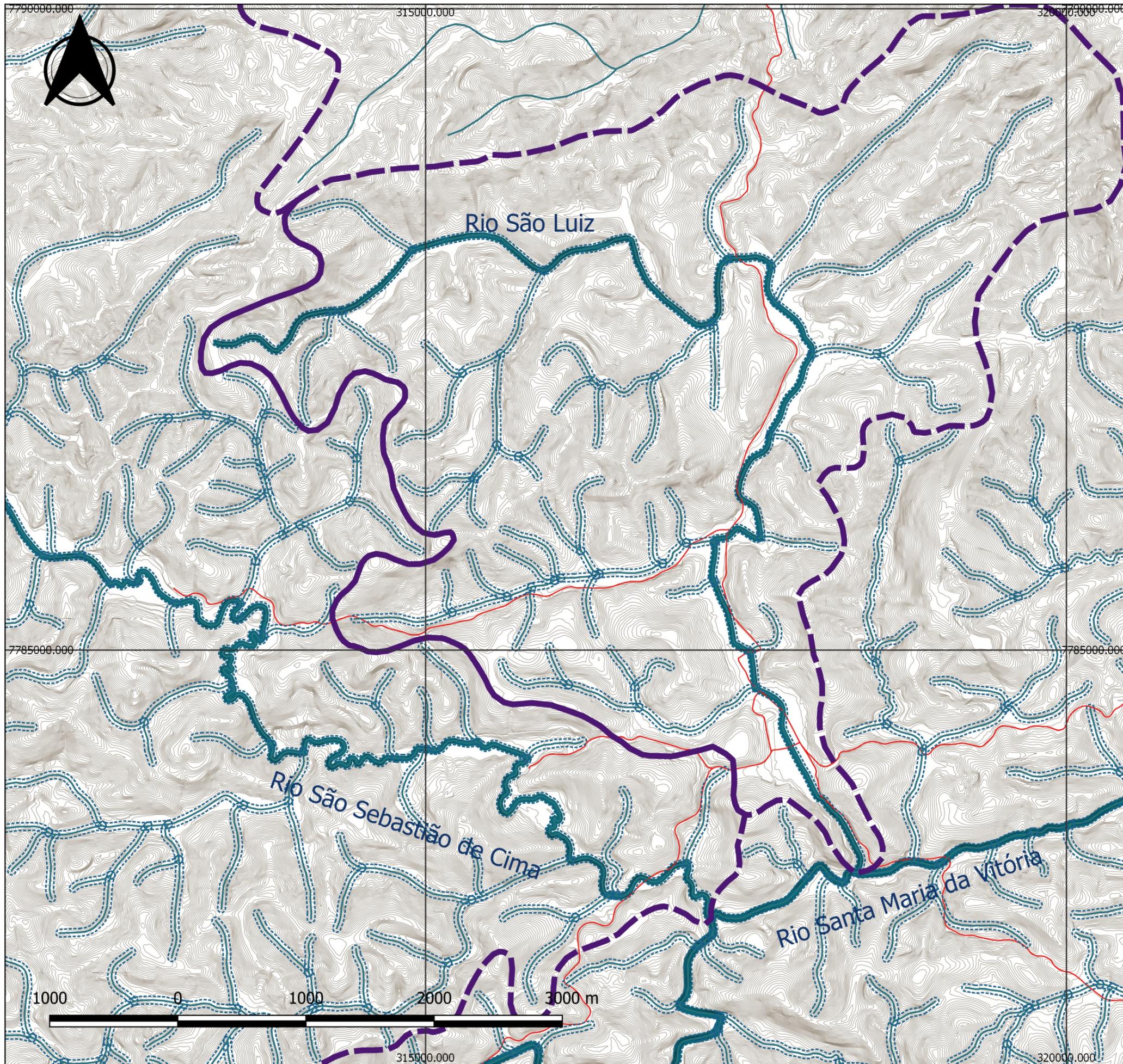
Segundo o Código Florestal, Lei N.º 4.771 de 15 de setembro de 1965, são consideradas áreas de preservação permanente (APP), sendo elas cobertas ou não por vegetação nativa. São áreas que possuem a função ambiental de preservar os cursos d'água, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. É importante destacar que, segundo essa lei, a vegetação ciliar deve ser mantida, caso ocorra alguma alteração o produtor é obrigado a recompô-la. Para a realização desse mapeamento utiliza-se a ferramenta *buffer* de geoprocessamento do *software* no arquivo vetorial de curso d' água, com os parâmetros determinados pelo Código Florestal de 1965, conforme ilustrado na (Figura 10):

Figura 10: Áreas de proteção permanente de margem de rios, ribeirões e riachos



Fonte: Bedê, 2013

A área de estudo compreende apenas cursos d'água de até 10 metros de largura, portanto, é utilizado o *buffer* de 30 metros para gerar o polígono da APP em cursos d'água.



### LEGENDA

-  Rio São Luiz
-  Rio São Sebastião de Cima
-  Rio Santa Maria da Vitória
-  Buffer - 30 metros
-  Limite da sub-bacia do Rio São Luiz e do Rio São Sebastião de Cima

### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: GEOBASES (2012)

Janeiro/2020

MAPA 08 - APP - Buffer 30m - Curso d'água  
 - Descrição Analítica -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida

Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

**Patri\_Lab**

Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento

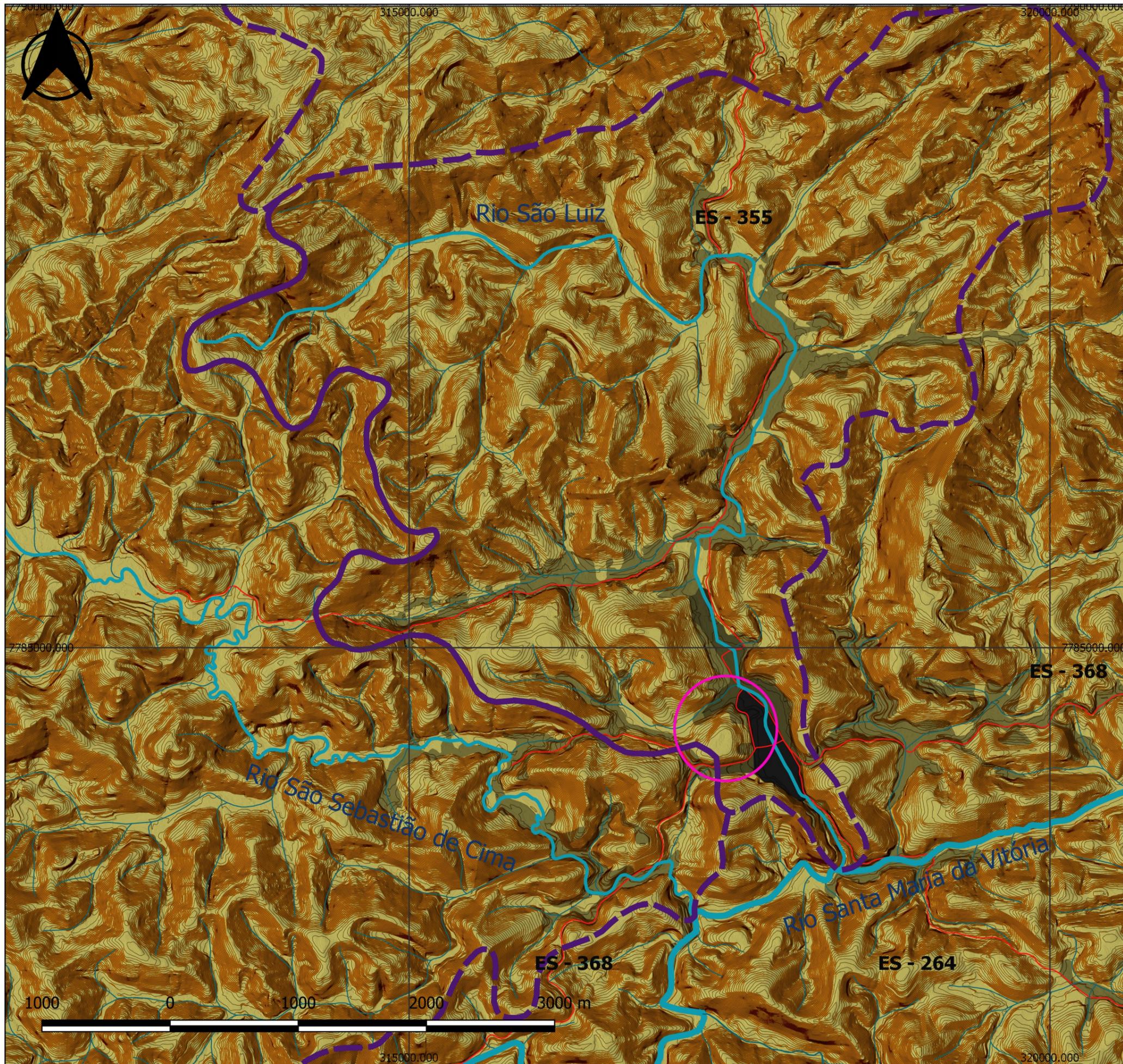
#### *Mapa 09 – Declividade com evolução urbana*

A evolução urbana é representada com o arquivo vetorial das manchas urbanizadas (com base nos ortofotomosaicos de anos de 1970 e 2012/2015) e trecho rodoviário sobre a camada de declividade (representada no *Mapa 05*). O parâmetro temporal utilizado para a compreensão da evolução é definido pela disponibilidade de aerofotografias. Portanto, nesse caso, é desenhado o polígono da mancha urbana sobre a aerofotografia (georreferenciada) da década de 1970 representando em cinza escuro e a mancha urbana atual, representada em cinza claro. Ressalta-se que, para a mancha urbana atual, utiliza-se o vetor em arquivo *shapefile* de áreas urbanizadas fornecidas pelo IJSN.

A evolução urbana do município de Santa Maria de Jetibá é conduzida pela topografia do local, desse modo, ela possui uma característica forma mais fragmentada e ramificada, ocupando os vales e as encostas menos íngremes. As conexões rodoviárias de Santa Maria de Jetibá acontecem através das estradas estaduais ES-264 (conexão com o município de Santa Tereza), ES-355 (conexão com o município de Santa Tereza) e ES-368 (conexão com o município de Santa Leopoldina) e estão situadas, principalmente, nas proximidades com os cursos d'água do rio Santa Maria da Vitória e o rio São Luiz.

#### *Mapa 10 – Morfologia Urbana e Morfologia Perceptiva*

Esse mapeamento tem como objetivo a representação da configuração e da estruturação das formas do território. Para isso é representado a morfologia urbana e a morfologia perceptiva. Utiliza-se o arquivo vetorial das quadras urbanas (a qual é definida sobre a ortofoto de 2012/2015), o *shapefile* das curvas de níveis fornecido pelo GEOBASES (2012) e o arquivo *shapefile* da morfologia perceptiva. A morfologia urbana é representada destacando em preto as quadras urbanas da área de estudo. Desse modo, pode-se evidenciar os formatos das quadras e a estrutura viária permitindo identificar a configuração urbana característica. A morfologia perceptiva, tem a finalidade de representar e identificar as características perceptivas da estrutura topográfica do território, identificando elementos da paisagem como colinas estruturantes, colinas secundário, cumes, vales estreitos e vales abertos. A partir desse mapeamento, pode-se identificar que a morfologia urbana é caracterizada por quadras alongadas e estreitas limitadas pela topografia do local a qual é caracterizada por uma área de vales, estreitos e abertos, e colinas estruturantes.



### LEGENDA

-  Curso d'água
  -  Trecho Rodoviário - ES
  -  Rio São Luiz
  -  Rio São Sebastião de Cima
  -  Rio Santa Maria da Vitória
  -  Mancha Urbana - Inicial
  -  Mancha Urbana - 1970
  -  Mancha Urbana - 2012/2015
- Declividade (EMBRAPA, 1979)
-  8-20% Ondulado
  -  20 - 45% Forte Ondulado
  -  45 - 75% Montanhoso
-  Núcleo Urbano Inicial

### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte:  
 Completar  
 Janeiro/2020

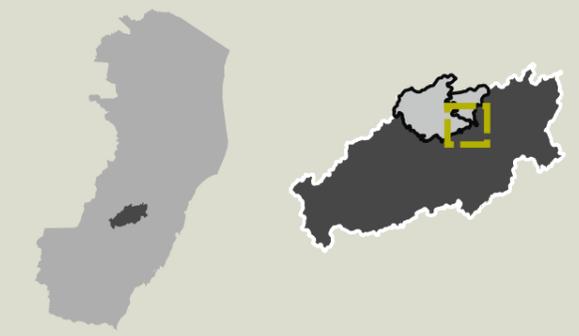
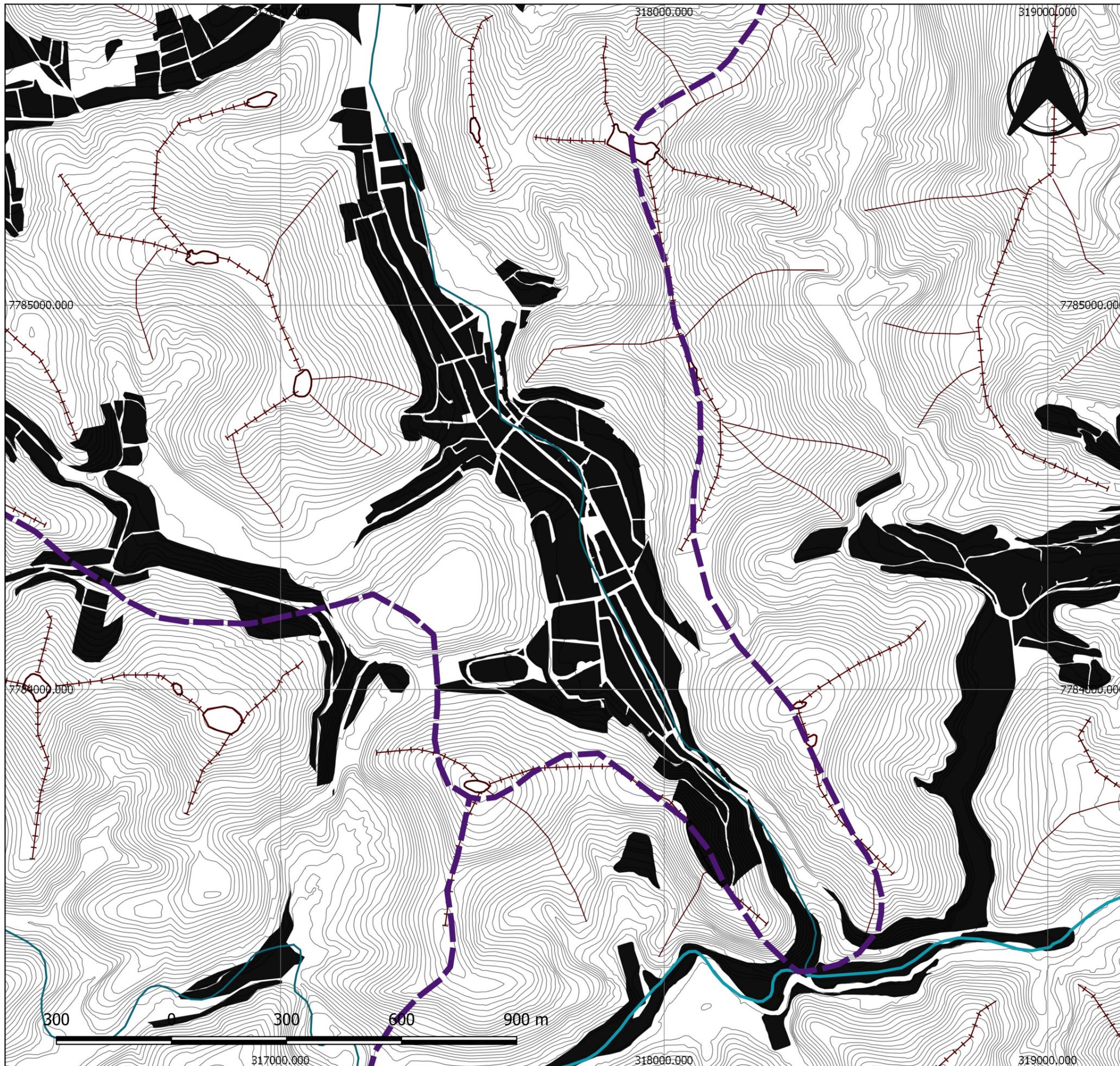
### MAPA 9 - Declividade com Mancha Urbanizada - Descrição Analítica -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

**Patri\_Lab**

Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento



**LEGENDA**

- Curva de Níveis
- Curso D'água
- Quadras
- + Colina Estruturante
- Colina Secundária
- Cume

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: GEOBASES (2012)

Janeiro/2020

**MAPA 10: MORFOLOGIA URBANA e MORFOLOGIA PERCEPTIVA**  
 - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



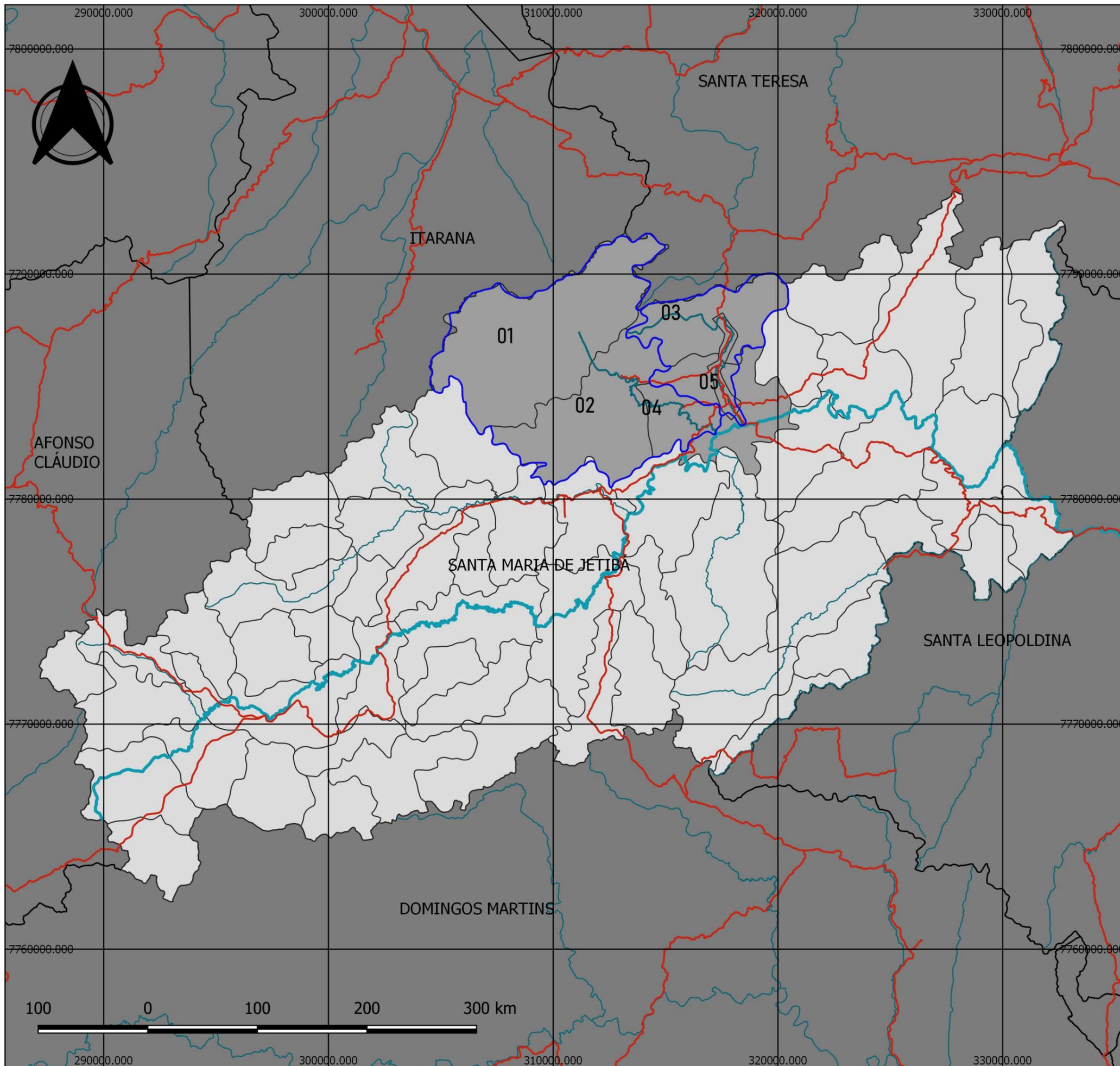
*Mapa 11 -Comunidades Urbanas e Rurais*

Nesse mapeamento são representadas as comunidades urbanas e rurais a partir dos vetores em arquivos *shapefiles* das comunidades urbanas rurais de 1994; trecho rodoviário; disponibilizado pelos IJSN. O município de Santa Maria de Jetibá está subdividido em dois distritos: a Sede e o Garrafão cujas comunidades são:

Tabela 7: Comunidades Urbanas e Rurais do município de Santa Maria de Jetibá (IJSN)

| <b>Distrito da Sede</b>     |                          |                    |
|-----------------------------|--------------------------|--------------------|
| <i>Comunidade Urbana</i>    |                          |                    |
| Santa Maria de Jetibá       |                          |                    |
| <i>Comunidade de Rural</i>  |                          |                    |
| São Luis                    | Santa Maria de Jetibá    | Suiça              |
| São Sebastião de Cima       | Ato Jetibá               | Rio Bonito         |
| Belém                       | Alto Rio Triunfo         | Barra do Jetibá    |
| Alto Recreio                | Córrego do Ouro          | Alto Caramuru      |
| São Sebastião do Recreio    | Alto São Sebastião       | Rio das Pedras     |
| Alto Rio Bonito             | Santa Luzia do Recreio   | Rio Claro          |
| Caramuru de Dentro          | Baixo São Sebastião      | Rio Possmousser    |
| Caramuro                    | São José do Recreio      | Ribeirão Aparecida |
| Caramuro II                 | São José do Rio Claro    |                    |
| <b>Distrito do Garrafão</b> |                          |                    |
| <i>Comunidade Urbana</i>    |                          |                    |
| Vila de Garrafão            |                          |                    |
| <i>Comunidade Rural</i>     |                          |                    |
| Garrafão                    | Onze de Fevereiro        | Plaster            |
| Rio Santa Maria             | Córrego Pastilha         | Rio Claro f:       |
| Rio dos Gonçalves           | Barra do Rio Claro*2     | Baixo Rio Lamego   |
| Rio Lamego                  | Alto Rio Lamego          | Alto Garrafão      |
| Ribeirão São João           | São Bento                | Alto Santa Maria   |
| Rio Taquarinha              | Alto Santa Leopoldina    | Rio da Penha       |
| São João do Barracão        | Córrego do Queijo        | Sabino             |
| Córrego Limão               | Córrego Penha            | Alto Rio Plantojo  |
| Córrego das Pedras          | Rio Plantojo             | Rio Cristal        |
| Barracão do Rio Possmousser | Ibiaba                   | Ribeirão São Luis  |
| Ribeirão Aparecida*5        | Alto Rio Possmousser* '1 | Rio Possmousser*3  |

Fonte: Elaborado pela autora



### LEGENDA

- Trecho Rodoviário - ES
- Bacia do rio São Luiz e do rio São Sebastião de Cima
- Limite de Comunidades Rurais e Urbanas
  - Inseridas no limite das bacias do rio São Luiz e do rio São Sebastião de Cima
  - Não inseridas no limite das bacias do rio São Luiz e do rio São Sebastião de Cima

- 01 Comunidade Rural - Alto São Sebastião
- 02 Comunidade Rural - São Sebastião de Cima
- 03 Comunidade Rural - São Luis
- 04 Comunidade Rural - Santa Maria de Jetibá
- 05 Comunidade Urbana - Santa Maria de Jetibá

### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: IJSN

Janeiro/2020

MAPA 11 - COMUNIDADES URBANAS E RURAIS  
 - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



*Mapa 12 - Estrutura Fundiária e Mapa 13 -Infraestruturas Socioeconômicas*

A estrutura fundiária é representada no *Mapa 12* com os vetores em arquivo *shapefile* das áreas de imóveis disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR). A categorização do *shape* é feita a partir da tabela do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que classifica a quantidade de módulos fiscais em:

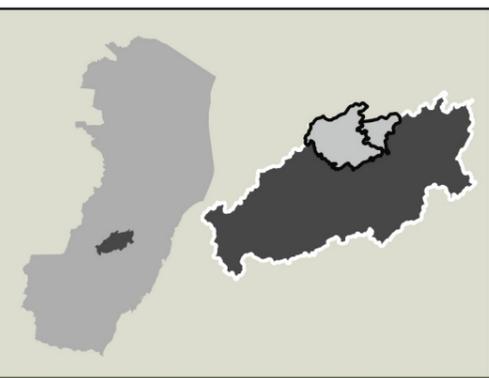
Tabela 8- Classificação dos módulos fiscais

|                     |                                  |
|---------------------|----------------------------------|
| Minifúndio          | Até 1 módulo fiscal              |
| Pequena Propriedade | De 1 até quatro módulos fiscais  |
| Média Propriedade   | De quatro até 15 módulos fiscais |
| Grande Propriedade  | Superior a 15 módulos fiscais    |

Fonte: Adaptado INCRA, 2011

A partir desse mapeamento, pode-se identificar que o município de Santa Maria de Jetibá possui sua estrutura fundiária caracterizada, predominantemente, por minifúndios e pequenas propriedades rurais, da qual um módulo fiscal é equivalente a 18 hectares.

O *Mapa 13 – Infraestruturas Socioeconômicas* é representado pelos pontos, em coordenadas geográficas, de captação da água, de estação de tratamento de esgoto (ETE) e de estação de tratamento da água (ETA) disponibilizados no Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória; e os pontos das granjas e fábricas de ração identificados com a interpretação da ortofoto de 2012-2015 e confirmação do dado através da plataforma do *GoogleMaps*. Através desse mapeamento, nota-se que o município de Santa Maria de Jetibá é caracterizado pela ocupação evidente de complexos agroindustriais com a localização das granjas e das fábricas de ração, situados nas proximidades dos cursos d'água. Nota-se, também, a presença de dois pontos de captação da água, sendo que o ponto de captação para abastecimento da área urbana da cidade está situado no rio São Sebastião de Cima. As estações de tratamento da água e de esgoto da Cesan estão situadas na área urbanizada do município de Santa Maria de Jetibá.



**LEGENDA**

- Trecho Rodoviário - ES
- Curso d'água
- Módulos Fiscais -  
1 Módulo Fiscal= 18ha
- Até 1 - Minifúndio
- 1 até 4 - Pequena Propriedade
- 4 até 15 - Média Propriedade
- Acima de 15 - Grande Propriedade
- Mancha Urbana Atual
- 1- Bacia do rio São Luiz e 2 - Bacia do rio São Sebastião de Cima

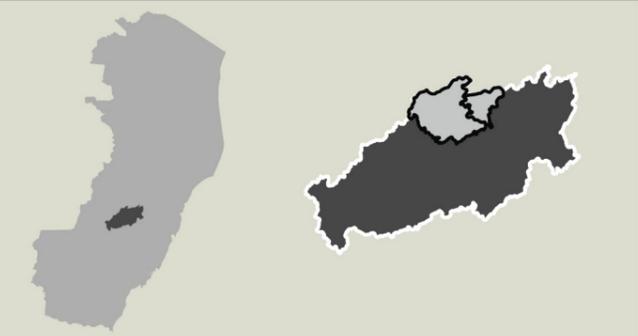
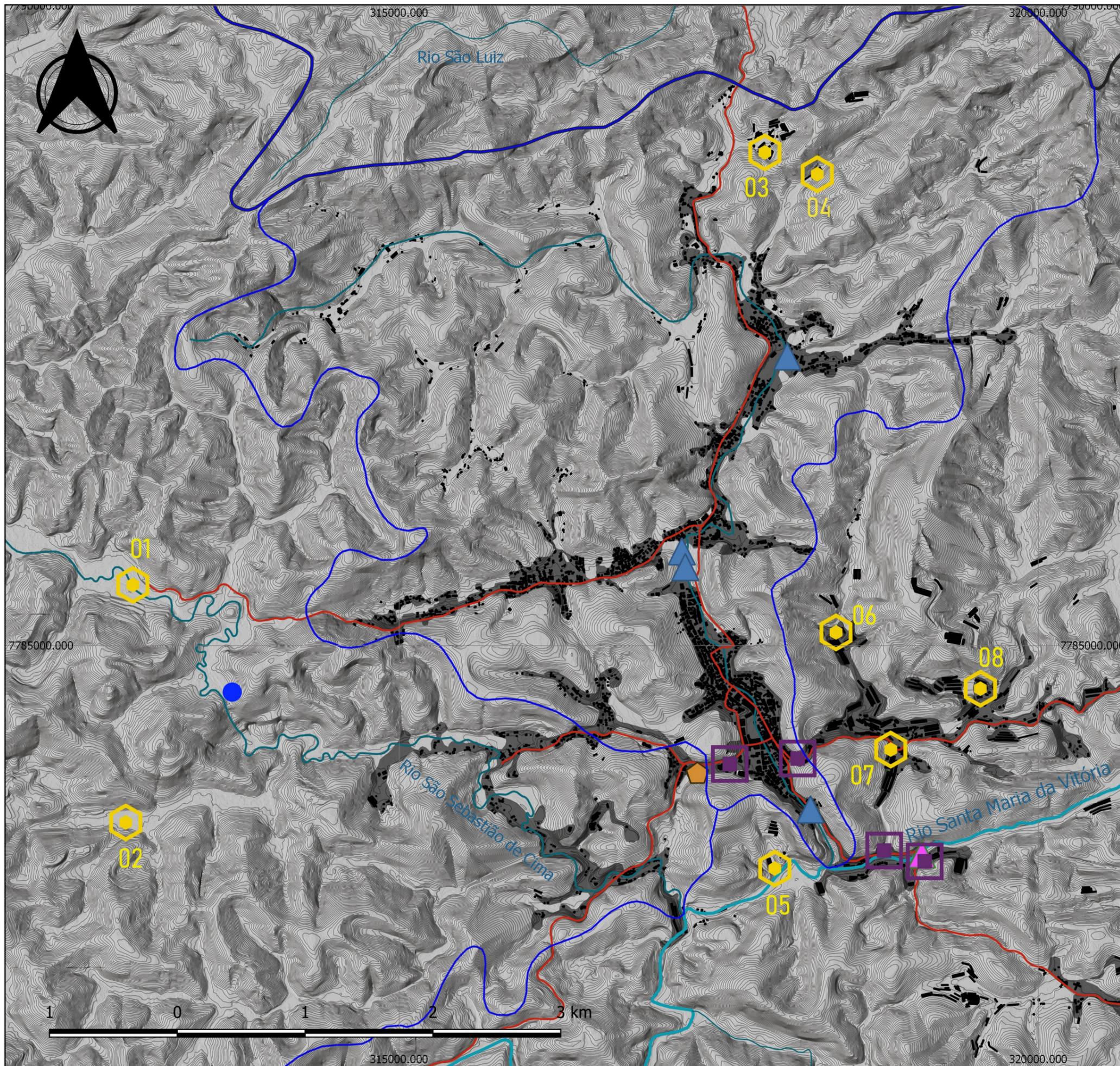
**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum:  
Sirgas2000  
Sistemas de Coordenadas/Proteção:  
UTM  
Fuso: 24S  
  
Fonte: CAR, IJSN, GEOBASES

**MAPA 12 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - Descrições Analíticas -**

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
Mestranda: Mariana Paim Rodrigues





**LEGENDA**

|                      |   |
|----------------------|---|
| Trecho_Rodoviario_ES | Fábricas de ração                                   |
| Curva de nível       | Ponto de monitoramento da qualidade da água - CESAN |
| Curso d'água         | Ponto de monitoramento da qualidade da água - IEMA  |
| Localização Etes_    |   |
| Pontos de captação_  |   |
| Granjas              |   |

01 Kerovos - Granjas Kerckhoff  
 02 Ovos Pommer  
 03 Granjas Inacio Erdman  
 04 Granjas Josias Erdman  
 05 Granjas Nutrisamal  
 06 Granjas BL  
 07 Granjas Santa Maria  
 08 Granjas Jetibá

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte:  
 Janeiro/2020

**MAPA 13 - INFRAESTRUTURA SOCIOECONÔMICA**  
 - Descrições Analíticas -

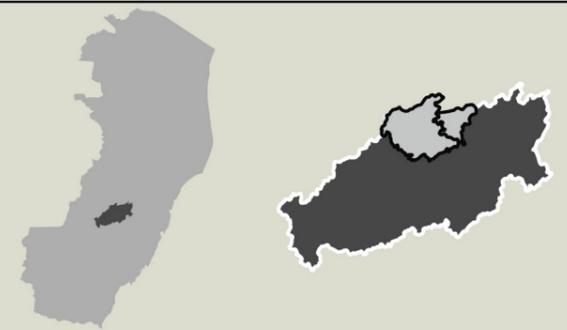
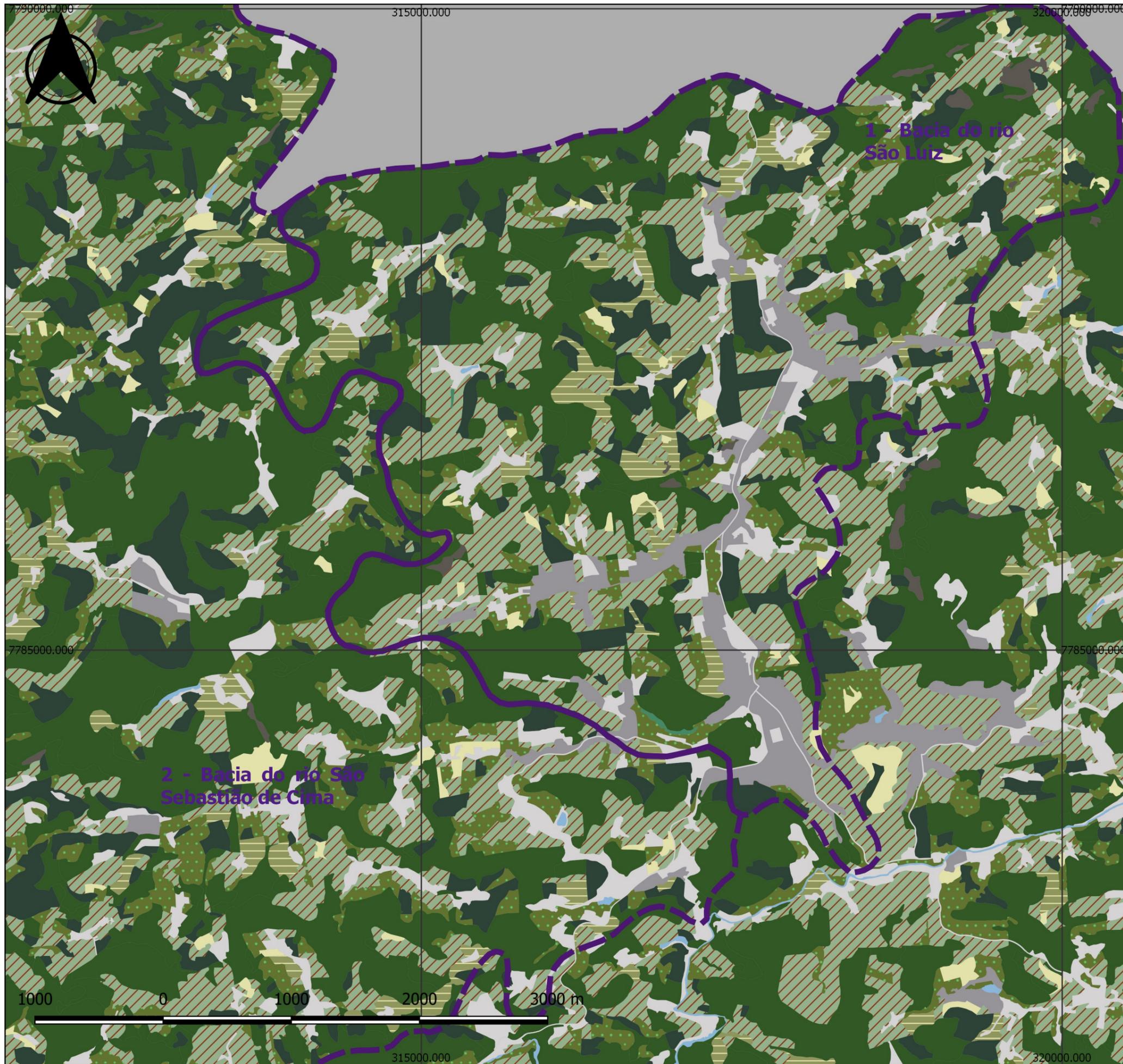
Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



#### *Mapa 14 – Uso e Cobertura da Terra*

A representação do uso e cobertura da terra tem por finalidade a identificação dos tipos de antropização que acontecem no território. O mapeamento é elaborado com o uso do vetor, em arquivo *shapefile*, do uso da terra e cobertura vegetal disponibilizado pelo GEOBASES (2012). O *shapefile* é categorizado em áreas de: afloramento rochoso, área edificada, brejo, cultivo agrícola, extração mineral, macega, mangue massa d'água, mata nativa, mata nativa em regeneração, outros, pastagem, reflorestamento de eucalipto, pinus e seringueira, restinga e solo exposto.

Na área de estudo é observado uma área de mata nativa e mata nativa em regeneração evidentes, contudo de maneira fragmentada. As áreas edificadas são situadas, principalmente, nas proximidades dos cursos d'água (rio São Luiz, rio São Sebastião de Cima e rio Santa Maria da Vitória) e, próximo a essas áreas edificadas, observa-se a predominância do uso do solo relativo ao cultivo agrícola de café e culturas temporárias (olerícolas). São notadas, também, em uma proporção menor, áreas destinadas à silvicultura e pastagem, e de maneira, pontual, áreas com cobertura vegetal de macegas e brejos.



### LEGENDA

#### Uso e Cobertura da Terra

- Afloramento Rochoso
- Área Edificada
- Brejo
- Cultivo Agrícola
- Macega
- Massa D'Água
- Mata Nativa
- Outros
- Pastagem
- Reflorestamento - Eucalipto - Pinus - Seringueira
- Solo Exposto
- 1 - Bacia do Rio São Luiz
- 2- Bacia do Rio São Sebastião de Cima

#### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte: GEOBASES (2012)

Janeiro/2020

### MAPA 14 - USO e COBERTURA DA TERRA - Descrições Analíticas -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

**Patri\_Lab**

Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento

### 3.2.2 Descrição de Síntese

Esse subcapítulo tem como objetivo apresentar as sínteses do território do município de Santa Maria de Jetibá. A representação, em nível de síntese, consiste na correlação entre as camadas do território, descritas nos mapeamentos dispostos no capítulo 3. Esse estudo é realizado com a finalidade de interpretar a predominância da relação entre sociedade e natureza, a partir da expressão das ações humanas nos cursos d'água, orientados por processos de dominação e/ou por processos de apropriação, segundo Haesbaert (2005).

#### Patrimônio Ambiental

O município de Santa Maria de Jetibá está localizado na unidade geomorfológica do maciço do Caparaó I e II que, conforme o quadro disposto no capítulo 3, é uma unidade caracterizada por modelados intensamente dissecados e com altitudes médias em torno de 600m, destacado por grandes elevações maciças, com algumas superiores a 2000 metros de altitude. Como consequência dessa condição geomorfológica, a partir do Mapa 05 de Declividade, pode-se confirmar ser o relevo caracterizado como forte ondulado e montanhoso, com altitude variando entre 400 e 1462 metros, sendo que a sede urbana está situada numa altitude de 706 metros. Essa composição geomorfológica contribui para uma paisagem (Figura 11) marcada por vales e cumes proporcionadores de riqueza de formas e contrastes.

A cobertura vegetal da área do município é originalmente composta pela Mata Atlântica e alterada consideravelmente com a territorialização dos imigrantes pomeranos para a abertura de terras para o desenvolvimento do cultivo agrícola. A partir do Mapa 14 do Uso e Cobertura da Terra, pode-se constatar que a cobertura vegetal está composta, principalmente, por cultivo de café, hortaliças, pastagem e eucalipto. A maioria dos cultivos estão situados nos vales e encostas, com algumas exceções - as áreas de cafés e, principalmente, de eucalipto são situadas em topo de morros.

Além disso, é importante destacar que 43% das florestas da Mata Atlântica são preservadas na área do município. É possível notar, com o Mapa 07 - Comparativo do Uso e Cobertura da Terra da década 1970 e 2012/2015, um aumento das áreas de mata nativa. Contudo, essas áreas, remanescentes da Mata Atlântica, apresentam uma característica fragmentada resultante do desmatamento e da expansão das áreas de cultivo agrícola.

Figura 11: Vista aérea de Santa Maria de Jetibá, 1994



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

A topografia montanhosa, composta por vales e cumes, resultado das condições geomorfológicas da área, contribuem para a composição do complexo hidrográfico formado pelo rio Santa Maria da Vitória. Com uma extensão de aproximadamente 122 km, o rio Santa Maria da Vitória tem a sua nascente localizada no município de Santa Maria de Jetibá, na serra do Garrafão (Figura 12) perpassa, também, pelos municípios de Santa Leopoldina, Cariacica e Serra até desaguar na baía de Vitória. Os principais afluentes do rio Santa Maria da Vitória são os rios São Luiz, Claro, São Sebastião de Cima, Lamego, Possmosser, Caramuru e Bonito. A sede urbana do município de Santa Maria Jetibá compreende, principalmente, a bacia do rio São Luiz, que possui uma área de drenagem de 2323 m<sup>2</sup>. A área urbanizada se estende também ao trecho do exutório do rio São Sebastião de Cima e de córregos tributários ao rio Santa Maria da Vitória. O complexo hidrográfico do município apresenta importantes funções para o abastecimento doméstico, geração de energia e, principalmente, para a irrigação dos cultivos agrícolas.

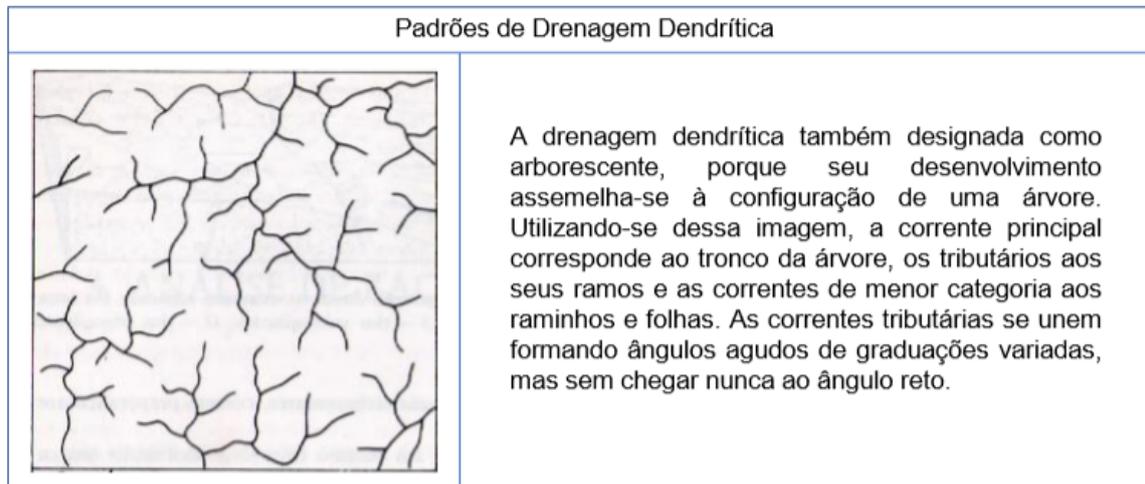
Figura 12: Pedra do Garrafão, s/d.



Fonte: Acervo Planeta Vertical, s.d.

De acordo com Machado e Torres (2012, p. 49), “a rede hidrográfica responsável pela drenagem de uma bacia apresenta configurações ou arranjos espaciais dos canais fluviais que refletem a estrutura geológica e a evolução morfogenética da região”. Como consequência, esses arranjos definem os padrões de drenagem. A partir do *Mapa 04 - Hidrografia*, pode-se observar que, dentre os padrões de drenagem existente, o padrão de drenagem da bacia do rio São Luiz se caracteriza por um padrão de drenagem dendrítica (Figura 13). Esse padrão de drenagem dendrítica configura, explicitamente, a forma de ocupação urbana do município.

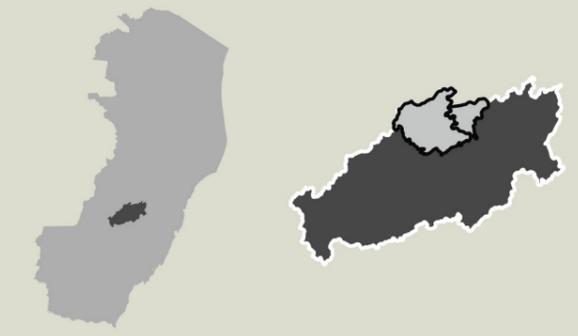
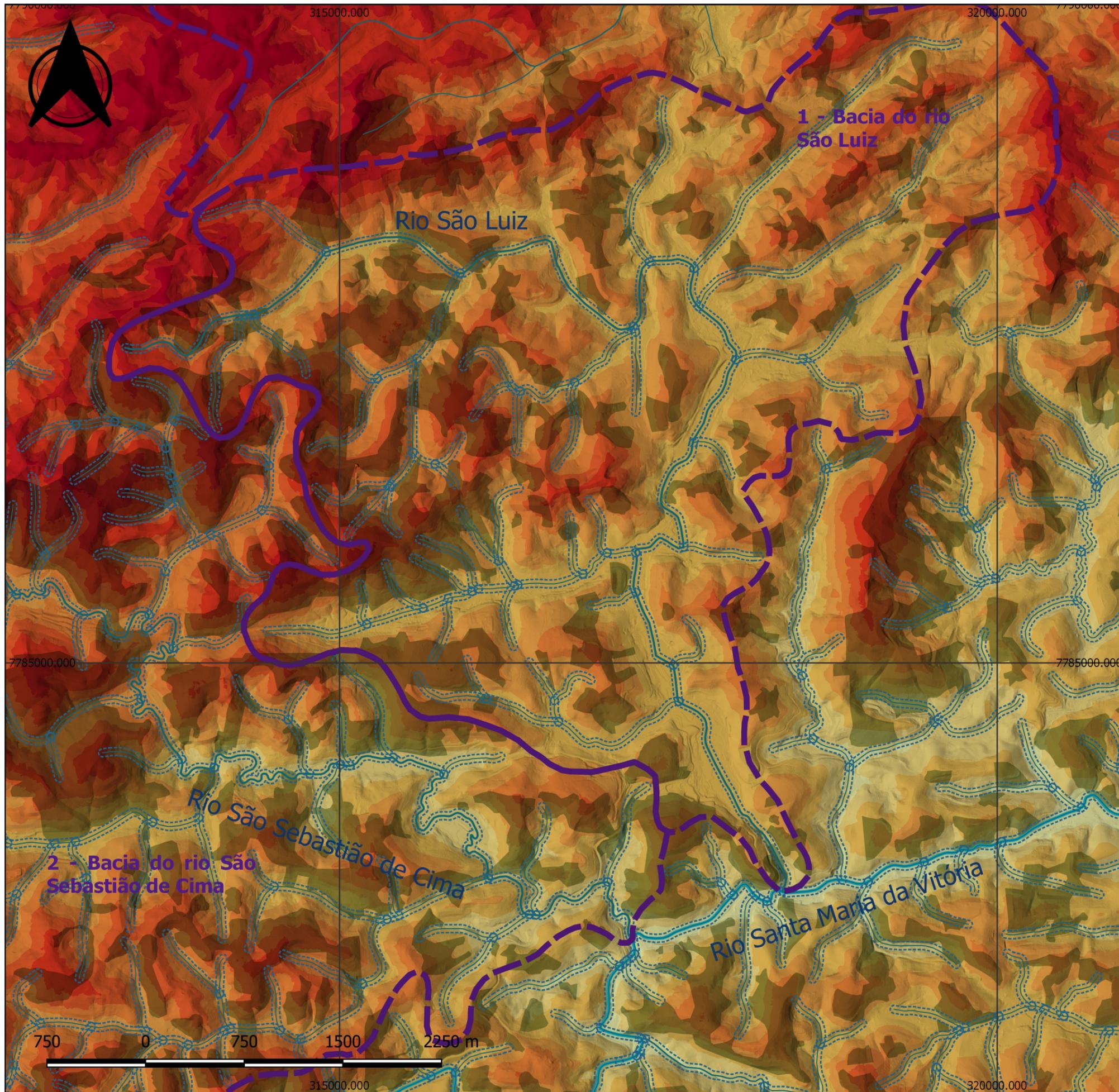
Figura 13: Padrões de drenagem dendríticas



Fonte: Adaptado de Machado e Torres (2012, p. 49)

É importante destacar a quase inexistência, no município de Santa Maria de Jetibá, de áreas pertencentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com apenas uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Palmares, com 17 há (0,17km<sup>2</sup>) e criada em 2013, cadastrada no SNUC. Além disso, as condições morfológicas do local associadas à economia agrícola vigente resultam em expansão das áreas de cultivo para áreas consideradas de APP's, em áreas às margens dos cursos d'água, ao redor de nascentes e com inclinação superior à 45°, como notado no *Mapa 08 - APP's nas margens de cursos d'água*, pode-se notar a presença de áreas de culturas temporárias, principalmente, em áreas às margens dos cursos d'água.

Desse modo, o ambiente físico natural do território analisado é sintetizado no *Mapa 15 do Patrimônio Ambiental* tendo como base os primeiros mapas elaborados dessa camada do território dispostos no Capítulo 3. Nesse mapa, são representados os cursos d'água com destaque para o rio Santa Maria da Vitória, rio São Luiz e rio São Sebastião de Cima (os dois últimos afluentes do primeiro) e as áreas de proteção permanente desses cursos d'água, de acordo com o Código Florestal. Destaca-se, também, a topografia acidentada representada pela hipsometria com relevos de altitudes variando de 600m até 1450m, nos quais é demarcada, também, a vegetação da Mata Atlântica, considerada a vegetação original da área e presente, principalmente, nas áreas mais elevadas.



**LEGENDA**

|                              |   |
|------------------------------|---|
| — Cursos d'água              | Cobertura Vegetal Original              |
| — Rio São Luiz               | ■ Mata Atlântica                        |
| — Rio São Sebastião de Cima  | □ APP - Buffer 30m (Código Florestal)   |
| — Rio Santa Maria da Vitória | □ 1- Bacia do Rio São Luiz              |
|                              | □ 2- Bacia do Rio São Sebastião de Cima |

**Hipsometria**

|                |
|----------------|
| ■ 600 - 650 m  |
| ■ 650 - 700 m  |
| ■ 700 - 750 m  |
| ■ 750 - 800 m  |
| ■ 800 - 850 m  |
| ■ 850 - 900 m  |
| ■ 900 - 950 m  |
| ■ 950 - 1000 m |
| ■ > 1000 m     |

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Janeiro/2020

**MAPA 15 - PATRIMÔNIO AMBIENTAL**  
 - Descrição Sintética -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



### Patrimônio Territorial-paisagístico

Segundo Schutzer (2012, p. 113) “a ocupação, ao se desenvolver sobre o território, assume características formais marcadas, muitas vezes em razão das imposições que o sítio ou a natureza local colocam”. A sede do município de Santa Maria de Jetibá é um exemplo dessa conjuntura. Sua mancha urbana se caracteriza por ser alongada, fragmentada e dispersa, limitada e estruturada, principalmente, pelos estreitos vales dos cursos d’água drenantes do território, com a ocupação, principalmente, da planície aluvial e em níveis de menor declividade das encostas. A partir do *Mapa 09 - da Declividade com Evolução Urbana*, é possível notar que a área mais consolidada da ocupação está situada ao decorrer do vale do rio São Luiz, afluente do rio Santa Maria da Vitória. Desse modo, pode-se compreender que o território construído do município de Santa Maria de Jetibá acontece entre as montanhas e os cursos d’água, caracterizando sua paisagem (Figura 14).

Figura 14: Vista aérea da ocupação urbana do município de Santa Maria de Jetibá, 2017



Fonte: Acervo Jefferson Rodrigues

Segundo Schutzer (2012, p. 124), “a conformação das ruas originando quadras e sua extensão pelo território é uma das primeiras relações que se configuram entre o meio ambiente e a cidade”, assim sendo, o modo como a sociedade de Santa Maria de Jetibá define

o traçado urbano está ligado ao processo de crescimento “orgânico”. Esse processo tem o traçado composto a medida que as necessidades da sociedade são determinadas a cada momento, ou ciclo de territorialização, estruturadas nas características topográficas do sítio e de seus padrões culturais, estéticos, funcionais e econômicos. Como disposto no subcapítulo anterior, o núcleo urbano do município de Santa Maria Jetibá é relativamente recente, uma vez ser considerado vila em 1935. A ocupação urbana acontece efetivamente a partir da década de 1970 com uma urbanização aparentemente desregulamentada associada ao crescimento econômico.

Desse modo, associado ao condicionante físico do local ser um forte limitador para a ocupação, o traçado urbano, como pode ser observado no *Mapa 10 – Morfologia Urbana e Morfologia Perceptiva*, caracteriza-se, principalmente, por eixos viários próximos ou paralelos aos cursos d’água, quadras alongadas, com edificações implantadas na testada do lote, sem afastamento frontal, caracterizando uma ocupação em lotes de dimensões reduzidas. Portanto, pode-se interpretar que o patrimônio territorial-paisagístico reflete, principalmente, a história recente do município, uma vez que a maioria das construções aparentam uma arquitetura contemporânea, com exceção de algumas construções que permanecem, localizadas pontualmente, como o Museu da Imigração Pomerana (antiga sede da estação fruticultura) e a Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá. Pode-se afirmar que o crescimento econômico acelerado, associado à economia agrícola e aos setores de comércio e serviço e à possível falta de planejamento urbano, contribui para a renovação das construções.

A arquitetura do museu (Figura 15) se caracteriza estético formalmente como um bloco retangular com o volume da varanda incorporado à fachada frontal do edifício. O edifício é implantado numa cota mais alta do terreno quando comparado com o restante da cidade. A cobertura é destacada por possuir um telhado em quatro águas cuja inclinação permite a inserção de um sótão o qual é acessado internamente por uma escada de madeira. A estrutura é independente e de madeira, o que sugere que o sistema construtivo adotado para a execução das alvenarias de vedação seja a conhecida como taipa de mão ou pau-a-pique.

Figura 15: Museu da Imigração Pomerana, 2020



Fonte: Acervo da Autora

A construção da Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá acontece em 1881, conforme Schwarz (1993). Com a implantação no alto do terreno, a igreja, inicialmente, não possuía torre, constituída por um bloco retangular com cobertura em duas águas. Desse modo, por não possuir torre, os sinos, originados da Alemanha, são colocados sob uma construção de madeira próxima à edificação da igreja (Figura 16). A característica formal da igreja (Figura 17) é então alterada, em 1948, com a inserção de torre na fachada frontal, demolida e reconstruída em 1984, conforme Schwarz (1993).

Figura 16: Sinos da igreja de Santa Maria, s/d. Igreja Evangélica Luterana de Jequitibá e prédio da escola e residência paroquial década de 1970



Fonte: Schwarz, 1993

Figura 17: Igreja Luterana de Santa Maria de Jetibá, 2020



Fonte: Acervo da autora

A forma de ocupação, nos vales e nas encostas, associada com o fato do município ter apenas 44% do esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2019), resulta, principalmente, em problemas de preservação da qualidade dos mananciais, os quais originam a sede urbana. É importante destacar que:

A qualidade das águas de um rio ou reservatório está sob a constante ameaça de ação degradadora de certas substâncias poluentes. Estas podem originar-se de fontes pontuais ou localizadas, como os esgotos domésticos e os efluentes industriais, ou de fontes dispersas, não localizadas, como as águas de escoamento superficial, as águas de infiltração etc. (TORRES, 2012, p. 151)

Segundo Torres (2012), quando um esgoto doméstico é lançado ao corpo d'água (um dos principais problemas dos cursos d'água em áreas urbanas) este possui a capacidade de autodepuração, ou seja, é estabilizado e assimilado pelo próprio meio hídrico, processo conhecido como biodegradação. Contudo, quando a quantidade de esgotos lançada é superior à capacidade de autodepuração do corpo hídrico sua composição e estrutura é alterada completamente, o curso d'água passa a se tornar poluído, elevando a quantidade de oxigênio da água, um elemento comumente presente em baixa proporção na água. Essa alteração do curso d'água acaba por resultar nas mortes, por asfixia, de vidas aquáticas. Além disso, o lançamento de efluentes domésticos pode causar e/ou potencializar o processo de eutrofização.

A eutrofização é um processo de enriquecimento nutritivo do meio aquático (eu-trofe significa, em grego, bem-alimentado), que pode ter consequências desastrosas. A poluição por matéria orgânica, rica em fosfatos e nitratos, gera uma abundância de alimentação, aumentando exageradamente a oferta de nutrientes para toda a cadeia alimentar, especialmente para certos tipos de algas. (TORRES, 2012, p. 153)

Uma situação que acontece na área urbana de Santa Maria de Jetibá, principalmente na porção da área urbanizada mais ao sul, próxima ao trecho onde o rio São Luiz deságua no rio Santa Maria da Vitória, são as edificações posicionadas com os fundos voltados para o curso d'água (Figura 18), inclusive com as tubulações de efluentes direcionadas ao corpo hídrico, fonte pontual de poluição do manancial. Outra característica da ocupação marcante é a presença de edificações lineares e estreitas justapostas entre si e implantadas de forma a seguir a topografia do local. A partir do *Mapa 13 - Infraestruturas Socioeconômicas* e com visitas de campo, confirma-se que essas tipologias são destinadas ao uso econômico, mais especificamente, em sua maioria, às granjas. A ocupação por granjas é marcante na paisagem desse território (Figura 19) do município de Santa Maria de Jetibá, em decorrência da produção de ovos ser um dos pilares da economia do município, que alcança o mercado nacional.

Figura 18: Ocupação de moradias às margens do rio São Luiz



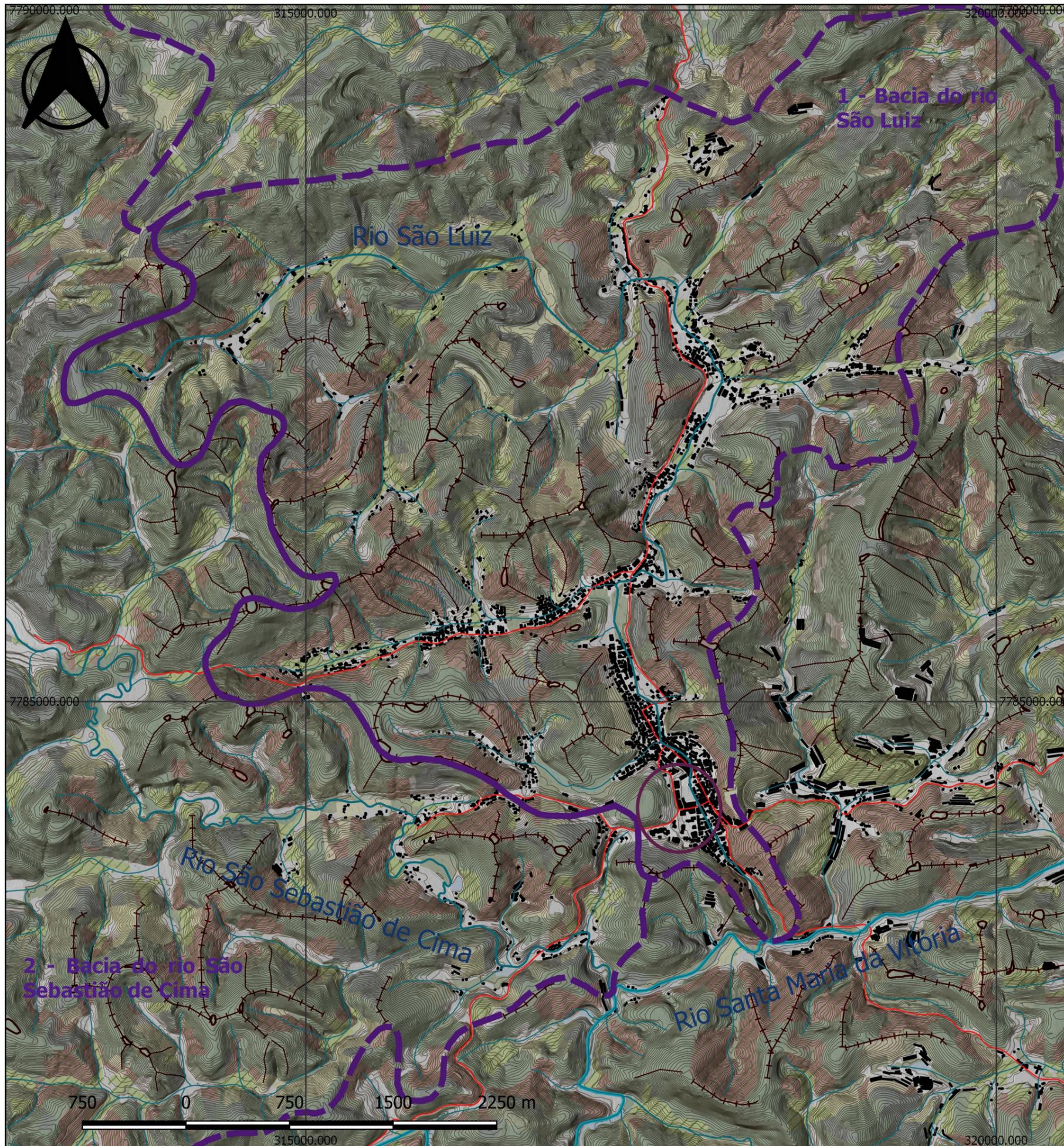
Fonte: Acervo da autora, 2020

Figura 19: Vista Aérea da ocupação das Granjas, 2017



Fonte: Acervo Jefferson Rodrigues.

Desse modo, o ambiente construído do território analisado é sintetizado no *Mapa 16 do Patrimônio Territorial-paisagístico* tendo como base os primeiros mapas elaborados dessa camada do território. Nesse mapa, são representadas as edificações implantadas, em sua maioria, nos vales, com destaque para o núcleo urbano, demarcado pela circunferência em roxo, são elementos que compõem aspectos referentes da camada construída urbana. Quanto à camada construída rural, é representada nesse mapa pelo uso e pela cobertura da terra. Nesse território, destaca-se, principalmente o cultivo do café, o cultivos temporário e o cultivo florestal de eucalipto, pinus e seringueira.



**LEGENDA**

- |                               |                            |
|-------------------------------|----------------------------|
| Uso e Cobertura da Terra      | Rio São Luiz               |
| ■ Afloramento Rochoso         | Rio São Sebastião de Cima  |
| ■ Brejo                       | Rio Santa Maria da Vitória |
| ■ Campo Rupestre/Altitude     | —+— CRI_MP_SMJ             |
| ■ Cultivo Agrícola - Abacaxi  | — CRSE_MP_SMJ              |
| ■ Cultivo Agrícola - Banana   | □ MT_MP_SMJ                |
| ■ Cultivo Agrícola - Café     | ■ Edificações              |
| ■ Outros Cultivos Permanentes | ○ Núcleo urbano inicial    |
| ■ Outros Cultivos Temporários |                            |
| ■ Extração Mineração          |                            |
| ■ Macega                      |                            |
| ■ Mangue                      |                            |
| ■ Massa D'Água                |                            |
| ■ Mata Nativa                 |                            |
| ■ Outros                      |                            |
| ■ Pastagem                    |                            |
| ■ Reflorestamento - Eucalipto |                            |
| ■ Restinga                    |                            |
| ■ Solo Exposto                |                            |

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte:  
 Completar  
 Janeiro/2020

**MAPA 16 - PATRIMÔNIO TERRITORIAL-PAISAGÍSTICO**  
 - Descrição Sintética -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



### Patrimônio Socioeconômico

Constituído majoritariamente por comunidades rurais, conforme *Mapa 11 - Comunidades Rurais e Urbanas*, a dinâmica de ocupação do município de Santa Maria de Jetibá está estritamente correlacionada com a dinâmica econômica, orientada, principalmente, por uma ocupação em áreas rurais. Segundo dados do IBGE (2019), aproximadamente 65% da população atual reside nessas áreas. É possível notar o crescimento urbano em uma perspectiva diacrônica, contudo, a população permanece com uma tendência majoritária rural, conforme:

Figura 20: Evolução da população no território de Santa Maria de Jetibá (1940/1980)

| População   | 1940  | 1950  | 1960  | 1970  | 1980  |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|
| População total   | 6395  | 7785  | 9723  | 10187 | 15962 |
| População rural   | 6371  | 7733  | 9675  | 10143 | 14585 |
| População urbana  | 24    | 52    | 48    | 44    | 1377  |
| População rural (%)   | 99,62 | 99,33 | 99,50 | 99,56 | 91,37 |
| % da população de Santa Maria de Jetibá em relação a Santa Leopoldina | 37,55 | 43,96 | 50,17 | 46,49 | 64,73 |

Censos Demográficos/ES -1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Fonte: Bergamim, 2015

Essa situação se reflete na estrutura fundiária do município composta, majoritariamente, por minifúndios e pequenas propriedades, de base familiar, como demonstra o *Mapa 12 - Estrutura Fundiária*. A estrutura fundiária atual é consequência do parcelamento do solo característico da época da colonização. São distribuídos o valor equivalente a 60ha a cada imigrante, resultando na configuração de um conjunto de pequenos proprietários rurais, sendo a família a detentora absoluta dos encargos de sua terra, segundo IJSN (1984). O fato curioso é que os imigrantes pomeranos não eram proprietários da terra da Pomerânia. Desse modo, essa característica, apesar das dificuldades e conflitos, principalmente, com a administração da colônia, ao chegarem no território brasileiro, os pomeranos eram reconhecidos por sua força de trabalho (BERGAMI, 2015).

Fôça é convir que os pomeranos, chegados, às centenas, de 1870 a 1879, apesar do Rescrito de Heydt, incentivaram, com sua energia colonizadora, o progresso posterior. É verdade que estavam acostumados, de casa, a vencer as dificuldades de regiões montanhosas, mas tinham sido jornaleiros de tarefas pesadas e distinguiam pela sobriedade, força de vontade e capacidade de trabalho. (WAGEMANN, 1949, p. 26)

O Patrimônio Socioeconômico, portanto, é destacado pela influência da situação de isolamento do imigrante pomerano. Até a década de 1970, a sociedade do município apresenta permanências culturais explícitas e manifestas, principalmente, na língua e nas relações de trabalho. Em uma perspectiva econômica, Santa Maria de Jetibá corresponde a um dos municípios com maior intensidade de atividades agrícolas do estado do Espírito Santo, com uma produção expressiva de hortigranjeiros, sendo um dos principais abastecedores da

Ceasa-ES<sup>4</sup> (Centrais de Abastecimento do Espírito Santo). A avicultura de postura, concentrada, principalmente, nas proximidades da sede urbana e dos cursos d'água, é a principal atividade econômica do município, considerado o maior produtor de ovos de galinha do Brasil (IBGE, 2019). Ambas produções econômicas extrapolam o mercado local, com uma influência no mercado estadual e nacional (Figura 21).

Figura 21: Ranking da produção de ovos do município de Santa Maria de Jetibá

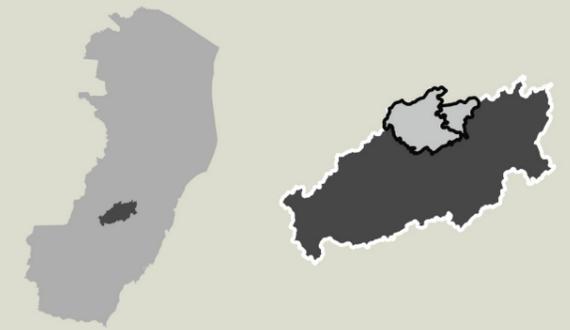
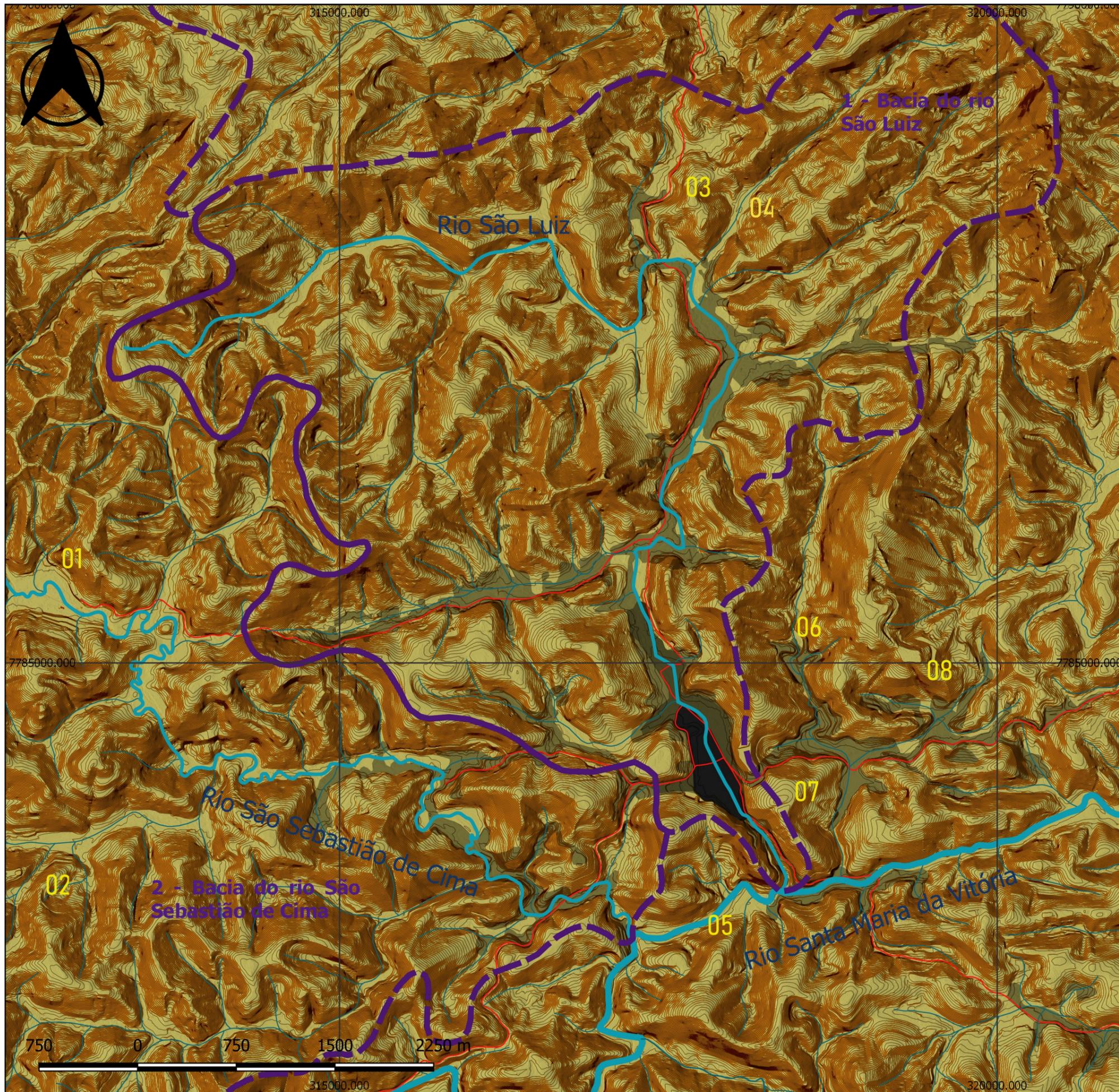


Fonte: IBGE, 2019

A expressividade do cultivo agrícola e da agroindústria se reflete na conformação da paisagem, representada por características rurais e urbanas em uma proximidade evidente, como pode ser observado a partir do *Mapa 13 de Infraestrutura Socioeconômica e do Mapa 14 - de Uso e Cobertura da Terra* com a demarcação das granjas e fábricas de ração e das áreas de cultivo, nesse recorte territorial, explicitado pelo cultivo do café, eucalipto e cultivos temporários. O mapa da localização das granjas, fábricas de ração e pontos de captação da água com a hidrografia permite a visualização da proximidade das mesmas aos cursos d'água e ao ponto de captação para abastecimento.

Desse modo, com a finalidade de conjecturar a síntese socioeconômica disposta aqui, elabora-se o Mapa 17 - do Patrimônio Socioeconômico no recorte territorial adotado, destacando essa infraestruturas socioeconômicas das granjas, fábricas de ração, pontos de captação da água e pontos de monitoramento da qualidade da água. Além disso, nesse mapa, representa-se as delimitações das propriedades rurais e as áreas de cultivo, a partir do uso e cobertura da terra.

<sup>4</sup> É a responsável pelo abastecimento alimentar capixaba desde 1977. Antes de sua implantação, os produtos eram comercializados na Vila Rubim, no centro de Vitória. Sua construção é um atendimento ao conceito nacional de criação de um ambiente de mercado onde o produtor tornava-se comerciante. A unidade capixaba deu nova alternativa aos produtores, comerciantes e consumidores, gerando um novo momento para o mercado hortigranjeiro.



**LEGENDA**

- |  |   |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="color: blue;">●</span> Pontos de Captação da Água</li> <li><span style="color: blue;">▲</span> Monitoramento da qualidade da água - CESAN</li> <li><span style="color: magenta;">▲</span> Monitoramento da qualidade da água - IEMA</li> <li><span style="border: 1px solid yellow; border-radius: 50%; padding: 2px;">●</span> Granjas</li> <li><span style="border: 2px solid purple; padding: 2px;">■</span> Fábricas de Ração</li> <li><span style="border: 1px solid orange; padding: 2px;">■</span> ETES</li> <li><span style="background-color: black; width: 10px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Edificações</li> <li><span style="border: 1px solid black; padding: 2px;">□</span> Propriedades Rurais</li> </ul> | <p><b>Uso e Cobertura da Terra</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><span style="background-color: #4CAF50; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Brejo</li> <li><span style="background-color: #8BC34A; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Campo Rupestre</li> <li><span style="background-color: #FFEB3B; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Cultivo Agrícola - Abacaxi</li> <li><span style="background-color: #FFC107; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Cultivo Agrícola - Banana</li> <li><span style="background-color: #E57373; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Cultivo Agrícola - Café</li> <li><span style="background-color: #C8E6C9; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Cultivo Agrícola</li> <li><span style="background-color: #A5D6A7; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Outros Cultivos Temporários</li> <li><span style="background-color: #BDBDBD; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Extração Mineração</li> <li><span style="background-color: #81C784; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Macega</li> <li><span style="background-color: #4DB6AC; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Mangue</li> <li><span style="background-color: #ADD8E6; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Massa D'Água</li> <li><span style="background-color: #4F81BD; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Mata Nativa</li> <li><span style="background-color: #E0E0E0; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Outros</li> <li><span style="background-color: #FFF9C4; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Pastagem</li> <li><span style="background-color: #546E7A; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Reflorestamento - Eucalipto, Pinus e Seringueira</li> <li><span style="background-color: #A1887F; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Restinga</li> <li><span style="background-color: #FFF176; width: 15px; height: 10px; display: inline-block;"></span> Solo Exposto</li> </ul> |
|--|---|
- 01 Kerovos - Granjas Kerckhoff  
 02 Ovos Pommer  
 03 Granjas Inacio Erdman  
 04 Granjas Josias Erdman  
 05 Granjas Nutrisamal  
 06 Granjas BL  
 07 Granjas Santa Maria

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S  
 Janeiro/2020

**MAPA 17 - PATRIMÔNIO SOCIOECONÔMICO - Descrição Sintética -**

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



#### **4. APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO NA SEDE MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

O último capítulo tem por objetivo analisar o objeto de estudo da pesquisa de acordo com os parâmetros dos processos de apropriação e dominação, segundo Haesbaert (2004). Para a identificação e a análise dessas relações, adota-se a área urbanizada da sede, na porção do enxutório do rio São Luiz e do rio São Sebastião de Cima. Apresenta-se uma contextualização histórica e os processos de ocupação dessa área, os quais associados com os mapeamentos dispostos no Capítulo 3 permitem das sínteses interpretativas. E, por fim, a interpretação das relações preponderantes, em uma perspectiva de apropriação e dominação na área territorial de análise.

##### **4.1 O NÚCLEO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**

Esse subcapítulo tem como objetivo o estudo histórico do município de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo. Visto que Santa Maria de Jetibá adquire emancipação municipal recente, o estudo histórico toma como base os estudos das colônias de Santa Leopoldina. É importante destacar, o estudo histórico é voltado, principalmente, para a compreensão dos processos territoriais da área e, desse modo, o trabalho se apoia, principalmente, na bibliografia de Francisco Schwarz (1992,1993), no Perfil Municipal de Santa Maria de Jetibá (1988) e na tese de Doutorado de Márcia Cristina Bergamin (2015).

##### **4.1.1 A formação do núcleo: os pomeranos, trabalho e religião**

No contexto do Brasil Império, no qual são desenvolvidas políticas para a imigração, na província do Espírito Santo, são formadas Colônias, como as colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina, Santa Teresa e Rio Novo, dentre outras. Segundo Silva (2015), essas colônias tiveram função de estratégia geográfica de ocupação de regiões adentro do território e, também, com o objetivo de transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre. Desse modo, nas colônias, chegam ao Espírito Santo imigrantes italianos, alemães, portugueses, libaneses, pomeranos, chineses, dentre outros povos, que iniciam a economia de agricultura familiar em pequenas propriedades, através da introdução do trabalho livre. Portanto, esses colonos podem ser considerados os responsáveis por ocupar a região serrana do centro do Espírito Santo e por serem os precursores de uma das bases da economia estadual, no final do século XIX (SALETTTO, 1996).

A região de Jequitibá, componente da Colônia de Santa Leopoldina, caracteriza-se por uma forte influência de imigrantes pomeranos<sup>5</sup> instalados na região no final do século XIX, por volta

---

<sup>5</sup> Os povos pomeranos são originados da Pomerânia que, até meados do século XIX, é uma província da Prússia, situada ao norte da Europa, às margens do mar báltico.

de 1870. Historicamente, a região se desenvolve, principalmente, com a produção agrícola de base familiar.

Segundo Bergamin (2015), a administração da colônia possuía uma tendência de não misturar os grupos de colonos para evitar os conflitos e como estratégia de manutenção dos vínculos de origem. Desse modo, os imigrantes eram agrupados pela nacionalidade ou pela região de origem.

À medida que os imigrantes pomeranos chegam na colônia de Santa Leopoldina, aproximadamente na década de 1870, recebem os lotes em altitudes mais altas, subindo o rio Santa Maria da Vitória, instalando-se, principalmente, no altiplano da região de Jequitibá (SCHWARZ, 1993). Conforme, pode ser observado no *Mapa 06 – Hipsometria*, da hipsometria do município de Santa Maria de Jetibá, e no *Mapa 02 - Zonas Naturais* do município de Santa Maria de Jetibá, a região na qual os pomeranos se concentram é caracterizada por altitudes de até 1467m em relação com o nível do mar, e pela zona natural 1, com terras acidentadas, frias e chuvosas. Essas condições de localização, segundo, Bergamin (2015), podem ser consideradas fatores de isolamento desses povos. O historiador José Carlos Heinemann, especialista nos povos pomeranos, aponta que:

No Espírito Santo, se isolaram nas altas terras, entre morros e rochas graníticas. Mais tarde, depois de sete anos, comercializaram as primeiras colheitas com os vendeiros da região. Anos depois, alguns pomeranos tornaram-se tropeiros levando as sacarias de café e verduras no lombo dos burros, passando por caminhos íngremes e depois seguindo de canoa via rio Santa Maria para a capital da Província: Vitória. (HEINEMANN, 2008, p. 6)

O isolamento desses povos também pode estar relacionado ao fato de serem originados de uma província da Prússia, e não de uma nação, que passava por processos estruturais de transformação nos limites políticos-administrativos, com unificação da Alemanha. Segundo Bergamin (2015), em comparação com os outros imigrantes provenientes de nação, essa condição deixa os pomeranos em uma situação de desamparo, a qual contribui para o estreitamento das relações entre si. Desse modo, instalados entre a província mineira e os índios botocudos e localizados em um território de acesso restrito, os pomeranos ali permanecem, de certa maneira, isolados. Segundo Heinemann (2008), nessas regiões não ocorrem casamentos com outros grupos étnicos até 1920.

A sobrevivência dos colonos pomeranos está relacionada, também, com a agricultura familiar, com o cultivo do café, da mandioca, do feijão, do milho, com as criações de porcos, galinhas e gado bovino, com alguns animais de montaria e alguns animais de carga. Schwarz (1993) afirma que o desenvolvimento dessa economia, de agricultura familiar, tem influência importante, também, dos comerciantes. Heinemann (2008) aponta que o trabalho voltado para

a agricultura desses povos possui origens milenares. Na província da Pomerânia, a base econômica era a agricultura, produzia-se linho, cânhamo, tabaco, frutos e madeiras<sup>6</sup>.

A Igreja Evangélica Luterana (Figura 22) tem uma relevância no município de Santa Maria de Jetibá, com função de apoio espiritual, econômico, educacional e sanitário. Em 1879, é fundada a Paróquia Evangélica de Jequitibá e, em 1881, é construída a Igreja Luterana. Com a intensificação da colonização na região de Santa Maria, em 1904, é fundada a Comunidade Evangélica Luterana de Jequitibá.

Figura 22: Igreja Luterana, já com a torre e com os dois sinos



Fonte: Acervo do Museu do Imigrante Pomerano, sem data.

É importante destacar, além do uso e, portanto, da permanência da língua pomerana, o vínculo com o trabalho, com a terra e com a família constitui umas das dimensões identitárias mais importantes do povo pomerano (Figura 23).

---

<sup>6</sup> Informação retirada no manuscrito exposto no Museu do Imigrante Pomerano, não possui informação de autor e de data.

Figura 23: Família Pomerana em Santa Maria de Jetibá.



Fonte: Acervo do Museu do Imigrante Pomerano, sem data.

A localização da sede da Colônia é estratégica, próxima ao ponto em que o rio Santa Maria da Vitória se torna navegável, permitindo o constante desenvolvimento e crescimento local. Desse modo, compreende-se a sede da Colônia de Santa Leopoldina (atual área urbana do município de Santa Leopoldina) como um ponto estruturante do território na condução da imigração do estado, ao contribuir para a formação de novos núcleos e colônias. Assim, entende-se que a Colônia de Santa Leopoldina possui um marco no ciclo de Territorialização, delineado com a chegada dos imigrantes germânicos, em 1856. Ressalta-se, esse ciclo de territorialização também está associado com o ciclo econômico-cafeeiro, com o escoamento da produção do café do interior para a capital do estado, devido à navegabilidade do rio Santa Maria da Vitória. Em paralelo, no interior da Colônia, na região de Santa Maria de Jetibá verifica-se uma ocupação predominantemente rural, ainda pouco marcante no que tange à estruturação do território, mas que pode ser interpretada como início da formação do território do município de Santa Maria de Jetibá.

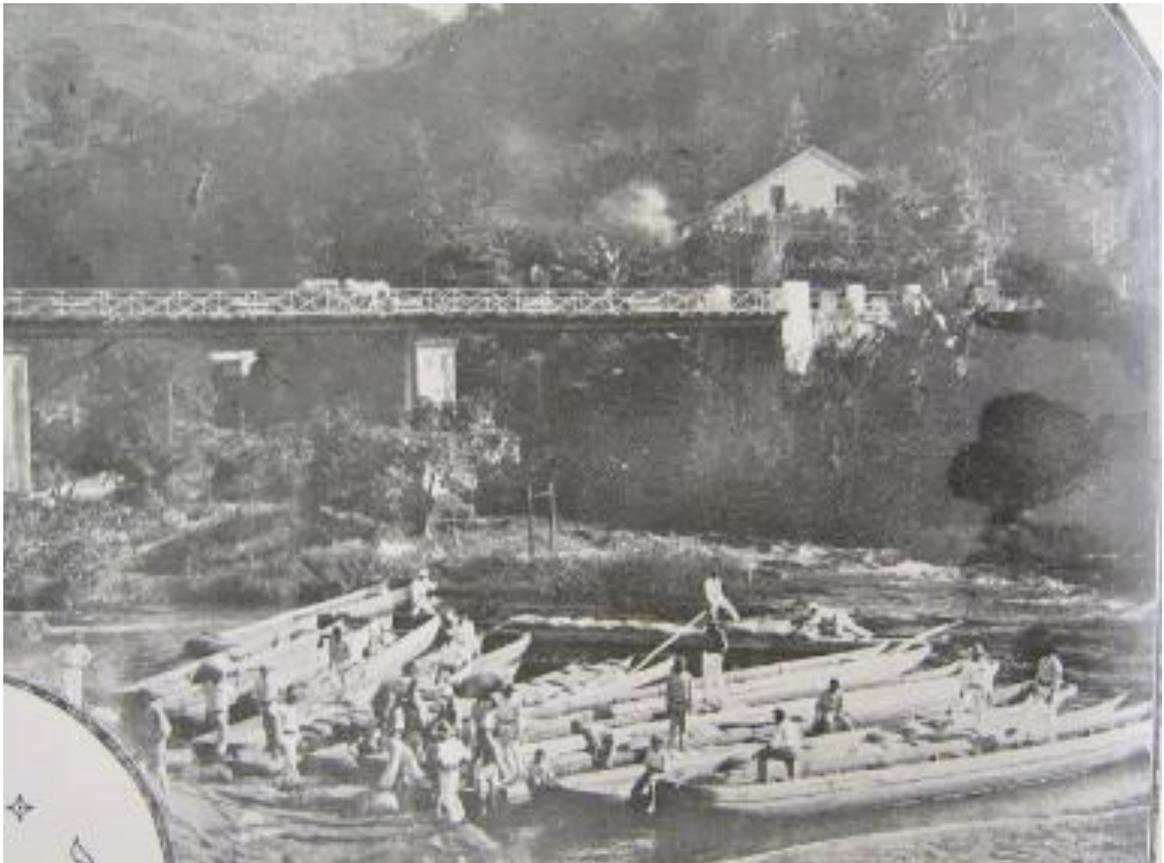
#### **4.1.2 A des(re)territorialização de Santa Leopoldina: o declínio da sede e ascensão do núcleo de Santa Maria de Jetibá**

A colônia de Santa Leopoldina se torna município no final do Império, a partir do desmembramento de Vitória, capital da província do Espírito Santo. Segundo Bergamin (2015), essa situação acontece em 1884, por lei provincial. É importante destacar, também,

conforme Schwarz (1992 e 1993), que o município sofre mais desmembramentos, originando os municípios de Afonso Cláudio e Santa Teresa em 1890 e Ibiracú em 1891.

Contudo, esses desmembramentos não têm influência eminente nas atividades comerciais do município. A sede municipal se localiza no trecho em que o rio Santa Maria da Vitória começava a se tornar navegável. Essa condição de localização favorece a sede uma função de entreposto comercial, através do Porto de Cachoeiro (Figura 23), com o monopólio do escoamento da produção de café da região.

Figura 24: Porto de Cachoeiro



Fonte: Schwarz, 1992

A produção de café era a que estava em vigência no cenário econômico do estado do Espírito Santo e o desenvolvimento da sede de Santa Leopoldina estava associada à dinâmica de comercialização desse produto. Bergami (2015) afirma que embora na região de Santa Leopoldina aonde atualmente é o município de Santa Maria de Jetibá se concentrassem pequenas propriedades rurais, ou seja, com uma ocupação predominante no meio rural, a expansão da produção do café nessa localidade era fraca, pois a atividade incorporava novas áreas com altitudes mais adequadas ao cultivo do produto.

Desse modo, como a sede de Santa Leopoldina atinge o nível de um dos entrepostos comerciais mais representativos e significativos do estado, conforme Bergami (2015), existia

uma necessidade de redução do tempo de transporte das mercadorias associada ao aumento da capacidade de transporte das cargas.

Ressalta-se que, no período de 1916-1920, o estado implementa a política de construção das estradas de rodagem, com a possibilidade de ser instaurada por fomento do governo do Estado ou do Município ou por fomento da iniciativa privada. Nesse caso, a estratégia de implementação da estrada de rodagem acontece por intermédio da iniciativa privada, com a criação da Companhia de Viação Geral (fundados pelas casas de comércio de Santa Leopoldina, J. Reinsen & Cia, C. Miller & Cia e Vervloet, Irmãos & Cia) fazendo conexão das sedes dos municípios de Santa Leopoldina e Santa Teresa que concentrava a parcela mais importante da produção de café por possuir condições naturais mais favoráveis em relação à região de Santa Maria de Jetibá. Essa estrada teve como função conectar a sede com o interior, Bergami (2015, p. 46) afirma:

Não era uma estrada que concorria com o transporte fluvial e interligava a Santa Leopoldina ao Litoral, onde estava a capital e o porto de exportação; pelo contrário, era uma estrada que interligava o município com o interior. A escolha do trajeto da estrada foi estratégica e reforçava os interesses da classe dos comerciantes, pois vários caminhos dos municípios vizinhos, usados pelos tropeiros, convergiam para a sede de Santa Teresa, onde também já haviam algumas casas comerciais.

Esse contexto se altera em 1927, com a aprovação da Lei Ordinária nº 69, que permite a construção da estrada que interliga Santa Leopoldina com o município de Cariacica. A estrada, inaugurada em 1928, é construída às margens do rio Santa Maria da Vitória, acompanhando o caminho dos tropeiros existentes até o município de Cariacica de onde é conectada com a capital, Vitória. Desse modo, a estrada compete com a via de transporte fluvial, interferindo no monopólio da sede de Santa Leopoldina para o escoamento da produção de café. A sede é então muito afetada com a estrada (atual ES-027), principalmente no âmbito comercial, e passa a ser um local predominantemente de passagem de mercadorias, perdendo sua função de entreposto comercial.

Os agricultores não tiveram grandes impactos com a construção da estrada ES-027 e com as quedas dos preços do café, em decorrência da crise de 1929, uma vez que a produção de café era “cultivada em pequenas propriedades, dispondo da utilização de poucos recursos técnicos, assentada na mão de obra familiar como relação de trabalho predominante e subordinada ao comércio.” Essa condição confere pouca dependência dos agricultores com o produto.

A interferência maior na alteração do quadro produtivo são as restrições próprias do local: por estarem situados numa área com declividade acentuada e com solos de pouca fertilidade, os cafezais se tornavam improdutivos em um curto período de tempo e a área na qual estavam cultivados eram transformadas em pastagens naturais. Para continuar a produção do café, era necessário o desmatamento de novas áreas. Segundo Bergami (2015, p. 49) essas são condições que marcaram o ciclo de agricultura capixaba “mata-café-pastagens”. Esse cenário,

insustentável para o desenvolvimento, contribui para um estado de desterritorialização que, além de exaurir as condições física-naturais locais, movimenta os agricultores em busca de terras mais produtivas para o plantio de café.

Em contrapartida, a estação de fruticultura (Figura 24), localizada em Santa Maria de Jetibá, é fundada pelo prefeito Napoleão Fontenelle da Silveira tendo como objetivo fixar o homem rural na região. Essa estação exerce importância como apoio para a implantação de novos métodos de cultivo, como, por exemplo, a fruticultura, com introdução também da horticultura. Atualmente, o edifício da estação fruticultura sedia o museu do pomerano. Segundo Schwarz (1993), a ocupação da região de Jequitibá é impulsionada com a estação fruticultura e, como consequência, com o surgimento da primeira vila, denominada Santa Maria.

Figura 25: Estação Fruticultura de Santa Maria de Jetibá



Fonte: Acervo do Museu do Imigrante Pomerano, sem data

A substituição do escoamento da produção agrícola pelo transporte fluvial (através do rio Santa Maria da Vitória) para o transporte rodoviário (atual ES-080), em 1927, configura-se como uma ruptura entre a sede do município de Santa Leopoldina e as áreas interioranas. Portanto, constitui-se como um marco interpretado como uma fase de desterritorialização, uma vez que se caracteriza pela transformação radical nas formas de assentamento e seus elementos constituintes. Entretanto, para as áreas interioranas da ex-colônia de Santa Leopoldina, verifica-se uma dinâmica diferente. Apesar do declínio da produção de café, associada aos movimentos de migração dos colonos da região para o norte do rio Doce, com a criação da Estação da Fruticultura, em 1935, o fomento para novos métodos de cultivos, incentiva o desenvolvimento socioeconômico dessa região.

Portanto, entende-se que para o município de Santa Maria de Jetibá essa fase se caracteriza como uma desterritorialização seguida de uma reterritorialização. Ressalta-se que o desenvolvimento das estradas de rodagem em 1950 reforça a situação de desterritorialização.

#### **4.1.3 A ascensão econômica de Santa Maria de Jetibá: das olerícolas às granjas**

Em 1964, lavradores locais decidem criar uma cooperativa avícola, com o objetivo de impulsionar a avicultura. Essa, segundo Schwarz, é o ponto inicial para a criação de uma indústria avícola no município. Pode-se considerar que a cooperativa tem grande importância para a agricultura local, uma vez que mantém uma fábrica de rações. Além disso, o esterco dos aviários contribui para as horticulturas e as lavouras do café (SCHWARZ, 1993).

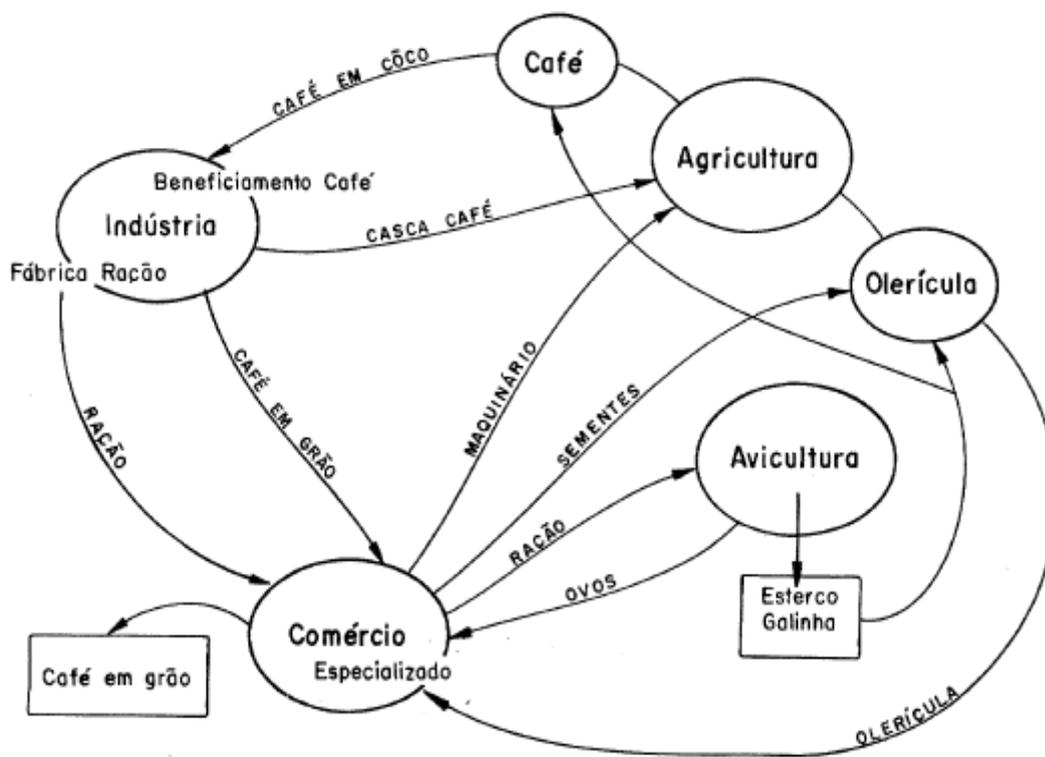
A década de 1980 é bastante marcante para a história de Santa Maria de Jetibá, pois é o marco temporal de sua emancipação política de Santa Leopoldina, conferida pela Lei nº 4.067, 6 de maio de 1988. A instalação do município ocorre em 1º de janeiro de 1989. Alguns aspectos da dimensão econômica também marcam essa década como: o asfaltamento da estrada de acesso à Santa Leopoldina (promovendo a integração regional); a criação da Associação de Agricultura Orgânica (APSAD-VIDA); a implantação da telefonia fixa; a fundação da Cooperativa de Crédito; a eletrificação rural e a expansão das olerícolas. De perspectiva social, é de relevante importância o início do tratamento de água no local, a fundação do Hospital Concórdia e o desenvolvimento de trabalho para a prevenção ao câncer de pele, voltado à população pomerana (IJSN, 1988).

Contudo, Santa Maria de Jetibá também é marcada por crises na década de 1980, sendo duas delas econômicas: impacto da abertura do mercado nacional para a importação de alho, em decorrência da política agrícola do governo federal, e consequente crise na comercialização do produto; o aumento no valor dos insumos integrantes da produção do setor avícola. Além desses eventos, esse período também é caracterizado por expressiva expansão da área urbana da sede municipal, promovida sem regulamentação.

É válido ressaltar, se o alargamento da produção agrícola, por um lado, ocorre associado à expansão de produtos – como os olerícolas, por outro, passa a exigir maior consumo de água. Associado a esse alargamento produtivo, a ampliação da demanda por drenagem de baixadas, executadas por intermédio do Programa PRÓ-VÁRZEA, contribui para a degradação ambiental.

Associadas à produção de ovos, tem-se também as fábricas de ração que, segundo o IJSN, compõem a dinâmica econômica do município de Santa Maria de Jetibá desde da década de 1980 (Figura 25).

Figura 26: Diagrama da Estrutura Comercial de Santa Maria de Jetibá na década de 1980



Fonte: IJSN, 1984

A partir da década 1990, o município de Santa Maria de Jetibá<sup>7</sup> apresenta características de expansão econômica atingindo, segundo dados do IBGE (2019), o posto de município maior produtor de ovos no Brasil e de primeiro produtor de ovos do Estado do Espírito Santo. Entende-se que a criação da cooperativa avícola, em 1964, contribui para o movimento de reterritorialização, pois tem grande importância para agricultura local, sendo o marco inicial para a criação de uma indústria avícola. No decorrer dos anos e após a emancipação do município de Santa Maria de Jetibá, a modernização da agricultura se torna ainda mais evidente, condição expressa, por exemplo, no crescimento expressivo na produção de olerícolas, de ovos e de aves.

<sup>7</sup> Santa Maria de Jetibá é emancipada de Santa Leopoldina em maio de 1988 pela Lei nº 4.067, o distrito de Garrafão também é criado.

## 4.2 REFLEXÃO DOS PROCESSOS E RELAÇÕES TERRITORIAIS NA SEDE DE SANTA MARIA DE JETIBÁ

A historiografia do município de Santa Maria de Jetibá, associada ao estudo territorial, conferido pela aplicação metodológica, a partir dos mapeamentos, permite interpretar a dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), explicitada por Magnaghi (2001), e, com isso, identificar permanências e perdas contribuintes para o reconhecimento do patrimônio territorial e reforçar a interpretação das relações entre sociedade e natureza, expressas particularmente a partir das ações humanas nos cursos d'água, objetivo geral da pesquisa. É importante destacar que, para a interpretação dessas relações, a pesquisa se apropria do estudo dos processos territoriais explicitados por Haesbaert (2005) os quais compreendem que o território possui dimensões simbólicas e funcionais, as primeiras relacionadas mais ao sentido de apropriação e vínculo com a terra e as segundas mais relacionadas com as relações de poder no sentido de dominação da terra.

A importância da abordagem territorial para a ampliação da discussão da temática da água está em provocar alternativas sistemáticas de análise passíveis que contribuem para compreensão das ações humanas, sobre o ecossistema salientados no discurso de que:

O homem não é o senhor da Terra. Ainda é válido dizer que não consegue viver em multidão onde não possa cultivar alimentos – mais da metade da superfície terrestre -, mas por toda parte a sua dependência da inconstância da natureza é quase total. Ele pode amenizar a realidade nua e crua do ambiente e, por causa disso, a moderna geografia tem de ampliar os seus horizontes para levar em conta o impacto do homem sobre a natureza, como sendo um dos aspectos mais importantes do mundo atual. (DREW, 2010, p. V e VI)

Nota-se que o território de Santa Maria de Jetibá se caracteriza por ser predominantemente rural. A sede urbana do município pertencia à Colônia de Santa Leopoldina que, inicialmente, também abrangia áreas dos municípios de Santa Teresa, Afonso Cláudio e Pau-Gigante (atual Ibirapu). Entende-se que a Colônia de Santa Leopoldina possui um marco no ciclo de Territorialização com a chegada dos imigrantes germânicos, em 1856. A localização da sede da Colônia era estratégica, próxima ao ponto em que o rio Santa Maria da Vitória se torna navegável, permitindo o constante desenvolvimento e crescimento local.

Desse modo, entende-se que a sede da Colônia de Santa Leopoldina (atual área urbana do município de Santa Leopoldina) se configurava como um ponto estruturante do território, ao conduzir a imigração do estado e contribuir para a formação de novos núcleos e colônias. Ressalta-se, esse ciclo de territorialização também está associado com o ciclo econômico-cafeeiro, com o escoamento da produção do café do interior para a capital do estado, devido à navegabilidade do rio Santa Maria da Vitória. Em paralelo, no interior da Colônia, na região de Santa Maria de Jetibá, ocupada a partir de 1870, por imigrantes, principalmente, pomeranos, verifica-se uma ocupação predominantemente rural, ainda pouco marcante no que tange à estruturação do território, mas interpretada como uma fase da territorialização.

Com o estabelecimento dos colonos pomeranos, nessa fase, identifica-se uma produção territorial orientada, predominantemente, por processos de apropriação, uma vez que o pomerano se encontra em uma realidade física/natural propícia ao estabelecimento de vínculos identitários para com a terra, dela se apropriando para a sua sobrevivência. Essa dimensão simbólica é de inteira relevância para a compreensão do território de análise da pesquisa, visto os povos pomeranos apresentarem traços identitários marcantes, resultando num enraizamento territorial extremamente intenso.

A substituição do escoamento da produção agrícola pelo transporte fluvial, através do rio Santa Maria da Vitória, para o transporte rodoviário (atual ES-080), em 1927 configura-se como uma ruptura entre a sede da Colônia (atual município de Santa Leopoldina) e as áreas interioranas. Portanto, constitui-se como um marco interpretado como o início de fase de desterritorialização, uma vez se caracteriza pela transformação radical nas formas de assentamento e seus elementos constituintes.

Em contrapartida, para as áreas interioranas da Colônia de Santa Leopoldina, verifica-se uma dinâmica diferente. Apesar do declínio da produção de café, associada aos movimentos de migração dos colonos da região para o norte do rio Doce, com a criação da Estação da Fruticultura, em 1935, o fomento para novos métodos de cultivos, incentiva o desenvolvimento socioeconômico da região interiorana. Desse modo, entende-se, para o município de Santa Maria de Jetibá, essa fase se caracteriza por movimentos de desterritorialização precedentes aos movimentos de reterritorialização, principalmente em uma perspectiva econômica. Ressalta-se, o desenvolvimento das estradas de rodagem, em 1950, reforça a situação de desterritorialização e, no segundo caso, a situação de desterritorialização precedida de uma reterritorialização.

Compreendendo a produção territorial em sua associação com as relações estabelecidas entre o homem e a natureza, portanto, em constante transformação, na fase supracitada, interpreta-se uma relação de dominação moderada, quando comparada à conjuntura atual, dominante frente à relação de apropriação, especialmente se associada às novas estruturas de cultivo agrícola e comercial adotadas no município.

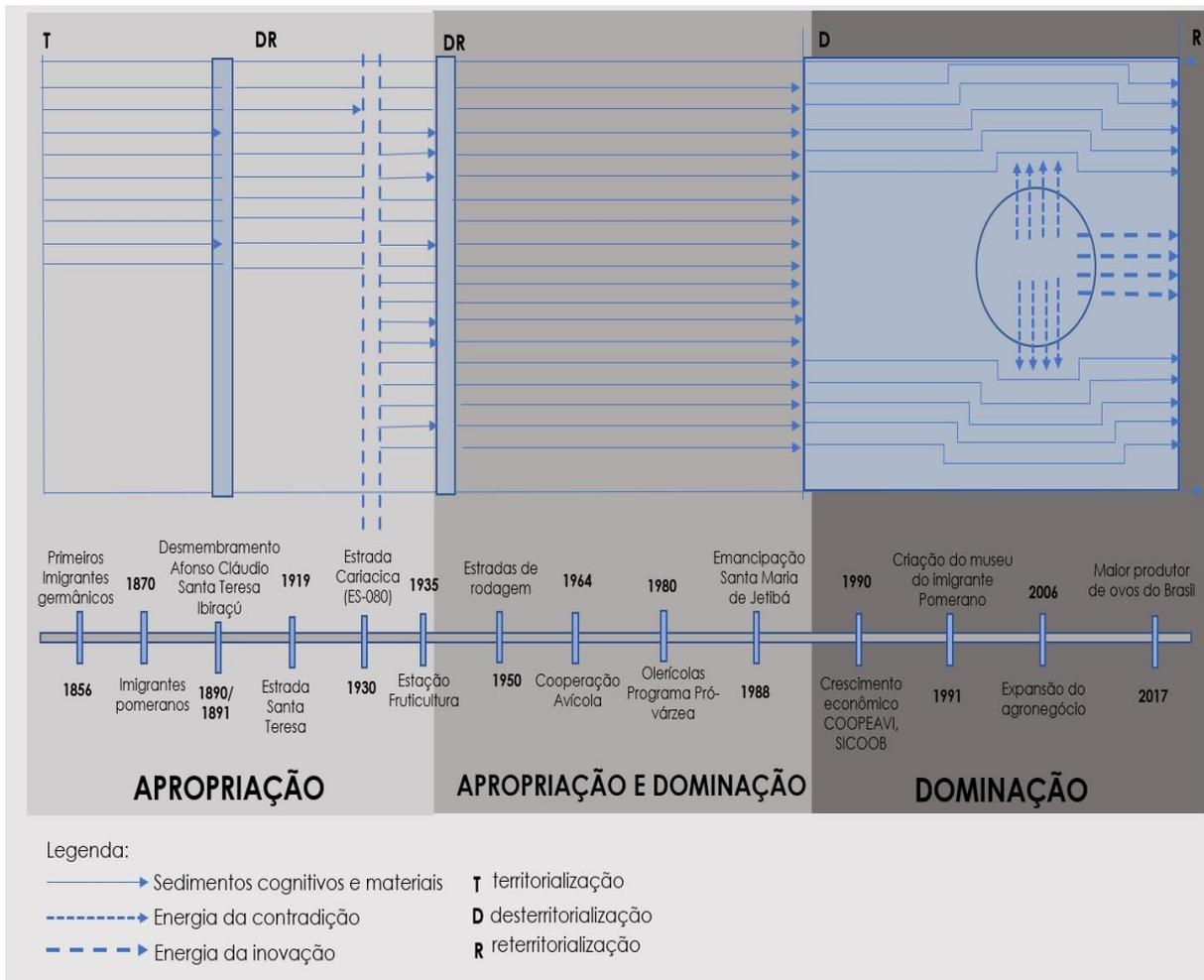
Além disso, a criação da cooperativa avícola em 1964 contribui para o movimento de reterritorialização, pois tem grande importância para agricultura local, sendo o marco inicial para a criação de uma indústria avícola. No decorrer dos anos e após a emancipação do município de Santa Maria de Jetibá, a modernização da agricultura torna-se ainda mais evidente e o município apresenta um crescimento expressivo na produção de olerícolas, de ovos e de aves.

Segundo dados do IBGE, o município de Santa Maria de Jetibá assume o posto de maior produtor de ovos do Brasil, além de ser um dos principais abastecedores da região

metropolitana com produtos agrícolas, cenário com uma tendência crescente, conforme demonstra Bergami (2015). Portanto, a relação predominante é orientada, explicitamente, por processos de dominação condicionados por estruturas comerciais que extrapolam o mercado local, vinculando-se ao mercado estadual e nacional.

Desse modo, com a finalidade de sintetizar as interpretações aqui dispostas, realiza-se a representação conceitual do território, tendo como base o diagrama do ciclo T-D-R proposto por Magnaghi (2001), da sede do município de Santa Maria de Jetibá com destaque para a bacia do rio São Luiz, corpo hídrico estruturante do respectivo território, explicitado no diagrama gráfico (Figura 26). Ressalta-se, esse recorte territorial se caracteriza, principalmente, por sua relação campo-cidade-indústria, apresentando um importante alicerce cognitivo do território, os imigrantes pomeranos e alicerce material do território, os cursos d'água. É válido ressaltar, para a elaboração desse esquema gráfico analítico, toma-se como recorte temporal o período compreendido entre a chegada dos imigrantes não-lusos até a atualidade. Desse modo, inicialmente, demonstra-se no esquema a chegada dos imigrantes germânicos como marco dos processos de territorialização. Contudo, é importante destacar, podem ter ocorrido processos de territorialização anteriores aos imigrantes não-lusos, a partir das tribos indígenas, sendo um recorte temporada ainda a ser explorado historicamente, não abordado na pesquisa.

Figura 27: Esquema gráfico conceitual do território de Santa Maria de Jetibá



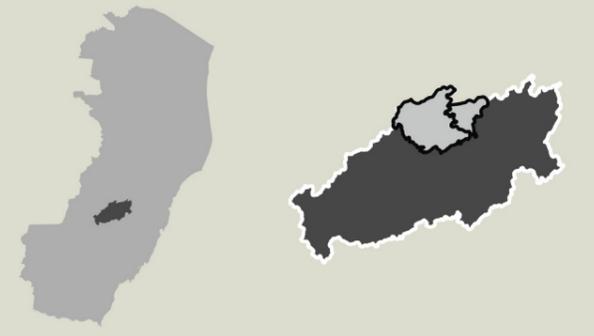
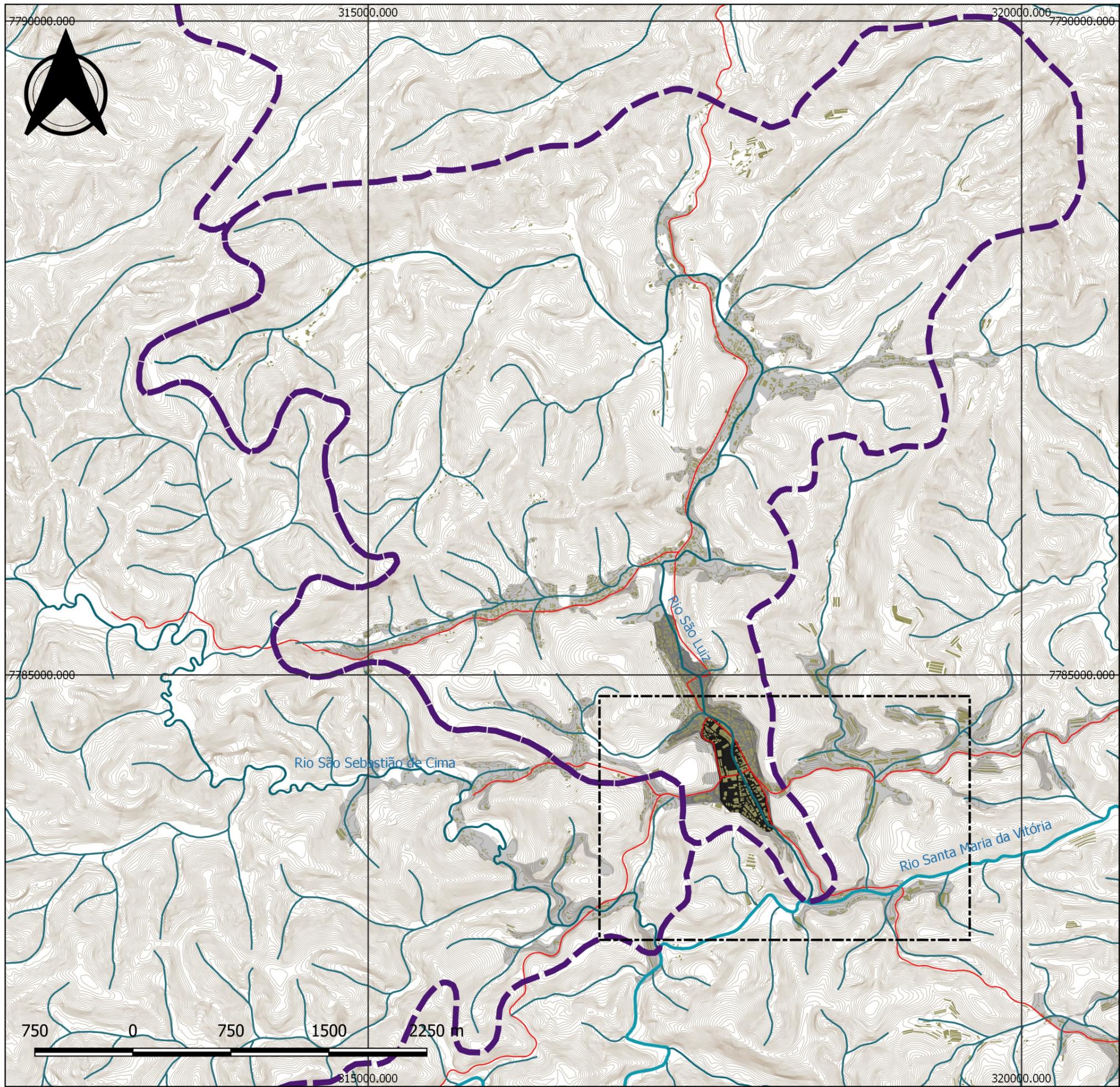
Fonte: Elaborado pela autora

A partir da análise desse esquema gráfico conceitual, no recorte temporal adotado, são identificados três principais períodos expressivos das relações territoriais pautadas por processos de apropriação e dominação, como apontado no discurso de Haesbaert (2005). Desse modo, entende-se a fase dos atos de territorialização, a partir da chegada dos primeiros imigrantes germânicos (1856-1930), como um período marcado, principalmente, por processos de apropriação do território. Uma vez ser o marco da chegada dos imigrantes, ou seja, por constituir o período caracterizado pelo primeiro contato desses povos com o território, preponderam relações estruturadas em vínculos mais simbólicos com o local. E isso é reforçado, com destaque para os pomeranos, por esses se constituírem em pequenas propriedades rurais, em que os cultivos são, principalmente, destinados à própria sobrevivência. Logo, a relação de apropriação é interpretada como a predominante nessa fase. Ainda que possam existir processos com características mais funcionais, como o desmembramento de Afonso Cláudio, Santa Teresa e Ibirajú e a construção da estrada entre Santa Tereza e Santa Leopoldina.

A segunda fase (1930 -1970), identificada no esquema, é interpretada por ser um momento em que processos de apropriação e dominação acontecem de maneira mais equilibrada. Uma vez que a estruturação desse território é mais evidente, caracterizado, portanto, por relações mais funcionais, como a criação da Estação Fruticultura, a abertura de estradas de rodagem, a criação da cooperação avícola. Ao mesmo tempo, os pomeranos permanecem com uma força na manutenção da sua identidade, reforçada pela permanência da própria língua, caracterizando, portanto, relações de apropriação do território simbólico.

A terceira fase (1988 - 20\_), caracterizada a partir da emancipação de Santa Maria de Jetibá até a contemporaneidade, é interpretada como uma fase em que relações de dominação, do território funcional, são preponderantes. A criação de cooperativas, como a Coopeavi e o Sicoob, a expansão do agronegócio e o posto de maior produtor de ovos do Brasil, enfatizam esse caráter mais funcional do território. Ainda que existam relações de apropriação, características do território simbólico, como a criação do Museu do Pomerano, a relação de dominação é interpretada como a predominante nesse período.

As relações identificadas nas três fases resultam, também, em formas de ocupação no território possíveis de serem visualizar a partir da correlação desse esquema conceitual com os mapas desenvolvidos no Capítulo 3. Como resultado dessa correlação, são elaborados, então, mapas com caráter de síntese interpretativa: *Mapa 18 – Evolução Urbana – Ciclo T-D-R*; *Mapa 19 – Evolução Urbana – Ciclo T-D-R – Detalhe aproximado*; *Mapa 20 – Morfotipos – Ciclo T-D-R*.



**LEGENDA**

- Cursos d'água
- Trecho Rodoviário (ES)
- Edificações
- Mancha Urbana Inicial - Fase: Apropriação
- Mancha Urbana 1970 - Fase: Apropriação e Dominação
- Mancha Urbana 2012-2015 - Fase Dominação
- Recorte Aproximado

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

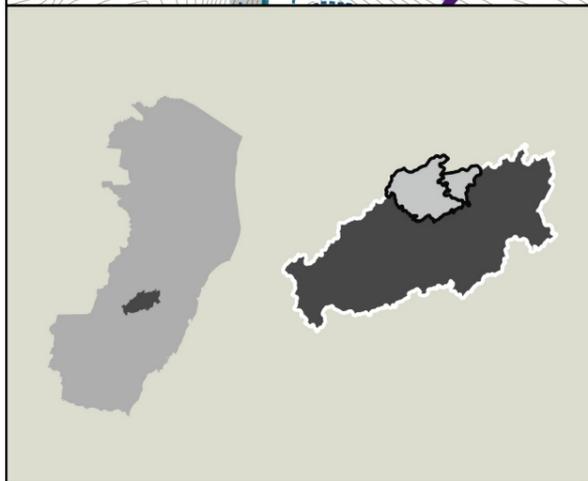
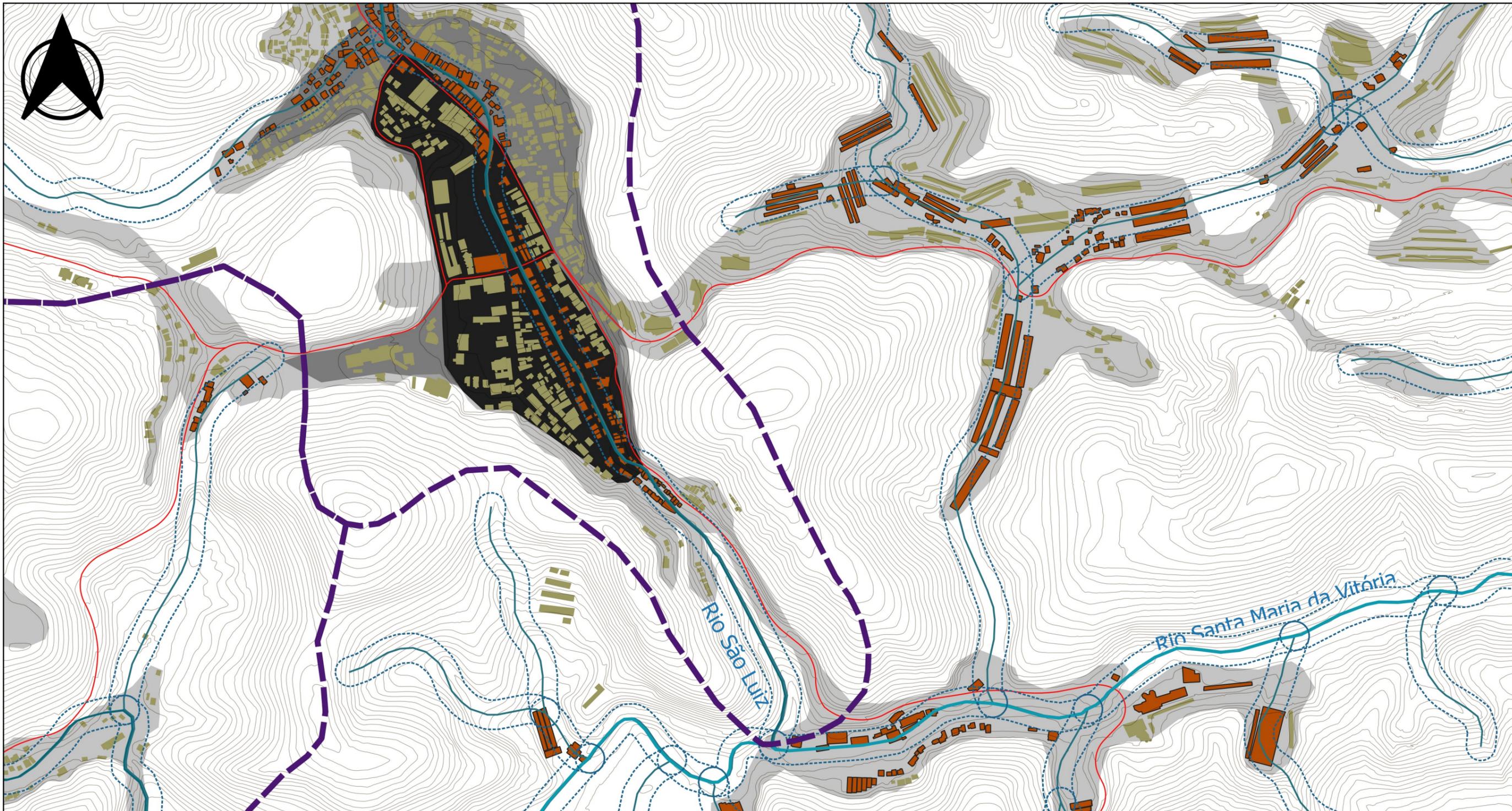
Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Janeiro/2020

**MAPA 18 - EVOLUÇÃO URBANA - CICLO T-D-R**  
 - Síntese Interpretativa -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Orientadora: Renata Hermann de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues





**LEGENDA**

- Cursos d'água
- Trecho Rodoviário (ES)
- Edificações
- Mancha Urbana Inicial - Fase: Apropriação
- Mancha Urbana 1970 - Fase: Apropriação e Dominação
- Mancha Urbana 2012-2015 - Fase Dominação
- Buffer de 30m - cursos d'água
- Edificações situadas na área do buffer

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum:  
Sirgas2000  
Sistemas de Coordenadas/Proteção:  
UTM  
Fuso: 24S

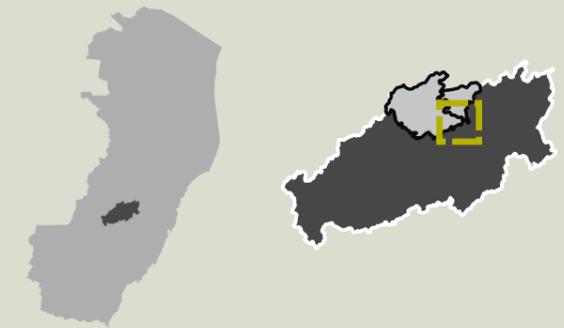
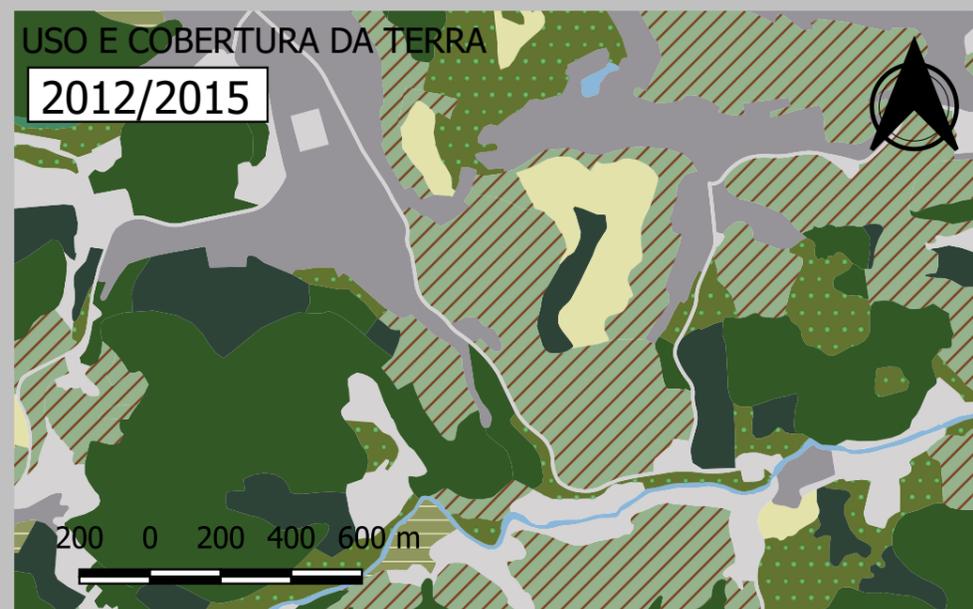
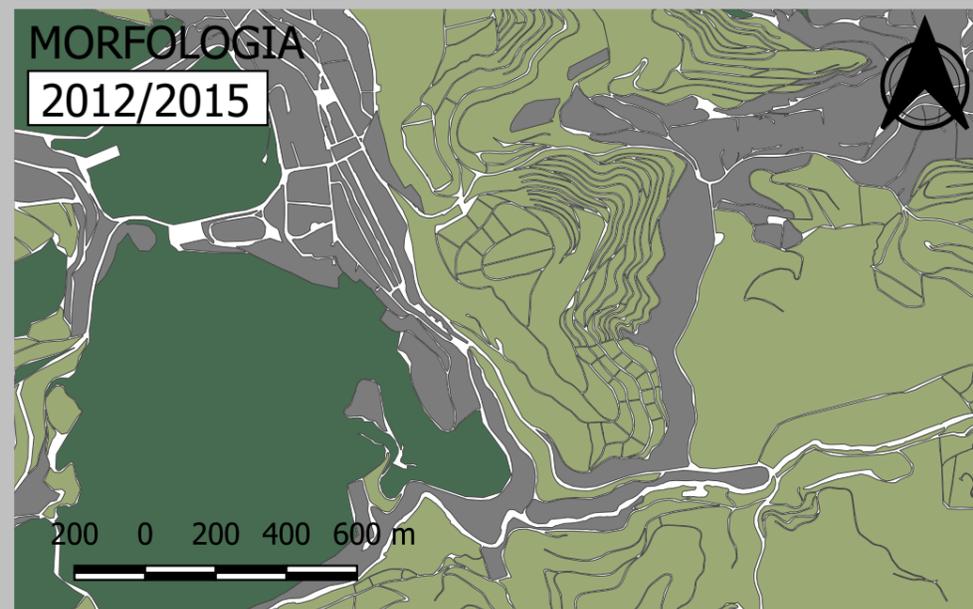
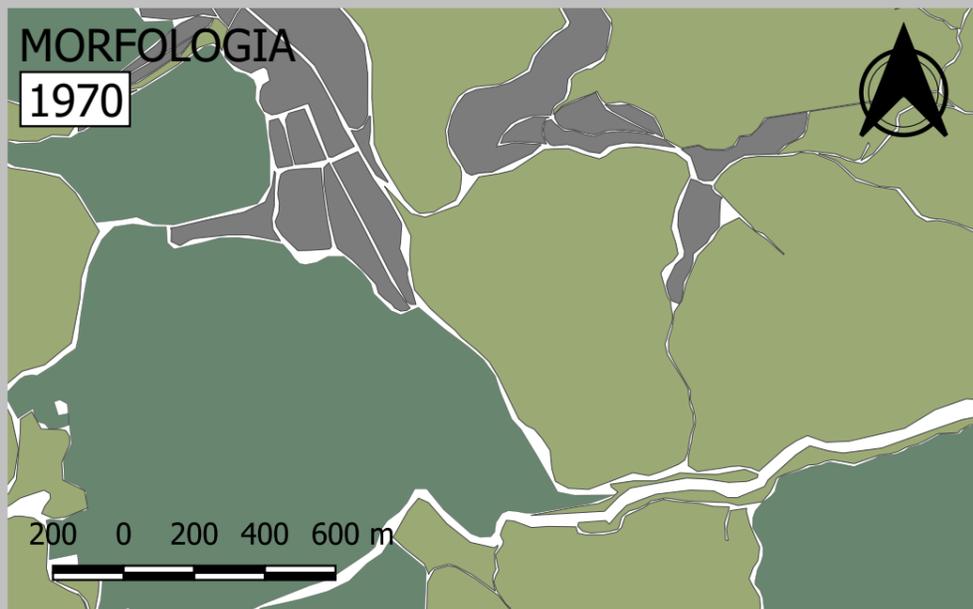
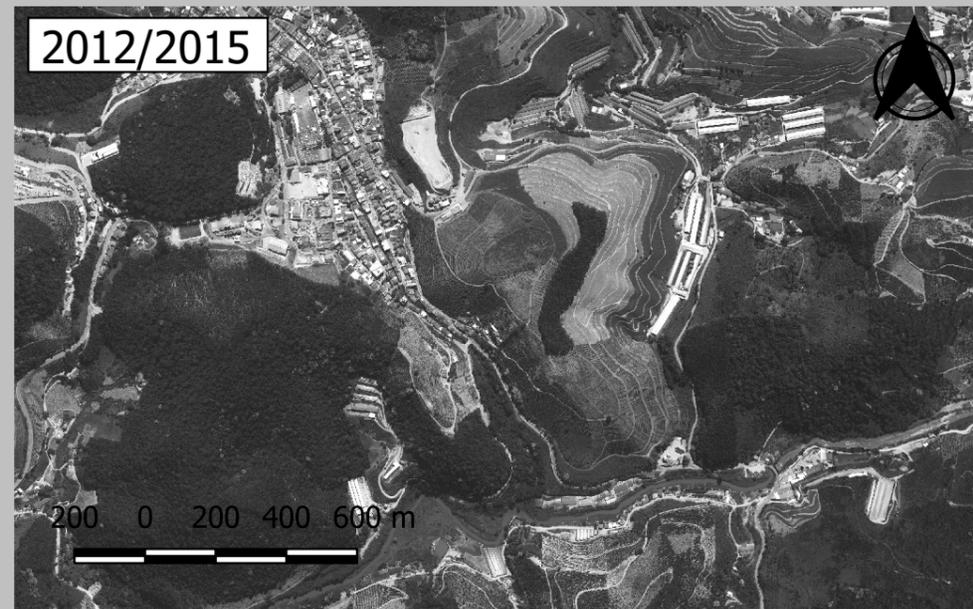
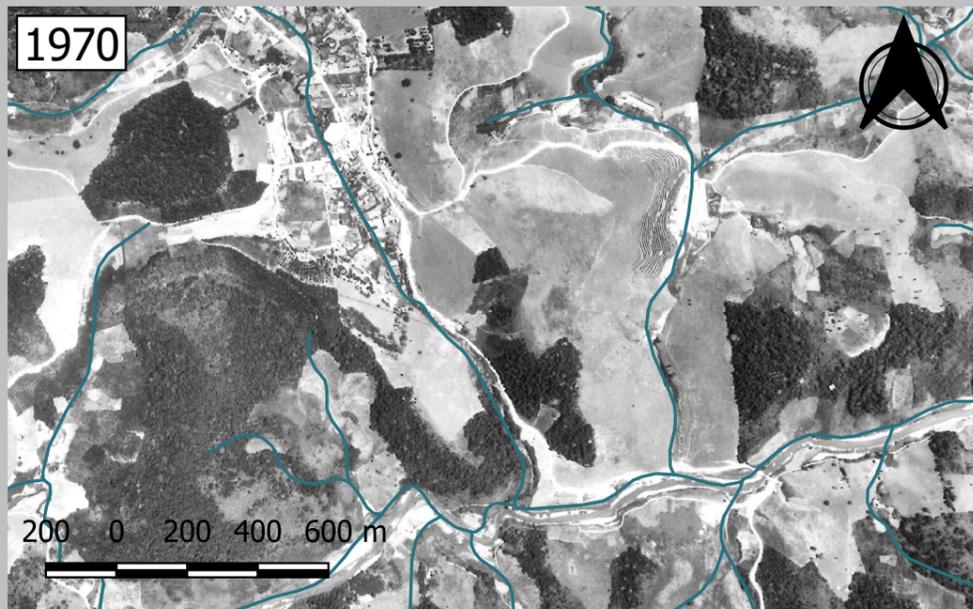
Janeiro/2020

**MAPA 19 - EVOLUÇÃO URBANA - CICLO T-D-R -  
Detalhe Aproximado  
- Síntese Interpretativa -**

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
Mestranda: Mariana Paim Rodrigues





### LEGENDA

- Morfologia Ocupação Rural - Urbana**
- Morfologia com predominância urbana
  - Morfologia com predominância rural
  - Predominância vegetação nativa
- Uso e Cobertura da Terra**
- Afloramento Rochoso
  - Área Edificada
  - Brejo
  - Cultivo Agrícola
  - Macega
  - Massa D'Água
  - Mata Nativa
  - Outros
  - Pastagem
  - Reflorestamento - Eucalipto
  - Solo Exposto

### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Fonte:  
 Completar  
 Janeiro/2020

### MAPA 20 - MORFOTIPOS - CICLO T-D-R - Síntese Interpretativa -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

No recorte territorial adotado, ao correlacionar com a evolução urbana, a partir dos *Mapas 18, 19 e 20*, pode-se constatar que, na primeira fase – *Apropriação* – a ocupação do território é predominantemente rural. É possível compreender que o rio São Luiz obtém uma importância para a estruturação inicial desse território, pela localização da Igreja Luterana (1881), implantada próxima à esse curso d'água. É válido ressaltar, adota-se a igreja como marco interpretativo, por ser um dos únicos edifícios arquitetônicos remanescentes dos sedimentos territoriais construídos desse período de territorialização, conforme disposto no item 4.1. A segunda fase – *Apropriação e Dominação* – pode ser compreendida como o início da ocupação com características urbanas. Como marco desse momento, adota-se a implantação da Estação Fruticultura, datada em 1935. A ocupação urbana nesse período ainda não é tão eminente, porém, pode-se constatar uma maior proximidade dessa ocupação para com os cursos d'água, principalmente o rio São Luiz.

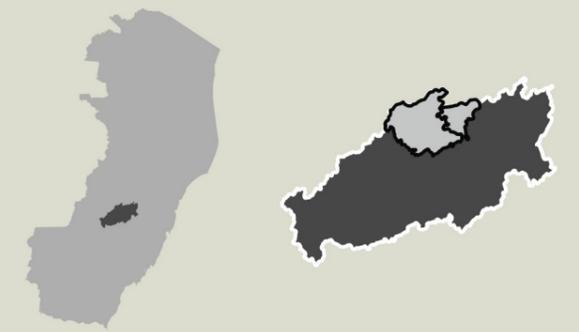
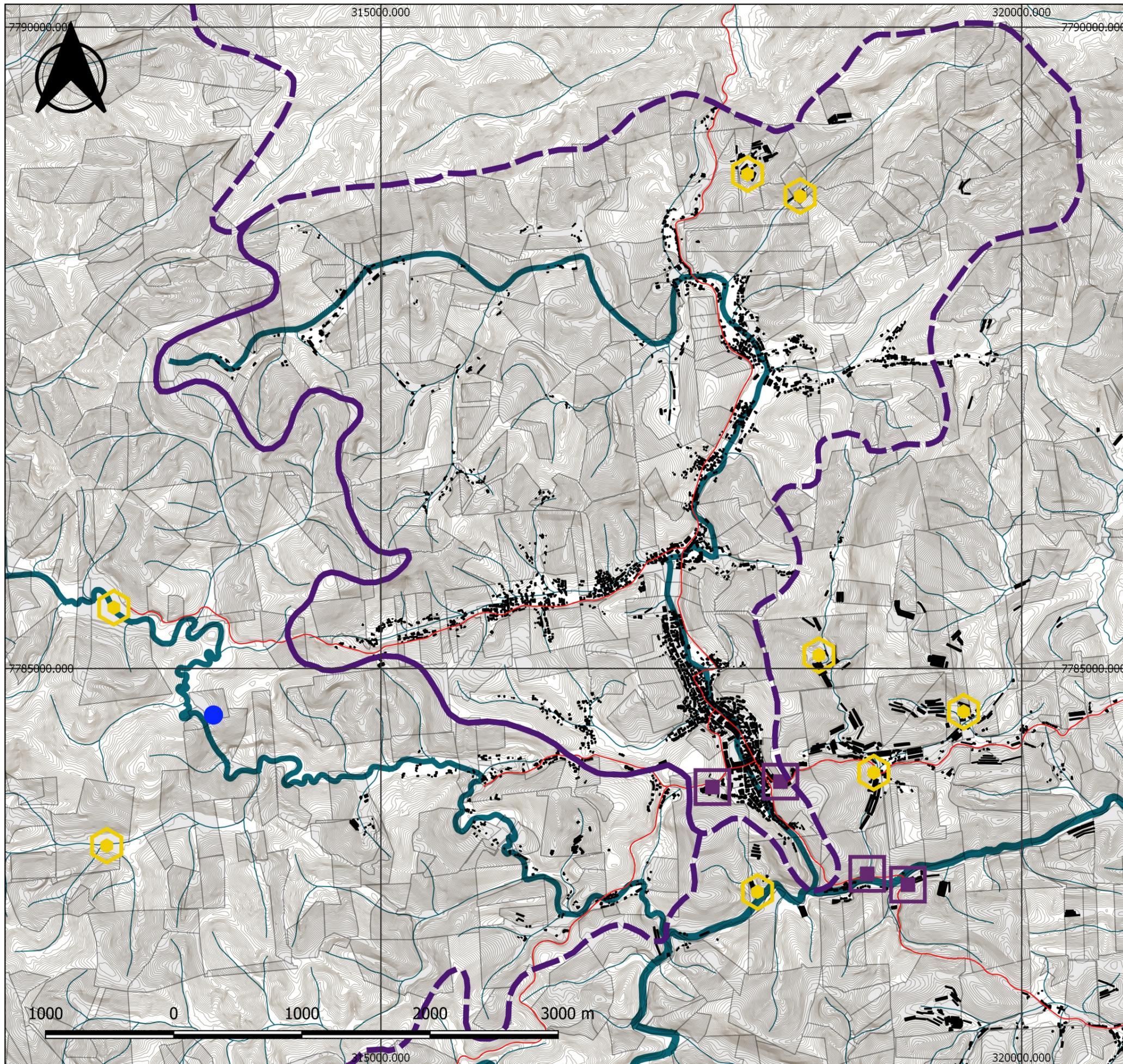
Na terceira fase – *Dominação* –, a ocupação urbana é mais evidenciada e se caracteriza, principalmente, por ser “espraiada”, inclusive com implantação de edifícios às margens dos cursos d'água, não respeitando as áreas de APP, como demarcado em laranja no *Mapa 19*. É possível identificar, também, que, nessa fase de *Dominação*, existe uma evidente ocupação por granjas. Desse modo, nesse período, pode-se constatar a existência de um nível maior de antropização, orientada, especialmente por processos de dominação.

Desse modo, a pressão do mercado da agroindústria e do agronegócio para o aumento do cultivo e a da reprodução ampliada do capital, contribui para a fragmentação do território. Além disso, a partir dos mapeamentos do patrimônio ambiental, do patrimônio territorial-paisagístico e do patrimônio socioeconômico, no recorte territorial de análise, é possível confirmar essa relação de dominação resultando em dois mapas sintéticos-interpretativos – *Mapa 21 e 22 – Repercussões Territoriais – Processos de Dominação* que identificam possíveis consequências desse tipo de relação.

No *Mapa 21* são representados o limite das propriedades rurais, a localização das granjas e das fábricas de ração e os pontos de captação da água, destacando também os cursos d'água. A partir desse mapa, pode-se constatar que o território é bastante fragmentado em termos de estrutura fundiária, o que resulta em situações em que mais de uma propriedade está localizada em um mesmo curso d'água. Nesse sentido, entende-se que essa característica derivada, principalmente, da forma da estrutura fundiária, pode ocasionar em áreas com potenciais conflitos pelo uso d'água, em períodos de crise hídrica. Nesse mapa, essa característica de conflito se torna ainda mais evidente quando acontece a seguinte situação: a localização de uma das granjas à montante do ponto de captação da água, no rio São Sebastião de Cima. Essa condição é compreendida como inadequada, uma vez que a produção de animais, quando em larga escala e situada nas proximidades do curso d'água,

pode contribuir para o aumento do índice da demanda bioquímica de oxigênio do rio, contribuindo então para a deterioração da qualidade da água que, pelo curso d'água, é a água para captação e abastecimento da cidade.

É válido ressaltar que esse mapa apresenta um estudo inicial no que se refere à contextos de conflito pelo uso d'água. Portanto, configura-se como um desdobramento da pesquisa necessitando um aprofundamento correlacionando dados da estrutura fundiária, organização social e econômica com dados referentes à disponibilidade hídrico no que tange à qualidade e quantidade desse recurso.



### LEGENDA

- Trecho\_Rodoviario\_ES
- Rio São Luiz
- Rio São Sebastião de Cima
- Rio Santa Maria da Vitória
- Edificações
- Limite das propriedades
- Granjas Santa Maria de Jetibá
- Fábricas de ração
- Pontos de captação da água

### DADOS CARTOGRÁFICOS:

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Janeiro/2020

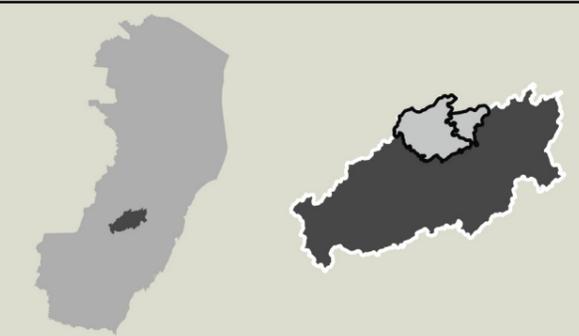
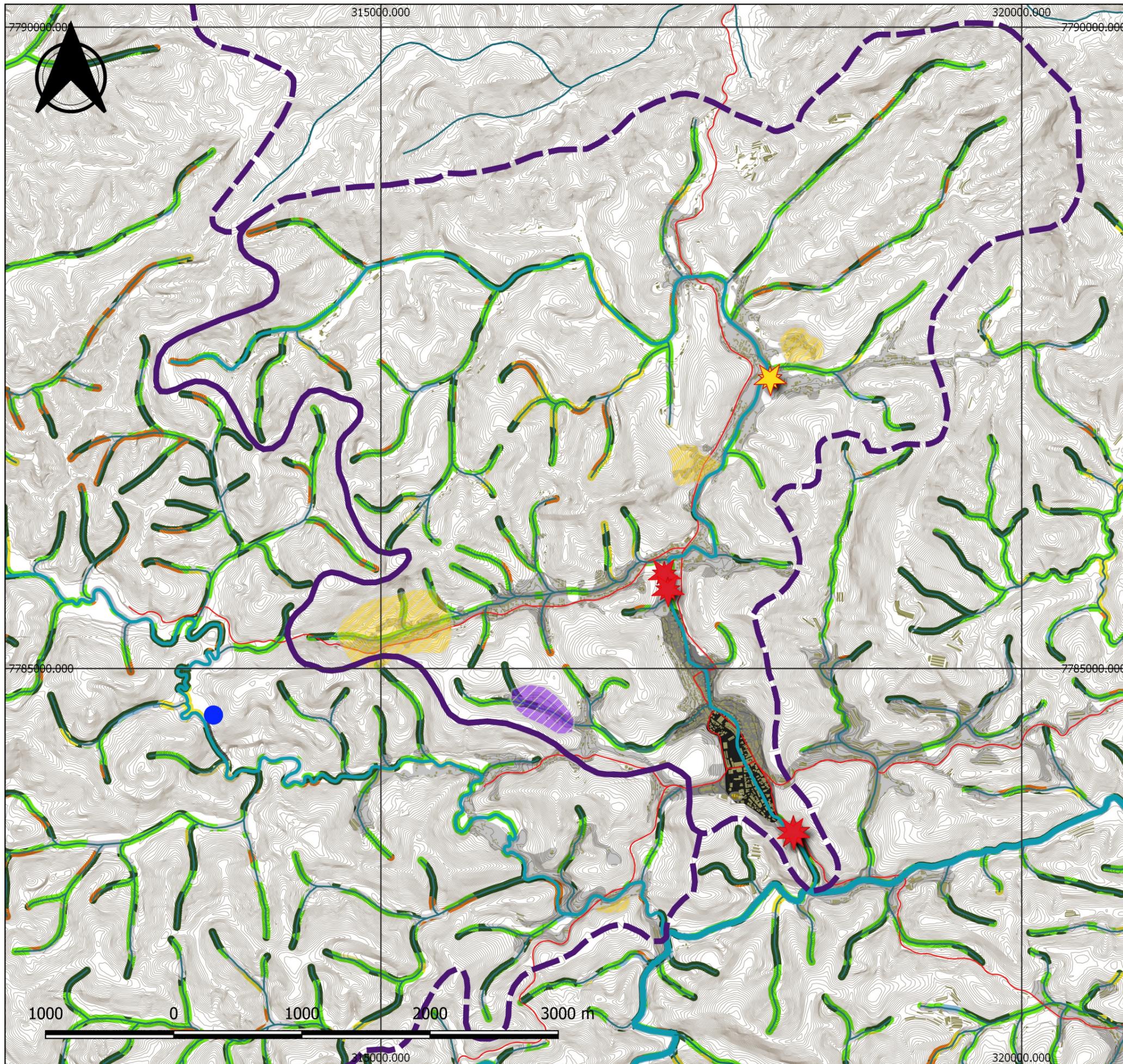
### MAPA 21 - REPERCURSSÕES TERRITORIAIS - PROCESSOS DE DOMINAÇÃO Potenciais Conflitos pelo uso d'água

- Síntese Interpretativa -

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues

No Mapa 22 são representados o uso e cobertura da terra inseridas na área de APP (buffer de 30m em cursos d'água), as áreas de risco como o escorregamento planar e enchentes, e a qualidade da água (pelo método IQA). Esse mapa permite identificar que essas áreas de APP acabam sendo desrespeitadas com áreas destinadas em evidência para o cultivo agrícola, demarcado em verde claro no mapa. Desse modo, são decorrências, principalmente, por processos de dominação do território. Além disso, a classificação da qualidade da água no trecho urbano do rio São Luiz como média e ruim também permite essa interpretação. Uma vez que a qualidade da água desse trecho está relacionada com o lançamento de efluentes domésticos e proximidades das granjas aos cursos d'água (condição contribuinte para o aumento do índice de demanda bioquímica de oxigênio da água). As áreas de risco identificadas (escorregamento planar e enchentes) resultam, principalmente, da forma de ocupação do território, caracterizada por ocupações irregulares por estarem situadas em áreas do leito maior do rio (em períodos de cheia, naturalmente, o nível do rio sobe promovendo enchentes) e em áreas com declividades acima de 20%, ocasionando possíveis escorregamentos em períodos chuvosos.

É válido ressaltar, esse mapa também pode conduzir a um desdobramento da pesquisa, com o aprofundamento do estudo do uso por cultivos agrícolas em áreas próximas aos cursos d'água e a relação dessa situação com a estrutura fundiária da área, bem como o impacto desse padrão de uso e ocupação para com a disponibilidade hídrica. Além disso, outra investigação a ser desdobrada é referente à ocupação urbana em canais fluviais e como essa situação pode ser considerada no projeto e planejamento do território frente à um cenário de desenvolvimento local.



**LEGENDA**

- Trecho\_Rodoviario\_ES
  - Rio São Luiz
  - Rio São Sebastião de Cima
  - Rio Santa Maria da Vitória
  - Edificações
  - Mancha Urbana - Atual
  - Cultivo em APP (30m buffer - Código Florestal)
  - Cultivo Agrícola
  - Mata Nativa
  - Outros
  - Pastagem
  - Cultivo Florestal
  - Restinga
  - Solo Exposto
- SETORES DE RISCO**
- Escorregamento Planar
  - Escorregamento Planar/Enchente
  - Escorregamento Planar/Inundação
  - Escorregamento /Rolamento de Blocos
- Qualidade da Água - Método IQA**
- ★ Aceitável
  - ★ Ruim

**DADOS CARTOGRÁFICOS:**

Sistemas de Referência/Datum: Sirgas2000  
 Sistemas de Coordenadas/Proteção: UTM  
 Fuso: 24S

Janeiro/2020

**MAPA 21 - REPERCURSSÕES TERRITORIAIS - PROCESSOS DE DOMINAÇÃO - Síntese Interpretativa -**

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
 Orientadora: Renata Hermanny de Almeida  
 Mestranda: Mariana Paim Rodrigues



Em síntese, esse dois últimos mapas permitem compreender repercussões territoriais orientadas por processos de dominação nas três camadas do território, ainda que sejam estudos que precisem ser desdobrados e aprofundados. No ambiente físico-natural, com ocupação com cultivos agrícolas (destaque das áreas agrícolas irrigadas) em áreas de APP, principalmente às margens dos rios; e a qualidade da água em situação ruim (associada ao lançamento de efluentes domésticos e proximidades das granjas aos cursos d'água que contribui para o aumento do índice de DBO da água). No ambiente construído, com a identificação situações de risco de escorregamento planar e de enchentes com ocupações irregulares. E, no ambiente antrópico, em uma perspectiva socioeconômica do território, com características de potenciais zonas de conflito pelo uso da água, com a localização próxima à usuários da água (agroindústria, propriedade agrícola e CESAN).

Conjectura-se, portanto, que a área de estudo perpassa por um processo de desterritorialização alargada, ou, ainda, reprodução de multiterritorialidades, devido, principalmente, ao avanço descuidado da agroindústria e do agronegócio manifestos, também, pela dominação da água. As relações entre sociedade e natureza implicam em transformações do território em mercadoria, condição com reverberações para a população e para a manutenção ecológica dos ambientes naturais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa intitulada *Entre o território, o patrimônio e água*. A relação de dominação e apropriação na sede do Município de Santa Maria de Jetibá (ES) está articulada com a motivação do estudo das relações entre sociedade e natureza, as quais, acredita-se, perpassam por crises explicitadas, principalmente, em desastres socioambientais em ocorrência de maneira expressiva em várias localidades do Brasil. Acredita-se serem esses desastres consequências das formas de produção insustentável características da sociedade moderna.

Desse modo, aponta-se para a necessidade da compreensão da expressão da água no âmbito territorial, de forma a entender as dinâmicas e implicações que acontecem em função das relações determinadas entre sociedade e natureza. Assim, a dissertação busca a articulação das noções conceituais acerca da temática de território, patrimônio e água. Para tanto, a investigação bibliográfica parte do estudo dos conceitos desenvolvidos pela Escola Territorialista Italiana, tendo como autor central Alberto Magnaghi. E, como forma de articulação e correlação com a produção brasileira, adota-se como autores complementares os geógrafos brasileiros Milton Santos e Rogério Haesbaert.

O primeiro capítulo apresenta, portanto, contribuições relacionadas ao alargamento do conceito de patrimônio ao território reconhecido com a interpretação das dinâmicas territoriais em uma perspectiva diacrônica, explicitadas no estudo dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do território, as quais são estabelecidas as relações entre sociedade e natureza. Desse modo, são conceitos que permitem a ampliação da discussão da temática da água como elemento com importante contribuição nas formas de uso e ocupação e nos vínculos sociais e econômicos com território. Portanto, na pesquisa, o território é interpretado como um elemento com potencial para integralizar as camadas do patrimônio territorial, sendo elas o patrimônio ambiental, o patrimônio territorial-paisagístico e o patrimônio socioeconômico.

Por conseguinte, é uma contribuição importante do capítulo a necessidade de adotar uma metodologia de representação territorial, no intuito de identificar a relação entre sociedade e natureza, objetivo geral da pesquisa, e para a compreensão das camadas do território. Além disso, com o intuito de compreender os processos territoriais da dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização compreende-se a necessidade de uma revisão bibliográfica histórica do povoamento de Santa Maria de Jetibá.

Outra contribuição importante é a de Haesbaert (2004) na apreensão do território constituído pelo simbólico e pelo funcional orientados por processos de apropriação e dominação para o reconhecimento dos parâmetros de leitura e interpretação das relações entre sociedade e

natureza. Dessarte, adota-se a metodologia de representação territorial dos territorialistas italianos como suporte para alcançar os objetivos traçados.

O capítulo três, portanto, é destinado para a apreensão metodológica para a obtenção do produto final. Nesse sentido, a pesquisa tem como base principal o trabalho desenvolvido por Fabio Lucchesi e Massimo Carta, pesquisadores articulados à Escola Territorialista Italiana, os quais desenvolvem aspectos metodológicos e conceituais sobre a temática da representação contribuindo por trazer um estudo à produção cartográfica georreferenciada, que também está preocupada em retratar aspectos do território sob uma perceptiva identitária, com a finalidade de reconhecimento do patrimônio territorial. Essa característica na representação territorial se torna valiosa, especialmente em um contexto em que a tendência é de anulação das peculiaridades do território, expresso, por exemplo, no agravamento da insustentabilidade ambiental e territorial. Portanto, ao articular sistematicamente dados concernentes ao conhecimento do território e do patrimônio, segundo a metodologia da Escola Territorialista Italiana, a representação auxilia na compreensão das tendências territoriais, importante aspecto a ser considerado na discussão da temática da água, visto estudiosos demonstrarem a relevância do alargamento do conceito de bacia hidrográfica, integrando-a como território estratégico para o planejamento.

A dissertação apresenta como objetivo específico representar as camadas do território (física, construída e antrópica). Para isso, ao fim do terceiro capítulo, apresenta-se os procedimentos metodológicos realizados no objeto de estudo segundo a representação territorial compreendida pela Escola Territorialista Italiana.

O QGIS é o software utilizado para a construção dos quatorze mapeamentos descritivos analíticos, *Unidades Geomorfológicas, Zonas Naturais, Hidrografia, Declividade, Hipsometria, Cobertura Vegetal – Comparativo déc. 1970 e Atual, APP em margens do cursos d'água, Declividade com Evolução Urbana, Morfologia Urbana e Morfologia Perceptiva, Comunidades Urbanas e Rurais, Estrutura Fundiária, Infraestrutura Socioeconômica, e Uso e Cobertura da Terra*. O software opera com informações cedidas pelo Instituto Jones dos Santos Neves e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, GEOBASE, Serviço Geológico Brasileiro, Agência Nacional das Águas, juntamente com informações obtidas a partir da interpretação de ortofotos aéreas articulada à pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao projeto de pesquisa intitulado *Documentação e representação do Patrimônio: aproximação teórico-metodológica* sob a orientação da professora Renata Hermann de Almeida, realizada pela aluna de graduação Maria Victória Soares.

As descrições sintéticas permitem correlacionar os mapas das descrições analíticas e como resultado a representação, em mapa, do Patrimônio Ambiental, Patrimônio Territorial-Paisagístico e do Patrimônio Socioeconômico, os quais permitem compreender que o recorte

territorial da sede municipal de Santa Maria de Jetibá se caracteriza, principalmente, por sua relação campo-cidade-indústria apresentando um importante alicerce cognitivo do território, os imigrantes pomeranos e alicerce material do território os cursos d'água.

Enquanto procedimento metodológico, a aplicação da metodologia proposta por Carta (2011), com a elaboração dos mapas referentes às camadas do território em descrições analíticas e descrições sintéticas auxilia a identificação das apropriações e dominações. Essa contribuição advém, principalmente, por essa metodologia trazer uma perspectiva multidisciplinar, com a proposta de correlação de dados com características dos elementos do ambiente físico/natural, do ambiente construído e do ambiente antrópico. É válido ressaltar, essa metodologia de representação territorial possibilita a interpretação das relações de dominação e apropriação quando associada à contextualização histórica, com identificação dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do território pesquisado. Desse modo, para alcançar uma perspectiva crítica das relações entre sociedade e natureza a análise deve considerar uma ótica diacrônica do objeto de estudo.

O caráter multidisciplinar da metodologia apresenta também um ponto de dificuldade por propor um enfrentamento analítico de dados que sugerem muitas variáveis. O esforço desse enfrentamento é bastante relevante para o projeto e planejamento do território quando o recorte territorial se apresenta mais amplo (por exemplo: tendo como recorte territorial o limite de municípios, o limite de bacias hidrográficas, dentre outros). Contudo, ao adotar um nível mais aproximado de recorte territorial, entende-se, as análises podem apresentar um caráter muito genérico se não associadas à outras metodologias. Desse modo, no âmbito metodológico, como desdobramento da pesquisa, entende-se a relevância do enfrentamento de metodologias passíveis de serem associadas à essa metodologia de representação territorial, com fins de se obter uma análise crítica em situações em que o recorte territorial apresenta um nível mais aproximado.

Além disso, as lacunas referentes ao encontro de registros históricos organizados em uma plataforma SIG também se enquadra como uma das dificuldades de aplicação da metodologia. Portanto, a documentação e a organização de dados históricos também se configura como um desdobramento da pesquisa.

No último capítulo, então, apresenta-se a perspectiva analítica do objeto de estudo da pesquisa, de acordo com os processos de dominação e apropriação, segundo Haesbaert (2005). A partir da contextualização histórica, a qual permite a compreensão dos processos territorializantes da área de pesquisa associada, apresentam-se as sínteses interpretativas das representações territoriais,

Por fim, com a interpretação das relações preponderantes, em uma perspectiva de dominação e apropriação, representadas conceitualmente das tendências territoriais, apresentados em

diagrama dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e no *Mapa das Repercussões Territoriais orientadas por processos de dominação* permite a compreensão do território de Santa Maria de Jetibá, recortado pela área da sede urbana, na porção da bacia do rio São Luiz e do exutório do rio São Sebastião de Cima, é compreendido como expressão de um processo de desterritorialização alargada, ou ainda reprodução de multiterritorialidades, devido, principalmente, ao avanço indiscriminado da agroindústria e do agronegócio manifestados, também, pela dominação da água, a qual adquire o valor de troca. As relações entre a sociedade e a natureza, manifestas nas ações humanas no ecossistema, implicam na transformação do território em mercadoria, ou seja, confirma-se a relação preponderante de dominação.

Nesse sentido, as consequências e repercussões acontecem não só para a própria população como também a manutenção ecológica dos ambientes naturais. Portanto, o avanço e a ampliação no entendimento das relações de sociedade e natureza se apresentam necessários para o balizamento de propostas de análise que contribuam para o planejamento territorial. Desse modo, entende-se como aprofundamento e ampliação da pesquisa que para o recorte territorial adotado e também para o município de Santa Maria de Jetibá, a utilização do limite das bacias hidrográficas, mais especificamente das microbacias, como unidade territorial de análise e planejamento do território se apresenta estratégica para o alcance de um desenvolvimento local, visto que é um território predominantemente rural e altamente produtivo, articulado com estruturas comerciais, o que implica em elevadas taxas de consumo da água, podendo resultar não só na geração de conflitos como em desequilíbrio das relações de conservação ambiental e desenvolvimento econômico-social.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Codificação de bacias hidrográficas pelo método de Otto Plafstetter**. Brasília, 2012.

ALBERTIN, Liliane Lazzari; MAUAD, Frederico Fabio; DANIEL, Luiz Antonio. Uso de simulação computacional para planejamento de um sistema hídrico: estudo de caso qualitativo e quantitativo. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 11, n. 4, p. 209-219, 2006.

AMORIM, Mariana Pereira de. **Identidade territorial do descendente Tirolês em Santa Leopoldina – ES**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

BEDÊ, Júlio Cadaval. **Cartilha sobre nova lei florestal de Minas Gerais: orientações aos produtores rurais: lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013: dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade**. 2013.

BERGAMIN, Márcia Cristina. **Da penúria ao sucesso econômico: o processo de formação e desenvolvimento territorial de Santa Maria de Jetibá no Espírito Santo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRUNI, José Carlos. A água e a vida. **Tempo social**, v. 5, n. 1-2, p. 53-65, 1993.

CARTA, Massimo. **La rappresentazione nel progetto di territorio. Un libro illustrato**. Firenze: Firenze University Press, 2011.

COSTA, João Ribas da. **Canoeiros do Rio Santa Maria**. 2. ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

DE ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz; FREITAS, Mario Jorge Cardoso Coelho. Editorial L&E, v. 9, n. 4, 2015. Dossier das águas: gestão do patrimônio hídrico. **Labor e Engenho**, v. 9, n. 4, p. 1-5, 2015.

DE MORAES, Maria Eugênia Bruck; LORANDI, Reinaldo. **Métodos e técnicas de pesquisa em bacias hidrográficas**. SciELO-Editus-Editora da UESC, 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais Brasileiras. **Anais do I Encontro Internacional: Governança da Água**. São Paulo, NUPAUB/USP, 2007.

DREW, David; DOS SANTOS, João Alves. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Bertrand Brasil, 2010.

ESPÍRITO SANTO; Instituto Jones dos Santos Neves. Projeto Mapeamento de comunidades urbanas e rurais do Espírito Santo: divisão territorial, município de Santa Leopoldina. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120817\\_ij00799\\_projetomapeamentodecomunidades\\_santaleopoldina.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120817_ij00799_projetomapeamentodecomunidades_santaleopoldina.pdf)>. Acesso: 31 out. 2019.

ESPÍRITO SANTO; Instituto Jones dos Santos Neves. Secretaria do Estado de Planejamento. Vitória, 1999. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121211\\_es01655\\_zonasnaturaisdoespiritossanto.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121211_es01655_zonasnaturaisdoespiritossanto.pdf)> Acesso: 31 out. 2019

ESPÍRITO SANTO; Instituto Jones dos Santos Neves. Perfil do Município de Santa Maria de Jetibá. Coordenação Estadual do Planejamento. Departamento de Articulação com os Municípios. Vitória, 1988.

ESPÍRITO SANTO (Estado). PBHSMVJ – Plano Da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória e do Rio Jucu. – ES 2016

FRANZATO, Carlo. Il capitale territoriale come porta d'accesso al progetto e al design del territorio 1. **Coordenadora do Curso de Administração**, p. 19. 2009

GORSKI, Maria Cecilia Barbieri et al. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, n. 1, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

HEINEMANN, José Carlos. Bons soldados e excelentes agricultores. **Revista do Instituto Humanistas Unisinos**, São Leopoldo/RS, edição 271, p. 5-8, 01 de set. 2008. Entrevista concedida a Patrícia Fachin.

LANNA, Antonio Eduardo; CONSULTORIA, AlfaSigma. Introdução à gestão das águas no Brasil. **Notas de aulas. Porto Alegre**, 2001.

LUCCHESI, Fabio. **Il territorio, il codice, la rappresentazione: il disegno dello statuto dei luoghi**. Firenze University Press, 2005.

LUCCHESI, Fabio. Rappresentare l'identità del territorio: gli atlanti e le carte del patrimônio. In: MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitária del território**. Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Firenze, Alinea, 2005. p. 23-38.

MACHADO, Gilnei. **Transformações na paisagem da bacia do rio Marrecas (SW/PR) e perspectivas de desenvolvimento territorial**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2009.

MACHADO, PJ de O.; TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira. **Introdução à hidrogeografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MAGNAGHI, Alberto. **A biorregião urbana. Pequeno tratado sobre o território, bem comum**. Tradução de Fátima Vieira. Coordenação Editorial Rosa Alice Branco, 2017

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2010.

MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitária del territorio: codici, figure, paradigmi per il progetto locale**. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche**. Firenze, Alinea Editrici, 2001.

MAGNAGHI, Alberto. Scenari strategici e progetto locale: verso la bioregione urbana. **Arquitectonics: Mind, Land & Society**", março, n.19-20, p. 67-99, 2010b.

MARSON, Anna. **Archetipi di territorio**. Firenze: Alinea Editrice, 2008.

NASCIMENTO, Julia Pedruzi. **Projeto representacional para um plano territorial-paisagístico: um estudo em Vila Velha**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

NOSSA, Damiany Farina. **Riscos territoriais em projetos representacionais: investigação do patrimônio territorial de João Neiva – ES**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2020.

OSTIGÅRD, Terje. **Water, culture and identity: comparing past and present traditions in the Nile Basin region**. BRIC, 2009.

PERES, Renato de Toledo. **A água como recurso territorial na agricultura: o caso de Holambra/SP**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP. Rio Claro, 2017.

PLANETA VERTICAL. Pedra do Garrafão. s.d. 1 fotografia. Disponível em <<http://www.planetavertical.com.br/roteiros-aventura/pedra-do-garrao/>> Acesso em janeiro de 2020

POLI, Daniela. Il patrimônio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. MELONI B.(a cura di). **Aree interne e progetti d'area**, Rosenberg e Sellier, Torino, p. 123-140, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REBOUÇAS, Aldo C.; BRAGA JUNIOR, Benedito Pinto Ferreira; TUNDISI, José Galizia. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo: Escrituras, 2006.

RODRIGUES, Jefferson. Vista aérea Santa Maria de Jetibá. Julho, 2017. 1 fotografia. Disponível em: <<https://blogs.gazetaonline.com.br/tripes/188/dessa-vez-o-tour-aereo-e-por-santa-maria-de-jetiba/>> Acesso em 20 de novembro de 2019

SALETTI, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888 - 1930)**. Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, Santa Catarina v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SCHUTZER, José Guilherme; FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Cidade e meio ambiente: a apropriação do relevo no desenho ambiental urbano**. EDUSP. São Paulo, 2005.

SCHWARZ, Francisco. **O Município de Santa Leopoldina**. Vitória: Traço Certo Editora, 1992.

SCHIAVETTI, Alexandre; CAMARGO, Antonio FM. **Conceitos de bacias hidrográficas: teorias e aplicações**. Ilhéus, Bahia: Editus, 2002

SCHWARZ, Francisco. **O Município de Santa Maria de Jetibá. O município mais pomerano do Espírito Santo**. Copisol Ltda Editora, 1993.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: EDUSP & Mandarim Editora, 2006.

**SISTEMA DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)**. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/#/>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

**SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL**. Índices Básicos. 2013. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices\\_basicos\\_2013\\_por\\_municipio.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf)> Acesso em abril de 2020

**SISTEMA INTEGRADO DE BASES GEOESPACIAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (GEOBASES)**. Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/>>. Acesso em 16 maio de 2018.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Ação emergencial, setorização de riscos**: Santa Leopoldina, ES. 2011. Disponível em: <<http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/19733>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SILVA, Levy Soares da. Mosaico Econômico do Brasil: a economia do Espírito Santo no final do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 11., 2015, Vitória. **Anais eletrônicos ...** Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/congresso/xi-congresso-abphe/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

TUCCI, Carlos EM et al. **Hidrologia: ciência e aplicação**, 3ª edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS/ABRH, 2004.

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.